

Sérgio Pedro Freitas Madeira

O *Museum of London* e a Arqueologia Urbana,

um exemplo de gestão arqueológica do espaço urbano  
e sua possível aplicação ao território português



Faculdade de Letras  
Universidade de Coimbra

2011

Sérgio Pedro Freitas Madeira

O *Museum of London* e a Arqueologia Urbana,

um exemplo de gestão arqueológica do espaço urbano  
e sua possível aplicação ao território português

Dissertação de Mestrado  
em Arqueologia e Território,  
Especialidade em Arqueologia,  
apresentada à Faculdade de Letras  
da Universidade de Coimbra,  
sob a orientação do  
Professor Doutor Pedro Carvalho

Faculdade de Letras  
Universidade de Coimbra

2011

## Agradecimentos

*“Dai-me um ponto de apoio e levantarei o Mundo.”*

*Arquimedes*

A todos quantos me apoiaram na grande aventura de querer ir mais além, o meu mais grato agradecimento.

Uma especial nota de apreço à Sara, companheira em tudo, por me dar a “poção mágica” que me fez continuar perante todas as adversidades e fazer-me perceber que, afinal, esta sempre correra espontaneamente nas minhas veias, dando-me confiança para enfrentar projectos futuros, querendo sempre mais e melhor.

Ressalvo, igualmente, a confiança depositada na minha proposta de estudo, assim como todo o tempo e disponibilidade dispendidos ao longo de um ano de trabalho intenso pelo Prof. Doutor Pedro Carvalho, numa salutar partilha de saber e experiência, contributos fundamentais ao progresso e resultado final de todo o processo.

Um agradecimento especial, também, a um grande amigo de além-mar, Paul-Sammual Harmour, arqueólogo da *Oxford Arch*, e a Cath Maloney e Dan Nesbitt, por me abrirem as portas do *Museum of London*, mesmo a mais de mil e quinhentos quilómetros de distância, uma distância que se tornou curta pela forma abnegada com que, desde o primeiro momento, acolheram os meus pedidos de apoio e, ao longo de todo um ano, sempre se disponibilizaram face a qualquer necessidade relacionada com o estudo da instituição que representam.

Uma palavra de apreço, ainda, à Dr.<sup>a</sup> Manuela Ribeiro em representação do Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto, pela disponibilidade e bons exemplos.

A todos um grande bem-haja.

## Resumo

Pretende-se nesta Dissertação abordar o tema da Arqueologia Urbana, campo ainda pouco desenvolvido entre nós mas cuja importância tem vindo a ser revista e cuja contribuição para o futuro dos estudos arqueológicos é tida cada vez mais como uma mais-valia incontornável, quer pela elevada carga histórica que muitos dos actuais núcleos urbanos possuem, quer pela constante pressão que o desenvolvimento urbano exerce sobre o património arqueológico. Nesse contexto, o *Museum of London*, organização multiestruturada, com cerca de quarenta anos de maturação resultante do percurso efectuado desde a sua criação em inícios dos anos 70 do século XX, é um dos melhores, senão mesmo o melhor, exemplo a nível mundial de como abordar a Arqueologia Urbana, as intervenções em espaço urbano, conseguindo enquadrar, no espaço do centro londrino, o Passado com o Presente, numa dinâmica de interacção entre trabalhos de campo, integração de achados nos projectos urbanísticos, análise em laboratório, criação de arquivos, enriquecimento de museus, produção de conhecimento, divulgação deste à sociedade, desenvolvimento de voluntariado, criação de emprego.

Com base no estudo do *Museum of London*, desde a sua fundação até à actualidade, poder-se-á restabelecer objectivos relativamente ao caso Português, desde logo à cidade de Coimbra, em cujo Centro Histórico têm vindo a ser desenvolvidos crescentes trabalhos de Arqueologia em prol da memória colectiva da cidade, aspecto que deveria ser cada vez mais reconhecido face aos perigos da homogeneização e despersonalização da civilização urbana contemporânea.

## Palavras-chave

Arqueologia Urbana – Centro Histórico – Memória Colectiva – Interacção

## **Abstract**

It is intended in this Dissertation to develop the theme of Urban Archaeology, a yet undeveloped field between us, whose importance has been reviewed and whose contribution to the future of archaeological studies is seen increasingly as a crucial added value, either by the high historical burden that many of the existing urban centers have, either by the constant pressure that urban development has on the archaeological heritage. In this context, the Museum of London, a multistructural organization with nearly forty years of maturation in result from a path made since its creation in the early 70's from the XX<sup>th</sup> century, is one of the best, possibly even the best world example of how to face Urban Archaeology, framing in the space of central London the Past with the Present in a dynamic interaction between field work, integration of findings on urban projects, laboratory analysis, creation of archives, enrichment of museums, knowledge production and its dissemination to society, development of volunteering, job creation.

Based on the study of the Museum of London's complex, since its founding to the present time, we will be able to re-establish goals for the Portuguese case, first of all for the city of Coimbra, in whose Historic Center archaeology works are being increasingly developed for the city's collective memory, a reality whose importance is being increasingly recognized against the dangers of homogenization and depersonalization of contemporary urban civilization.

## **Keywords**

Urban Archaeology – Historic Center – Collective Memory – Interaction

## Índice Geral

Capa

Página de rosto.....	ii
Agradecimentos .....	iii
Resumo.....	iv
<i>Abstract</i> .....	v
Índice Geral .....	vi
Índice de Figuras .....	viii
1. Introdução.....	1
2. A Arqueologia Urbana.....	4
2.1. Introdução à noção de Arqueologia Urbana.....	6
2.2. A génese e progressão da Arqueologia Urbana como campo próprio dentro da Arqueologia.....	12
2.3. Análise da problemática: “Arqueologia <i>na</i> Cidade ou Arqueologia <i>da</i> Cidade”.....	16
2.4. Resenha de alguns casos internacionais de “sucesso” e “insucesso”.....	17
2.5. Perspectivas de futuro face aos perigos da homogeneização e despersonalização contemporâneas.....	30
3. <i>Museum of London</i> – quatro décadas dedicadas à Arqueologia Urbana.....	33
3.1. Resenha das quatro décadas de existência do <i>Museum of London</i> .....	35
3.2. Motivações iniciais e evolução de objectivos.....	37
3.3. A criação de novos pólos: <i>Museum of London Archaeology</i> e <i>Museum of London Docklands</i> .....	40
3.4. Descrição de vários trabalhos arqueológicos desenvolvidos pelo <i>Museum of London</i> e sua repercussão no conhecimento da cidade de Londres e outros locais.....	43
3.5. Análise do seguimento dado aos resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados pelos técnicos do <i>Museum of London</i> .....	45

3.5.1. Os laboratórios.....	47
3.5.2. Os arquivos.....	47
3.5.3. O acervo e as exposições.....	49
3.5.4. As publicações.....	50
3.6. <i>Museum of London</i> – a actualidade.....	50
3.6.1. Análise do estado actual da instituição <i>Museum of London</i> <i>Archaeology</i> .....	51
3.6.2. O maior contratador de trabalhos arqueológicos em Londres e um dos três maiores na Inglaterra.....	52
3.6.3. Os serviços comerciais.....	53
3.6.4. O interesse museológico.....	54
3.6.5. O envolvimento com a comunidade e educação pública.....	54
4. A Arqueologia Urbana em Portugal.....	55
4.1. Análise do acolhimento e desenvolvimento da Arqueologia Urbana em Portugal.....	56
4.2. Alguns casos concretos.....	59
4.2.1. Lisboa.....	60
4.2.2. Porto.....	63
4.2.3. Braga.....	68
4.2.4. Mértola.....	70
4.2.5. Coimbra.....	73
4.3. Repensar o Futuro: perspectivas e hipóteses de reformulação das estruturas teóricas e práticas relativamente à Arqueologia Urbana em Portugal.....	80
4.4. O caso do <i>Museum of London</i> como exemplo de sucesso no caso inglês e sua possível aplicação ao caso português – breve resenha.....	87
5. Considerações finais.....	89
Referências bibliográficas.....	95
Páginas <i>web</i> reactivas ao tema.....	101

## Índice de Figuras

Documento 1 – Avenida Sá da Bandeira, Coimbra, *in* "Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos: Montagem e Substituição de Postes da Rede de Tracção na Avenida Sá da Bandeira, Coimbra", Direcção Científica de Ana Sofia Gervásio/ Sérgio Madeira, Coimbra, Abril 2008.

Documento 2 – Rua Velha n.º 7-9/ Travessa da Rua Velha n.º 11-19 *in* "2.º Relatório Preliminar de Trabalhos Arqueológicos: Reconstrução de Edifícios - Rua Velha 7/9 e Travessa da Rua Velha 11/19, Coimbra", Direcção Científica de Sérgio Madeira/ Isabel Marques, Coimbra, Junho 2006.

Documento 3 – Rua Direita n.º 108-110, Coimbra, *in* "Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos: Rua Direita 100-102/ 108-110 e Rua do Arco do Ivo 1-3, Coimbra", Direcção Científica de Sérgio Madeira/ Isabel Marques, Coimbra, Maio 2007.

Documento 4 – Rua Velha n.º 7-9/ Travessa da Rua Velha n.º 11-19 *in* "3.º Relatório Preliminar de Trabalhos Arqueológicos: Reconstrução de Edifícios - Rua Velha 7/9 e Travessa da Rua Velha 11/19, Coimbra", Direcção Científica de Sérgio Madeira, Coimbra, Abril 2008.

Documento 5 – Museu Nacional Machado de Castro, Escavações arqueológicas na Igreja Românica de São João, Coimbra, Maio 2011, fotografia de Sérgio Madeira.

Documento 6 – Travessa dos Gatos n.º 4-6/ Rua Sargento-Mor n.º 7-11, Coimbra, Desenho Arqueológico de Ana Catarina Cantante a incluir no "Relatório Final de Trabalhos Arqueológicos: Empreitada na empena do edifício da Travessa dos Gatos 4-6/ Rua Sargento-Mor 7-11, Coimbra", Direcção Científica de Sérgio Madeira/ Raquel Santos.

Documento 7 – Capa da obra *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, de LEECH, R. *et alii* (1999).

Documento 8 – Captura da página web de apresentação do projecto *PIACAT – Pla Integral per a l'Arqueologia en Catalunya* in [www.piacat.cat/](http://www.piacat.cat/) [acesso em 2011 Jul 28].

Documento 9 – *Museum of London* in [www.georgianlondon.com/museum-of-london-the-galleries-of-modern-lond](http://www.georgianlondon.com/museum-of-london-the-galleries-of-modern-lond) [acesso em 2011 Jul 30].

Documento 10 – *London Wall* in [guyperryman.com/2010/03/24/london-wall/](http://guyperryman.com/2010/03/24/london-wall/) [acesso em 2011 Jul 30].

Documento 11 – Pormenor da escavação do *Saint Mary's Hospital em Spitalfields* in [www.museumoflondon.org.uk/](http://www.museumoflondon.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

Documento 12 – Página de rosto da obra *Archaeological Site Manual*, de WESTMAN, A. (Ed.) (1994).

Documento 13 – Página de rosto da obra *PPS5 Planning for the Historic Environment: Historic Environment Planning Practice Guide* (2010).

Documento 14 – Gráfico: Enquadramento da actividade arqueológica em Portugal em 1996 e 2006, dados recolhidos por Jacinta Bugalhão e João Muralha, ALMEIDA, M. J. *et alii* (2009).

Documento 15 – Gráfico: Número de sítios inventariados em Portugal, dados recolhidos por Jacinta Bugalhão e João Muralha, ALMEIDA, M. J. *et alii* (2009).

Documento 16 – Mapa de Portugal, captura extraída de [maps.google.pt/](http://maps.google.pt/) [acesso em 2011 Jul 31].

Documento 17 – Zonas de Protecção do Património Histórico e Arqueológico – PDM Porto (Câmara Municipal do Porto) *in* [www.cm-porto.pt](http://www.cm-porto.pt) [acesso em 2011 Set 20].

Documento 18 – Capa da publicação "Portvs - Boletim de Arqueologia Portuense", n.º 11, Dezembro 2006.

Documento 19 – Graus de Protecção do Património Histórico e Arqueológico – PDM Coimbra (Câmara Municipal de Coimbra) *in* <http://pdm.cm-lisboa.pt/> [acesso em 2011 Set 23].

Documento 20 – Cartaz referente à comemoração dos seis anos de trabalho do Gabinete de Arqueologia, Arte e História da Câmara Municipal de Coimbra (disponibilizado pelo Gabinete de Arqueologia, Arte e História da C.M.C).

Documento 21 – Página de rosto da obra *Archaeology and the Urban Project – a European code of good practice* (2000).

## 1. Introdução

*“Quem não entende do Passado não pode sonhar para o Futuro”*

*Agostinho da Silva*

Pretende-se nesta Dissertação abordar o tema da Arqueologia Urbana, campo ainda pouco desenvolvido mas cuja importância tem vindo a ser revista e cuja contribuição para o futuro dos estudos arqueológicos é tida cada vez mais como uma mais-valia.

Nesse contexto, o *Museum of London* é um dos melhores, eventualmente mesmo o melhor, exemplo a nível mundial de como abordar a Arqueologia Urbana, uma vez que enquadra no espaço do centro londrino o Passado com o Presente, numa dinâmica de interacção entre trabalhos de campo, integração de achados nos projectos de recuperação urbanos, análise em gabinete e laboratório, criação de arquivos, enriquecimento de museus, divulgação à sociedade, desenvolvimento de voluntariado e criação de emprego.

Com base no estudo do complexo do *Museum of London* desde a sua fundação até à actualidade poder-se-á restabelecer objectivos relativamente ao caso Português, desde logo à cidade de Coimbra, em cujo Centro Histórico têm vindo a ser desenvolvidos crescentes trabalhos de Arqueologia em prol da memória colectiva da cidade, vector cada vez mais reconhecido face aos perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea.

A Dissertação em apreço pretende, portanto, desenvolver-se não só num vector informativo como também formativo, procurando, através do exemplo do *Museum of London* contribuir para a abertura de horizontes relativamente ao desenvolvimento da Arqueologia Urbana no nosso país.

Assim, procurar-se-á, antes de mais, sublinhar a importância do *Museum of London* como entidade precursora e dinamizadora dos estudos no âmbito da Arqueologia Urbana, descrevendo o percurso desde as suas origens até à actualidade.

Procurar-se-á, de igual forma, descrever o múltiplo potencial do *Museum of London*, enquanto museu polivalente, laboratório, empregador, promotor de trabalhos científicos e editor. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre formas de aplicação da experiência do *Museum of London* em território português, ainda que o caso do *Museum of London*, enquanto modelo, não seja facilmente replicável em contextos como o nosso e em conjunturas como a actual.

Na verdade, o *Museum of London*, através dos seus trabalhos, tem demonstrado que a Arqueologia Urbana é uma área concreta dentro da Arqueologia, com potencial valor e especificidades próprias, sendo esta perspectiva aquela que se pretende difundir no(s) caso(s) português(es).

Saliente-se, ao longo desta Dissertação, a relevância da relação de proximidade bi-lateral que estabelecemos com técnicos do *Museum of London*, cujo contributo na primeira pessoa é já, e será futuramente, fundamental para o fomento do intercâmbio de opiniões e experiências no âmbito dos temas em estudo.

Mediante os objectivos propostos, o trabalho em apreço desenvolver-se-á na seguinte sequência, a qual consideramos ser a mais lógica em termos de encadeamento de noções e realidades, as quais culminarão com uma reflexão final nossa sobre o tema:

- i) Iniciaremos este trabalho por fazer uma introdução à noção de Arqueologia Urbana, sua génese e progressão como campo próprio dentro da Arqueologia. Neste quadro, analisaremos a problemática "Arqueologia *na* Cidade vs Arqueologia *da* Cidade", faremos a resenha de alguns casos a nível mundial, e reflectiremos sobre o futuro da Arqueologia Urbana enquanto área de actuação que deveria ser cada vez mais reconhecida socialmente, face aos perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea;

- ii) Numa segunda parte, faremos uma resenha das quase quatro décadas de existência do *Museum of London*, desde a sua criação na década de 1970 até à actualidade. Abordaremos quais as motivações iniciais inerentes à sua criação e a forma como evoluíram e se alcançaram esses mesmos objectivos, nomeadamente através da criação dos novos pólos *Museum of London Archaeology* e *Museum of London Docklands*, apresentando para esse efeito quer uma descrição dos vários trabalhos arqueológicos desenvolvidos e sua repercussão no conhecimento da cidade de Londres, entre outros locais, quer uma análise do seguimento dado aos resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados pelos técnicos do *Museum of London*, nomeadamente ao nível laboratorial, arquivístico, museológico e de publicação/divulgação.
- iii) Procederemos, em seguida, à análise do estado actual da instituição *Museum of London Archaeology*, enquanto maior contratador de trabalhos arqueológicos em Londres e um dos três maiores na Inglaterra, sendo o único contratador de trabalhos arqueológicos no Reino Unido ligado directamente a um museu nacional, permitindo-lhe assim fornecer serviços comerciais ao mesmo tempo que se envolve com a comunidade, prestando educação pública.
- iv) Um novo capítulo será dedicado à análise do acolhimento e desenvolvimento da Arqueologia Urbana em Portugal. Para esse feito, apresentaremos alguns casos concretos, como sejam o de Lisboa, Porto, Braga, Mértola e Coimbra, e discutiremos as respectivas perspectivas de futuro, assim como as hipóteses de reformulação das estruturas teóricas e práticas relativamente à Arqueologia Urbana em Portugal, tomando o caso do *Museum of London* como exemplo de sucesso, no caso inglês.
- v) Em jeito de considerações finais, faremos uma reflexão global acerca de toda a temática inerente ao desenvolvimento desta Dissertação e apresentaremos a nossa ideia sobre a exequibilidade da aplicação ao caso português das propostas analisadas em torno do exemplo inglês.

## 2. A Arqueologia Urbana

*“(...) Mas (a Arqueologia), que estuda os testemunhos materiais da acção humana, está particularmente atenta aos gestos anónimos, às vozes sussurradas que, por detrás dos grandes feitos e das figuras que têm um rosto e um nome, perfilam o clamor longínquo da grande aventura da Humanidade.”*

*Vítor Oliveira Jorge, 1987*

Apesar de uma primeira abordagem na imagética do senso-comum associar “escavação arqueológica” a locais como o Egipto ou Perú, com o deserto ou a floresta equatorial em redor, esse retrato minimalista não faz juz à Arqueologia e em nada se relaciona com o tema que se pretende abordar nestas páginas, a Arqueologia Urbana.

Imagine-se, ao invés de um bucólico planalto ou encosta, um quarteirão de uma cidade com tráfego pedonal e/ ou automóvel e com todo um conjunto de infra-estruturas em uso: é aí que se desenvolve a Arqueologia Urbana. E, como em qualquer outro ramo da Arqueologia, requer particulares cuidados e pode aprender-se muito com ele.

Tomando, de um ponto de vista lato e abrangente, a Arqueologia como a disciplina científica que estuda as culturas e os modos de vida das comunidades humanas no Passado a partir da análise de vestígios materiais que então produziram e hoje subsistem, ao longo dos tempos a investigação arqueológica, inicialmente relacionada em grande parte com a Pré-História e as afamadas civilizações da Antiguidade, passou a aplicar-se a etapas mais recentes como a Idade Média, a Época Moderna ou o Período Industrial, incidindo na actualidade sobre todos os aspectos que marcaram esses tempos.

É nessa sequência evolutiva da própria história da Arqueologia que a Arqueologia Urbana ganha destaque, possibilitando saber mais sobre o nosso passado mais próximo, desde logo o passado de espaços hoje ocupados por quarteirões e bairros anteriormente construídos, alterados e vividos pelos nossos “anteriores vizinhos”.

Os meios urbanos centralizam instituições políticas e administrativas, importantes espaços de culto ou com cargas simbólicas, economias complexas com especialização do trabalho e estratificação social e a Arqueologia Urbana pode recuperar informações sobre estes e outros aspectos das comunidades passadas através de métodos de trabalho de campo e de laboratório cada vez mais em crescente especialização e desenvolvimento.

Face ao acelerar do ritmo de desenvolvimento urbano da actualidade (de muitas das nossas cidades) a Arqueologia Urbana tende cada vez mais a projectar-se, contribuindo para um novo enquadramento regulamentar que exige este tipo de trabalhos nos Centros Históricos.



Doc. 1  
Aspecto de um trabalho arqueológico de acompanhamento de obras públicas num centro urbano.



Doc. 2  
Exemplo de uma escavação em área em meio urbano, revelando calçadas, tijoleiras e pisos argamassados correspondentes a várias fases de ocupação do mesmo espaço.

## 2.1. Introdução à noção de Arqueologia Urbana

*“A arqueologia não pára onde começa a escrita. (...) a marca do quotidiano, o arqueosítio são muitas vezes o único meio para acedermos à mensagem daqueles para quem a oralidade foi a única memória.”*

*Cláudio Torres, 1989*

*“(As) origens (...) são muito mais complexas do que a estafada dicotomia imposta pela análise das fontes latinas e mediélicas. Caberá agora à arqueologia a última palavra.”*

*Manuel Luís Real, 1984*

Os fundamentos teóricos e metodológicos da Arqueologia Urbana são, *grosso modo*, os mesmos que os da Arqueologia no seu geral. As suas especificidades resultam mais do facto das cidades, enquanto objectos de estudo, corresponderem a espaços em constante e contínua renovação desde há séculos até aos dias de hoje.

Em Arqueologia Urbana a própria decisão de escavar, as razões que a motivam e a programação desses trabalhos apresentam contornos distintos: desde logo, não se pode simplesmente escavar em qualquer ponto da cidade, habitação ou artéria, para comprovação de determinada tese ou objectivo concreto. O arqueólogo em meio urbano tem de aproveitar as oportunidades, devendo estar atento a cada novo projecto de construção, uma vez que, quase sempre, um dado espaço numa actual malha urbana torna-se disponível para escavação devido às exigências do quadro regulamentar de planeamento urbano e não tanto devido à sua importância arqueológica.

Na verdade, alguns dos primeiros casos de Arqueologia Urbana nasceram, inicialmente, de projectos de execução de auto-estradas e metro nos Estados Unidos (Atlanta, Nova York, Filadélfia, Bóston, Seattle)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> *“What can we learn from urban archaeology?”* by Charles W. Bryant. Disponível em [science.howstuffworks.com](http://science.howstuffworks.com) [acesso em 2011 Jul 28].

Um dos pontos fortes da Arqueologia Urbana consiste no facto desta fornecer, muitas vezes, informações independentes e complementares à documentação escrita, debruçando-se pragmaticamente sobre os vestígios resultantes da vida quotidiana daquelas gentes ou daqueles espaços edificados que não ficaram de modo algum registados. Simples fragmentos cerâmicos abandonados em níveis de aterro, por exemplo, poderão contribuir para identificar relações comerciais ou alterações sócio-económicas, tanto ou mais que certos registos escritos. Esta realidade não impede, contudo, que todas as fontes escritas e orais constituem pontos de partida fundamentais na pesquisa e interpretação da história dos aglomerados urbanos – fontes também elas muito importantes com vista à análise do potencial e carga informativa que encerram os locais em estudo, antes mesmo de qualquer intervenção no terreno.

Relativamente ao trabalho de campo levado a cabo no terreno, os arqueólogos tiveram que ir adaptando-se e desenvolvendo métodos para trabalhar no ambiente urbano.

Se, por um lado, o arqueólogo deve acompanhar o trabalho desenvolvido por escavadoras na remoção de entulhos, trabalhando muitas vezes em função dos custos do aluguer de bombas de drenagem de águas ou prazos de empreitada, em vãos esconsos e profundas valas escoradas, por outro, tal como nos meios rurais, também nas áreas urbanas têm de ser rigorosos nos métodos de registo, nomeadamente através da aplicação dos princípios da estratigrafia arqueológica, eventualmente recorrendo ao uso da Matriz de Harris (HARRIS, 1989), procedendo à análise dos processos de acumulação no solo de diferentes estratos ou camadas, individualizando-os em unidades estratigráficas e analisando a relação entre si por forma a definir cronologias e contextos arqueológicos relacionados com artefactos e/ ou estruturas, sendo que em meio urbano a análise e interpretação das unidades estratigráficas reveste-se de particular dificuldade, fruto de muitas estratigrafias invertidas e múltiplos conjuntos de infra-estruturas (ROSKAMS, 2001, 2003).

Nessa conformidade, deve assegurar-se a monitorização arqueológica do projecto com o mínimo prejuízo do seu desenvolvimento ao mesmo tempo que sejam garantidas aos arqueólogos condições também minimamente satisfatórias para executar a sua tarefa.

Grande parte dos trabalhos em Arqueologia Urbana são, portanto, trabalhos arqueológicos de acompanhamento das próprias empreitadas e esse tipo de intervenção requer uma colaboração muito estreita entre os arqueólogos e os outros responsáveis e intervenientes em obra, sejam projectistas, técnicos de fiscalização, empreiteiros ou serventes. Muitas vezes a tensão entre as partes e a pressão de obra requerem uma especial inteligência de gestão e poder de negociação por parte dos arqueólogos.

Nos contextos urbanos o arqueólogo torna-se uma espécie de “médico de clínica geral”, uma vez que, para além de poder ter que intervir em diversos tipos de contextos arqueológicos, pertencentes a diferentes épocas, tem de possuir adequada preparação técnico-científica, experiência e boa capacidade de decisão, assim como um bom conhecimento e controle do projecto e calendário de obra.

Em contexto de obra, tem de saber lidar e ao mesmo tempo exigir formas de escavação menos agressivas como seja, por exemplo, o uso de escavadoras ligeiras em vez de grandes rotativas ou proceder a desaterros por camadas em vez de escavação vertical arbitrária, com interrupções pontuais em certas frentes, contribuindo estas opções para um melhor controlo dos trabalhos e melhor possibilidade de registo por parte do arqueólogo.



Doc. 3  
Remoção mecânica de entulhos  
por camada sob supervisão de um  
arqueólogo.



Doc. 4  
Desconstrução acompanhada de estruturas, após o respectivo registo arqueológico em campo.

Em contrapartida, o arqueólogo deverá informar os outros intervenientes nos projectos sobre o tipo de achados que ocorrem ou que poderão ser expectáveis, justificando devidamente os eventuais conditionalismos que se possam impor às obras.

Quando a intervenção arqueológica decorre num momento em que um dado projecto se encontra delineado, a noção de que a ocorrência de vestígios arqueológicos possa atrasar (ou mesmo inviabilizar, em situações-limite) um projecto de obra é uma realidade que, desde início, terá de ser assumida por todos os intervenientes, mediante o quadro legal vigente, devendo para isso os projectos estar abertos a ajustes que permitam a preservação e reintegração de determinados elementos arqueológicos, valorizando os projectos iniciais.



**Doc. 5**  
Painéis de informação/ divulgação dos trabalhos arqueológicos em desenvolvimento no Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra.

É evidente que em casos radicais de grande envergadura, como a alteração do traçado de uma estrada ou o impedimento da construção de um grande empreendimento imobiliário a questão apenas se coloca perante achados de carácter perfeitamente excepcional. Qualquer decisão que conduza a esse resultado será sempre seriamente ponderada, fazendo uso de critérios o mais possível objectivos de valorização dos vestígios, e partilhada entre os vários intervenientes, desencadeando mecanismos legais de classificação patrimonial, bem como processos de indemnização (REAL, BRANCO, 2009; SILVA, 2005).

Tendo em conta todas estas questões relacionadas com a valorização dos vestígios arqueológicos num contexto urbano, uma outra questão se levanta: afinal o que se entende por "vestígio arqueológico" ou o que é objecto das intervenções em Arqueologia Urbana?

Na verdade, nos últimos anos a atenção do arqueólogo que trabalha em meio urbano passou também a englobar, por exemplo, a Arqueologia dos edifícios, a chamada "Arqueologia da Arquitectura", que examina a evolução do património construído, registando e interpretando o edificado histórico.

A Arqueologia da Arquitectura teve a sua origem na década de 70 do século XX em Itália, fruto da mole de trabalhos de restauro e arqueologia medieval desenvolvidos nesse país, destacando-se os nomes de Tiziano Mannoni (MANNONI, 1990, 1996), Gian Pietro Brogiolo (BROGIOLO, 1988, 1996, 2007) e Roberto Parenti (PARENTI, 1983, 2002, 2004) como precursores deste tipo de estudo. Através da sua divulgação e debate em congressos e encontros internacionais como o de Palermo, em 1976<sup>2</sup>, Valladolid, em 1999<sup>3</sup> e Vitoria-Gasteiz<sup>4</sup>, em 2002, o reconhecimento do interesse da Arqueologia da Arquitectura suscitou a sua adopção por parte de arqueólogos, sobretudo no contexto da Arqueologia Urbana e, desde então, tem vindo a ganhar projecção face também ao acelerar do ritmo de desenvolvimento urbano da actualidade (de muitas das nossas cidades), favorecida por um novo enquadramento regulamentar que exige este tipo de trabalhos nos centros históricos.

A base da Arqueologia da Arquitectura é, de forma semelhante à análise de unidades estratigráficas no solo, a análise estratigráfica das sequências construtivas patentes nos alçados do edifício histórico (podendo obter informação não só da construção em si como também de reformas e alterações relacionadas com modas culturais ou necessidades pragmáticas), podendo aplicar-se a Matriz de Harris na fase de registo e representação estratigráfica de forma similar a qualquer escavação (RAMALHO, 2007).

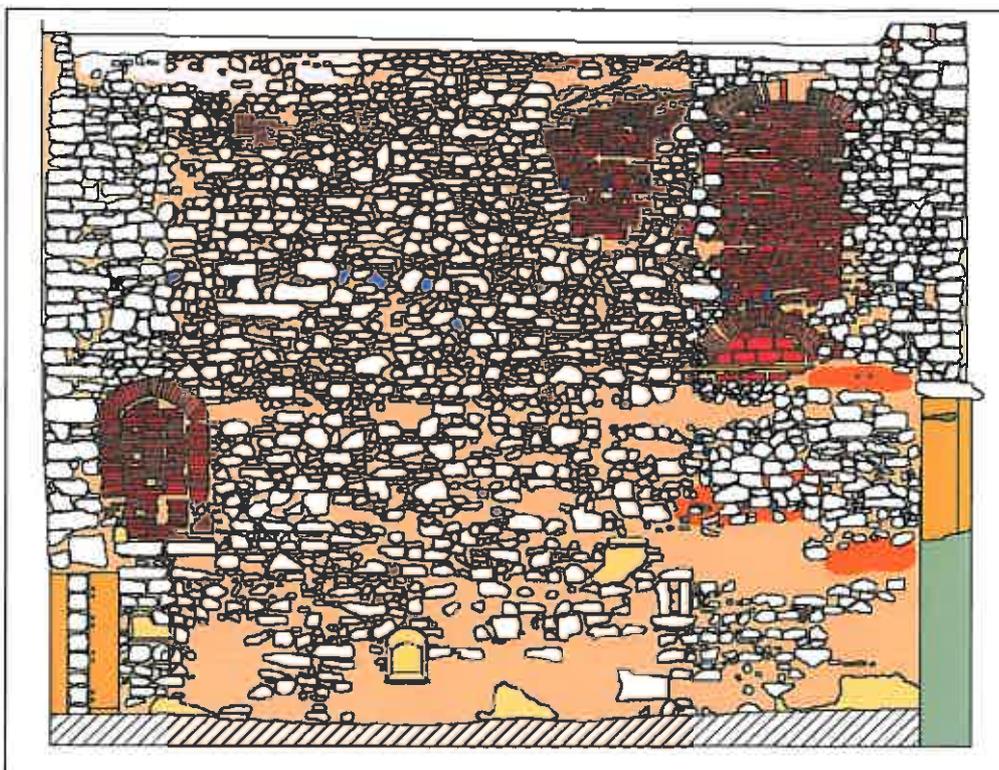
A Arqueologia da Arquitectura pode ser vista como um estudo pós-processualista, relacionado com a ampliação do âmbito disciplinar da Arqueologia Pós-Clássica sobretudo nos últimos trinta anos, debruçando-se sobre perspectivas de análise social da Arquitectura que, até então, não tinham sido abordadas formalmente por uma Arqueologia baseada numa perspectiva sobretudo estilístico-artística (*idem*). Neste contexto, a Arqueologia da Arquitectura não pode deixar de andar associada à Arqueologia Urbana, podendo ser considerada uma mais-valia.

---

<sup>2</sup> *Atti del Colloquio Internazionale di Archeologia Medievale, Palermo, 1976.*

<sup>3</sup> *Actas del V Congreso De Arqueología Medieval Española, Valladolid, 1999.*

<sup>4</sup> *2ª Bienal de la Restauración monumental, Vitoria-Gasteiz, 2002.*



Doc. 6

Registo gráfico de um estudo de Arqueologia da Arquitectura, com distinção de nichos, armários e janelas inutilizados, postos à vista graças à picagem de rebocos.

## 2.2. A génese e progressão da Arqueologia Urbana como campo próprio dentro da Arqueologia

*“O passado é a única realidade humana. Tudo o que é já foi.”*

*Anatole France*

Até finais do século XIX, quando a recolha de lixo doméstico começou a ser organizado nas áreas urbanas, o descarte de resíduos ou o seu enterramento um pouco por todo o lado eram prática comum. Se as casas ruíssem (ocorrência bastante comum quando as leis de planeamento eram, ainda, inexistentes), os proprietários reutilizavam o espaço, aterrando os restos e reconstruindo no local antigo. Estes fenómenos, aliados à sua continuada e intensa ocupação, contribuem para uma densidade estratigráfica muito grande nas cidades, problema com que se depararam ao arqueólogos que primeiro se dedicaram a escavar em meio urbano.

As primeiras escavações foram inicialmente limitadas a áreas rurais ou a cidades que tinham sido há muito abandonadas. O estudo precursor da cidade de Pompeia na segunda metade do século XVIII reconheceu a dificuldade da densidade estratigráfica, mas foi com a transição para a investigação mais acentuada das cidades na Europa após a Segunda Guerra Mundial (quando os danos resultantes dos bombardeamentos e a necessidade de reconstrução deixaram áreas abertas para a investigação) que houve necessidade de repensar novos métodos de escavação<sup>5</sup>. Na verdade, desde a Segunda Guerra Mundial, a reconstrução das cidades europeias e norte-americanas proporcionou um grande impulso à Arqueologia Urbana. Na Grã-Bretanha surgiram oportunidades para o estudo arqueológico de sítios com vestígios que remontam à época romana que de outra forma seriam inacessíveis. Nos distritos reconstruídos de Londres, Winchester, York e Exeter, entre muitas outras cidades britânicas, os arqueólogos têm, desde então, estudado a evolução dos padrões de assentamento urbano, arquitectura, indústria, comércio e comportamentos sociais<sup>6</sup>.

O Professor William Francis Grimes, arqueólogo galês que dedicou grande parte da sua carreira à Arqueologia de Londres, realizou, durante os anos 1950 e 1960, dezenas de escavações enquanto director do *London Museum* e do *Institute of Archaeology*, instituição da Universidade de Londres, fundada por Sir Mortimer Wheeler em 1937. Em 1954, Grimes identificou o *Mithraeum* (templo romano do deus Mitra) durante a reconstrução de um local bombardeado na Segunda Guerra Mundial. Embora o sítio tenha sido alterado pelas novas construções, Grimes conseguiu, então, salvar muito do património móvel, incluindo estátuas de mármore que atestaram a riqueza desse espaço no passado (GRIMES, 1956).

Para além de William Francis Grimes destaca-se o nome de outro arqueólogo, Martin Carver, cuja dedicação e trabalho resultaram no progresso da Arqueologia Urbana da Grã-Bretanha com repercussões várias e a um nível mais generalizado (CARVER, 2009).

---

<sup>5</sup> *Urban Archaeology – History, Methods, Current Status, Research and Theory in Current Archaeology*, by Steven R. Pendery. Disponível em [www.irank.org/history/pages/6593/Urban-Archaeology.html](http://www.irank.org/history/pages/6593/Urban-Archaeology.html) [acesso em 2011 Jul 28].

<sup>6</sup> *Idem.*

Martin Carver, professor emérito de Arqueologia da Universidade de York, tornou, já na década de 1980, o projecto de pesquisa de Sutton Hoo (sítio com vestígios funerários dos séculos VI e VII, nas imediações de Suffolk), do qual é director em nome do *British Museum* e da *Society of Antiquaries of London*, um expoente de novos métodos de escavação e levantamento do período medieval. Carver notabilizou-se, também, pela criação do *Archaeology Unity Camp (BUFAU)* na Universidade de Birmingham, actualmente designado *Birmingham Archaeology*, uma das principais unidades profissionais de Arqueologia na Grã-Bretanha, efectuando trabalhos de contratação em larga escala. Desenvolveu, ainda, a "Matriz de Carver" onde, tal como Edward Harris, usa contextos numerados e definidos no local arqueológico como elementos de uma sequência, mas acrescenta agrupamentos de relações de superioridade ou inferioridade dentro das noções de "recurso" e "estrutura" para aumentar o poder da interpretação (muitas vezes em fase posterior à escavação)<sup>7</sup>, inspirando o estudo de outros arqueólogos, como Norman Hammond, que desenvolveram sistemas semelhantes nos anos de 1980 e 1990 (HAMMOND, 1991).

Por sua vez, a proliferação do mercado automóvel suscitou a criação de corredores de trânsito urbano e parques de estacionamento subterrâneo, oferecendo também oportunidades para estudar locais profundamente enterrados.

Em Paris, a construção de um estacionamento subterrâneo na Ille de La Cité durante os anos 1970 e 1980 revelou sítios romanos, medievais e modernos. Iguamente em Paris, um dos casos mais carismáticos resultou da descoberta das bases do castelo de Carlos V durante a construção do Museu do Louvre, tendo estas sido integradas nas galerias subterrâneas no projecto do novo museu<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> No Diagrama de Carver as UEs estão inseridas em quadrados cujo tamanho corresponde ao período de tempo durante o qual se considera que esteve em função: os muros de um edifício com vários séculos de utilização ocuparão um quadrado largo e alto, uma vala que foi utilizada também durante muito tempo será representada num quadrado estreito e alto e outra que foi de uso temporário será representada num pequeno quadrado.

<sup>8</sup> "What can we learn from urban archaeology?" by Charles W. Bryant. Disponível em [science.howstuffworks.com](http://science.howstuffworks.com) [acesso em 2011 Jul 28].

Os E.U.A. apresentam-se como um caso interessante na Arqueologia Urbana pois, apesar de constituir um país de história recente, a protecção patrimonial é, aí, foco de atenção a nível nacional e local.

O *National Historic Preservation Act* de 1966<sup>9</sup> prevê a protecção e estudo de importantes sítios arqueológicos ameaçados por empresas federais e muitos Estados e algumas cidades promulgaram a sua própria legislação com vista à protecção de sítios arqueológicos significativos, resultando daí a possibilidade de investigação de sítios em meio urbano ignorados até recentemente. A construção de estradas nos centros históricos de Filadélfia, Boston, Atlanta, Knoxville e Seattle suscitaram estudos arqueológicos pioneiros em contexto urbano<sup>10</sup>.

Contudo, nem todas as obras de construção e restauro possibilitam oportunidades à Arqueologia. Na segunda metade do século XX os arqueólogos tiveram que reagir ao que alguns têm chamado "erosão da História", fenómeno ligado a uma aceleração sem precedentes na transformação das cidades e, em especial, do seu subsolo, com o desenvolvimento de cada vez mais infraestruturas subterrâneas, sem consideração pelas pré-existências.

Através de palestras e colóquios incrementou-se a procura de salvaguarda do património arqueológico em solo urbano por meios técnicos, jurídicos e intelectuais e através da divulgação pública dos resultados mediante exposições, visitas e publicações, daí advindo um crescente interesse demonstrado pelo cidadão acerca das sociedades e formas de vida passadas.

Na época presente, onde a "globalização" e a ideia de "aldeia global" são cada vez mais uma constante, a Arqueologia Urbana será uma mais-valia no contributo para a preservação e projecção das identidades nacionais e locais ou mesmo para a própria definição dessas mesmas identidades, podendo, através do Passado, perceber melhor o Presente e poder preparar melhor o Futuro.

---

<sup>9</sup> *National Historic Preservation Act*. Disponível em [www.achp.gov/nhpa](http://www.achp.gov/nhpa) [acesso em 2011 Jul 28].

<sup>10</sup> *Urban Archaeology – History, Methods, Current Status, Research and Theory in Current Archaeology*, by Steven R. Pendery. Disponível em [www.jrank.org/history/pages/6593/Urban-Archaeology.html](http://www.jrank.org/history/pages/6593/Urban-Archaeology.html) [acesso em 2011 Jul 28].

### 2.3. Análise da problemática: “Arqueologia *na* Cidade ou Arqueologia *da* Cidade”

“O património arqueológico é, por definição,  
um bem comum, colectivo, do povo.”

Francisco Sande Lemos, 2006

Para proceder a uma reflexão relativa à problemática “Arqueologia *da* Cidade ou Arqueologia *na* Cidade” creio que o melhor ponto de partida será considerar a opinião dos arqueólogos portugueses João Zilhão e Francisco Sande Lemos de que “o património arqueológico é, por definição, um bem comum, colectivo, do povo” (LEMOS, 2006: 16).

Nessa contingência, todas as directivas que não partilhem desta perspectiva serão, assim, contrárias à própria essência da Arqueologia. Dessa forma, a problemática em causa estaria celeremente resolvida, através da adopção lógica de uma “Arqueologia *da* Cidade”, tomando esta como um sítio arqueológico único, cujo legado histórico deverá ser devolvido à população em geral.

Mas serão as coisas assim tão simples?

Com efeito, a Arqueologia Urbana, com toda a sua complexidade estratigráfica, o seu perfil particular enquanto palimpsesto arqueológico, as dificuldades que encerra por actuar em cidades vivas e as múltiplas entidades envolvidas na gestão do espaço urbano, tem sido frequentemente revista e proposta como um domínio específico dentro da Arqueologia, regido por leis e políticas concretas e desenvolvido por arqueólogos com experiência comprovada na área.

Contrastando com o exemplo dado pela Arqueologia Urbana nos países anglo-saxónicos, com especial destaque para o trabalho de referência desenvolvido ao longo dos anos pelo *Museum of London* enquanto centro coordenador de intervenções, o caso português tem conhecido, acima de tudo, a prática de uma “Arqueologia *na* Cidade”, onde se tornou habitual ver em ruas vizinhas trabalhos arqueológicos desenvolvidos sem qualquer ligação ou consonância substantiva entre si.

A discussão em torno desta perspectiva remonta já a debates levados a cabo nas décadas de 1970 e 1980, cuja posterior criação do Instituto Português de Arqueologia (1997), assim como a aprovação da Lei de Bases do Património (2001) pareciam vir a ter em conta mas que, na verdade, acabaram por deixar que a Arqueologia Urbana fosse totalmente integrada, sem particulares ressalvas, na lógica dos contextos da "Arqueologia de Salvamento".

Se, para alguns, a continuidade de trabalhos (mesmo que sem relação ou conhecimento prévio entre si, desenvolvidos de forma díspar por arqueólogos, empresas e/ ou especialistas) seja preferível à pura inexistência de trabalhos arqueológicos, tal premissa parece tendenciosa, ao mesmo tempo que parece validar a ideia de que o que interessa é fazer (escorados na exigência da lei) e não tanto fazer bem (tendo como propósito a salvaguarda do património e a produção de conhecimento), sobretudo se observarmos bons exemplos estrangeiros ou mesmo portugueses, como seja o Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto (GAU), o qual mostrou ser possível a coordenação e gestão dos vários trabalhos arqueológicos a desenvolver em consonância com os projectos de requalificação urbana.

Certo é que não se pode deixar que as memórias se percam, que as identidades se percam, devendo, para isso, ser criados, seja por quem for, depósitos organizados desse conhecimento, seja através da musealização, do arquivo, da elaboração de bases de dados, etc., nas cidades para as cidades.

#### **2.4. Resenha de alguns casos internacionais de "sucesso" e "insucesso"**

*"Falhar não é fatal: é a coragem para continuar que conta."*

*Winston Churchill*

A Arqueologia nas cidades tem vindo a acontecer há já algum tempo, desde o século XVIII, em cidades com uma reconhecida herança arqueológica como Roma, Pompeia, Alexandria e Cidade do México.

Foi nas últimas décadas, no entanto, que a questão da valorização do património arqueológico em meio urbano tem vindo a ganhar uma certa ascendente no campo das políticas de poder local e central.

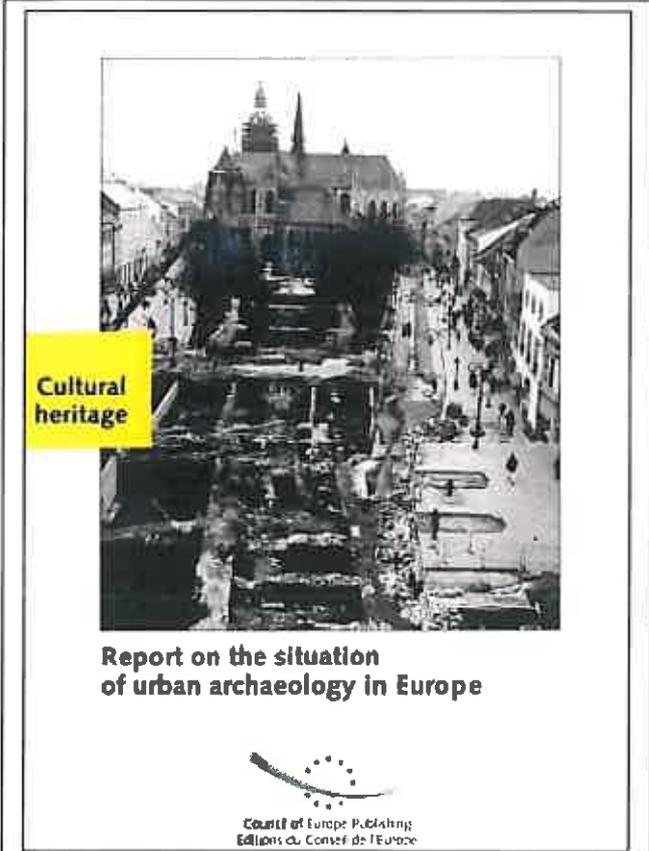
Em 1992 foi revista e assinada em La Valleta a Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico e, muito embora não haja aí uma referência concreta ao património arqueológico urbano, no âmbito do Conselho da Europa efectuaram-se reuniões sobre esse domínio específico que culminaram no *European Code of Good Practice: Archaeology and the Urban Project* (2000) e no *Report on the situation of Urban Archaeology in Europe* (2001), onde autores de vinte e dois países gizam uma síntese da Arqueologia Urbana nos diferentes países europeus. Estes actos, juntamente com a aprovação de algumas directivas comunitárias (desde logo, 85/337/CEE e 97/11/CE) que instituem os princípios do “poluidor pagador” e da “acção preventiva”, contribuíram para a proliferação de novos trabalhos, multiplicando-se as medidas preventivas e minimizadoras no âmbito de trabalhos prévios e acompanhamentos de obras públicas e privadas.

A importância do valor cultural do património arqueológico encontra-se, assim, reconhecida na legislação internacional em vigor e este reconhecimento, em articulação com os vários instrumentos de gestão e de ordenamento do território, contribui para o fomento da sua protecção e salvaguarda.

E, se, no passado, a visão tradicional dominante do património cultural apenas considerava importantes as obras de arte, a arquitectura e elementos de grande valor, hoje esse conceito é obsoleto.

Numa sociedade cada vez mais globalizada e marcada pelo enfraquecimento dos laços sociais das origens da população, assim como pela “descoberta” da rentabilidade económica, presente nas políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento, valorizam-se cada vez mais os vestígios das manifestações culturais como resultado da vivência humana (REAL/ BRANCO, 2009).

Citando Fernando Real e Gertrudes Branco, “independentemente de qualquer critério que utilizemos para o classificar, o património cultural possui um valor *per se* enquanto resultado de uma construção cultural humana. Este, portador de informação que contribui para o aumento do conhecimento, atribui sentido, valor e significado a algo que, aparentemente, já não tem utilidade, e é esse facto que legitima a sua protecção” (REAL/ BRANCO, 2009: 18).



**Cultural heritage**

**Report on the situation  
of urban archaeology in Europe**

**Doc. 7**  
*Report on the situation of urban  
archaeology in Europe: obra  
incontornável para uma  
contextualização e análise do  
panorama europeu no que à  
Arqueologia Urbana diz respeito.*

Council of Europe Publishing  
Éditions du Conseil de l'Europe

Porém, nem tudo têm sido sucessos e, em muitos casos, a prática não tem acompanhado as boas tendências, sobretudo pela falta de estratégias de gestão entre os interesses patrimoniais e urbanísticos, nem sempre facilmente conciliáveis.

A *Grã-Bretanha* representa um dos melhores exemplos do que tem sido feito ao nível da Arqueologia Urbana à escala global. Para tal contribui, desde logo, um reconhecimento endógeno do valor do património arqueológico, nomeadamente pelo reconhecimento da importância dos múltiplos monumentos históricos e arqueológicos aí existentes, representativos de mais de dois mil anos de história, espalhados por toda a sua área geográfica, que levou, desde cedo, ao seu levantamento e inventariação, compondo, desde o século XVIII, uma lista de mais de vinte mil locais protegidos pelo Estado (LEECH, 1999: 229-246).

Porém, foi apenas a partir da Segunda Grande Guerra e dos danos por ela provocados que, a par com a reconstrução urbanística, a Arqueologia em meio urbano começou a ter maior impacto.

Os bombardeamentos sofridos deixaram a descoberto vestígios do Passado de várias cidades, como Londres, Winchester, Canterbury, Southampton, Exeter e York, que fomentaram a curiosidade e interesse de arqueólogos e amadores (*idem, ibidem*).

No entanto, o desenvolvimento mais substancial dos estudos arqueológicos em meio urbano deu-se através da criação do *Department of Urban Archaeology* londrino em 1973, sob os auspícios do *Guildhall Museum*, com vista à condução de um programa de escavação e investigação focado nos vários aspectos das origens e desenvolvimento da cidade, com intervenções efectuadas nomeadamente nas margens do Tamisa, onde depósitos arqueológicos corriam o risco de destruição em resultado de trabalhos de reabilitação.

Um estudo desta área foi, obviamente, muito interessante para a compreensão do crescimento do principal porto britânico, tornando-se o mote para um reflorescimento da Arqueologia Urbana no Reino Unido.

Desde então, a partir da década de 80 do século XX, multiplicaram-se os trabalhos arqueológicos em meio urbano, desenvolvidos sobretudo por representantes de pólos universitários e por empresas privadas de Arqueologia (*idem, ibidem*).

Até à segunda metade do século XX a *França* foi, como grande parte dos seus vizinhos, um país maioritariamente rural. Apesar de alguns esforços legais nos anos quarenta em prol do respeito por achados arqueológicos, a verdade é que, para além de um pequeno número de amadores em busca de achados de ocasião, a profissão de arqueólogo só a partir da década de sessenta é que começou a impor-se, tendo-se dado, até aí, os primeiros passos de uma revolução urbanística sem qualquer acompanhamento ou relatório arqueológico. A partir de então, lentamente, o valor da Arqueologia Urbana foi crescendo, culminando no *meeting* de Tours em 1980, onde se fez um ponto de situação e se gizaram objectivos com vista ao estudo e preservação do património histórico e arqueológico (LEECH, 1999: 91-102).

Actualmente é o próprio Estado francês que detém a responsabilidade sobre a Arqueologia, não tendo este domínio, ao contrário de outros, sido afectado pela regionalização. Esse "monopólio estatal" tem vindo a ser cada vez mais aberto nos últimos anos, com a divulgação da importância da Arqueologia junto dos donos de obra por parte do Estado, favorecendo assim a expansão dos trabalhos de Arqueologia a empresas e técnicos privados, em conformidade com a evolução dos estudos arqueológicos à escala geral.

Com base na *Association pour les Fouilles Archéologiques Nationales (AFAN)* criada em 1973, mas em conformidade com as novas realidades e mediante nova jurisprudência relacionada com a Arqueologia preventiva aprovada em 2001 (*Loi n.º 2001-44 du 17 janvier*), foi criado, em 2002, sob a tutela dos Ministérios da Cultura e da Comunicação francesas, o *INRAP – Institut National de Recherches Archeologiques Préventives*<sup>11</sup>, cujos principais objectivos se centram na salvaguarda e estudo do património arqueológico sob perigo de afectação por obras de desenvolvimento e criação de infra-estruturas. A existência deste organismo estatal mostra expressamente uma vontade de sustentação por parte do Estado do exercício de serviço público de interesse geral, quer em benefício da comunidade científica, quer da sociedade, contribuindo para uma maior consciencialização social do valor do património arqueológico.

---

<sup>11</sup> *INRAP - Institut National de Recherches Archéologiques Préventives*. Disponível em [www.inrap.fr/archeologie-preventive/p-7-Accueil.htm](http://www.inrap.fr/archeologie-preventive/p-7-Accueil.htm) [acesso em 2011 Jul 28].

Anualmente, o *INRAP* realiza mais de duas mil avaliações arqueológicas e cerca de trezentas escavações em toda a França, abrangendo a colaboração de centenas de profissionais, em parceria com promotores imobiliários, empresas de construção de estradas, proprietários de pedreiras, empresas públicas e conselhos regionais, locais e camarários, colaborando na execução ou partilhando dos resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados por outros.

A gestão financeira do *INRAP* processa-se mediante a facturação directa dos trabalhos arqueológicos efectuados juntamente com a receita de um imposto definido sobre o metro quadrado escavado (0,49 €/ m<sup>2</sup>).

A influência do *INRAP* não se limita ao território francês, mantendo relações com a comunidade científica internacional, partilhando e contribuindo para uma melhor compreensão e gestão do património arqueológico a nível mundial.

Como em qualquer outro processo de gestão dependente do poder central, os trâmites burocráticos e a distância podem constituir o "grão de areia" que impede a excelência do funcionamento da "máquina" da Arqueologia francesa.

O caso da *Alemanha*, super-potência europeia, encerra uma particular influência do factor político na Arqueologia, nomeadamente na Arqueologia Urbana.

Com base no interesse humanista pela Antiguidade Clássica, os primeiros passos da Arqueologia Urbana em território germânico foram dados no século XIX, em cidades marcadas por forte influência do período romano, como Trier, Xanten, Regensburg ou Colónia. Em contrapartida, a importância da execução de trabalhos arqueológicos como fonte de conhecimento relativamente à génese e desenvolvimento das urbes medievais só na segunda metade do século XX teve o devido reconhecimento.

Tal como em França, Inglaterra ou demais países fustigados pela Segunda Guerra Mundial, a Alemanha viu nas destruições decorrentes dos bombardeamentos uma oportunidade para o incremento da Arqueologia Urbana.

Apesar de serem, acima de tudo, trabalhos de "Arqueologia de Salvamento", os resultados revelaram-se, desde logo, muito positivos. No entanto, se cidades como Leipzig, Frankfurt, Dresden, Lübeck, Hamburgo, Munique puderam gozar de trabalhos arqueológicos de acompanhamento das remodelações urbanas no pós-guerra, já outras cidades como Ulm, Freiburg, Estugarda, Nuremberga, apesar de vincadas heranças medievais, não contaram com a presença de arqueólogos nas suas remodelações (LEECH, 1999: 103-110).

Tal situação deveu-se a uma assumida posição política de "terra queimada", numa opção de reconstrução a partir do zero, criando cidades modernas para os cidadãos da segunda metade do século XX, procurando a todo o custo um novo crescimento socio-económico no pós-guerra. Tal postura suscitou, no entanto, a indignação de um vasto rol de elementos relacionados com a defesa do Património, iniciando movimentos de salvaguarda que se prolongaram até à queda do Muro de Berlim, aproveitados, em muitos casos, como apoio à exploração de uma identidade histórica e arqueologicamente fundamentada para o bloco de leste e para o bloco ocidental. A partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim, o foco dos trabalhos arqueológicos passou a concentrar-se na salvação do máximo de vestígios mediante uma reestruturação urbana relacionada com a criação de novos espaços edificados em sintonia com os novos investimentos capitalistas (*idem, ibidem*).

Actualmente, os trabalhos arqueológicos, incluindo os de Arqueologia Urbana, são regidos por directivas heterogéneas, resultado da particularidade de jurisprudência correspondente a cada *Bundesland* (cada um dos dezasseis Estados Federais que compõem o actual território germânico). Mediante esta realidade, o Estado alemão, através do *German National Heritage Comitee*<sup>12</sup> procurou colmatar esta deficiência ao reunir o quadro regulamentar relativo ao património dos vários *Bundesländer* num só documento.

---

<sup>12</sup> *German National Heritage Comitee/ Deutschen Nationalkomitee für Denkmalschutz*. Disponível em [www.dnk.de/](http://www.dnk.de/) [acesso em 2011 Jul 28].

Um dos pontos principais tidos em conta foi a beneficiação fiscal dos donos de obra compelidos a participar uma grande percentagem dos custos dos trabalhos arqueológicos de acompanhamento de empreitadas, medida pouco popular, mas sem a qual o Estado, por si só, não poderia cabimentar toda a despesa relacionada com os trabalhos arqueológicos.

O caso da *Bulgária* é um interessante exemplo no mundo da Arqueologia Urbana. Não sendo uma grande potência centro-europeia, é um bom exemplo a nível legal, profissional, cultural e social no que concerne aos trabalhos de Arqueologia Urbana. Na verdade, o interesse pelo Património pode, neste caso, inclusive, pecar por excesso. Em termos legislativos são vários os documentos que procuram zelar pela valorização do património arqueológico: a própria Constituição da República, o Acto Histórico dos Monumentos e Museus, o Acto de Planificação Regional. Com apoio nestas bases legais, são várias as entidades que regem o património: Instituto de Arqueologia e respectivo Museu juntamente com a Academia de Ciências Búlgara, Ministério da Cultura, Instituto Nacional de Monumentos Históricos, Ministério para o Desenvolvimento e Construção Regional, para além de autoridades e museus locais (LEECH, 1999: 41-46).

Relativamente aos apoios financeiros, estes provém quer de subsídios públicos e locais, quer de pagamentos de donos de obra ou doações particulares. A nível social, a importância da Arqueologia é ensinada logo nos primeiros anos de escola e a divulgação de trabalhos e estudos é feita através de publicações em jornais e programas de rádio e televisão, levando à consciencialização da presença da Arqueologia na planificação e reestruturação urbana (*ibidem*).

Ao contrário da vizinha França, onde a presença de arqueólogos foi acompanhando a revolução urbanística da segunda metade do século XX, a *Bélgica* representa um caso de perdas irreversíveis de vestígios arqueológicos, devido à ausência de acompanhamento arqueológico até à última década do século XX. Porém, a partir de 1991, com vista a compensar os erros do passado, a Região de Bruxelas, juntamente com o conjunto dos *Musées Royaux d'Art & d'Histoire*, procedeu a um trabalho hercúleo de inventariação e mapeação do

maior número possível de vestígios arqueológicos, autarquia por autarquia, contextualizando-os mediante fontes escritas e orais. Também a protecção legal do Património passou a ser tida em conta com várias leis aprovadas ao longo da década de 90, assim como a sua divulgação à sociedade civil, nomeadamente através da abertura de locais de trabalhos arqueológicos desenvolvidos no âmbito da execução das fundações de centros comerciais (LEECH, 1999: 31-40).

A herança romana nas cidades da *Itália* é a sua principal realidade arqueológica. A sua relação com anteriores presenças pré e proto-históricas e posteriores presenças medievais e modernas tem sido uma constante. No entanto, as políticas de reconstrução urbana no período que se seguiu à Segunda Grande Guerra ameaçaram a salvaguarda desses legados estratigráficos, componentes fundamentais da identidade urbana. Felizmente, graças ao reconhecimento internacional das boas práticas levadas a cabo nomeadamente na Grã-Bretanha, a partir da década de 70 a percepção da importância da Arqueologia Urbana ganhou em Itália uma nova dinâmica.

Na verdade, nas cidades italianas, até então, a tendência era para salvaguardar a herança do edificado em detrimento dos achados provenientes do subsolo. Para além disso, de um modo geral, os trabalhos arqueológicos debruçavam-se, acima de tudo, sobre as áreas rurais, tal como aconteceu, por exemplo, inicialmente em França (LEECH, 1999: 133-142).

A responsabilidade do planeamento urbano passou a ser distribuída pelas regiões através de instituições estatais regionais. A Lombardia foi uma das primeiras regiões a expor o resultado de trabalhos, apresentados na exposição "Arqueologia Urbana na Lombardia", em 1986<sup>13</sup>. Seguiram-se as cidades de Florença, Milão, Nápoles, Roma, Verona, Bolonha, Ferrara e Aosta. Socialmente, a recepção da Arqueologia Urbana pelos cidadãos em geral também foi tomando um caminho ascendente, percebendo estes, progressivamente, que os vestígios arqueológicos fazem parte da sua identidade histórica e da memória colectiva da cidade, podendo também constituir um importante vector de desenvolvimento económico (*idem, ibidem*).

---

<sup>13</sup> *Archeologia urbana in Lombardia, valutazione dei depositi archeologici e inventario dei vincoli, Modena 1986.*

A protecção do património arqueológico na Itália foi, até há relativamente pouco tempo regida pela Lei n.º 1089 de 1 de Junho de 1939, incidindo sobre os materiais artísticos, históricos, arqueológicos e etnográficos, considerando que todo o material do subsolo é, *a priori*, propriedade do Estado. Esta Lei foi actualizada através do Decreto Legislativo n.º 490 de 29 de Outubro de 1999, bastante similar à Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro aplicada em Portugal.

Actualmente, a maioria dos trabalhos em meio urbano em Itália ainda são desenvolvidos no contexto da Arqueologia de Salvamento, inscritos em acompanhamento de empreitadas.

Tal como noutros países, este quadro origina, em muitos casos, a paragem destas, constituindo uma realidade que acarreta encargos dificilmente compreendidos pelos outros intervenientes em obra, encargos que, através de um planeamento e de análises de diagnóstico prévio, poderiam ser facilmente evitados, partindo da suposição que a presença de vestígios no subsolo é uma realidade incontornável na maioria das cidades italianas.

A segunda metade do século XX ficou marcada em *Espanha*, como no resto da Europa, por uma forte renovação urbana. A relação da Arqueologia com o fenómeno da renovação urbana ficou, inicialmente, ao encargo dos ministérios tutelares e elites universitárias, cuja perspectiva de intervenção com o passar dos anos se mostrou algo obsoleta, presa a realidades passadas, cuja tradição se foi mantendo.

Em 1983 decorreu em Saragoça a primeira conferência sobre arqueologia urbana em Espanha<sup>14</sup> mas pode dizer-se que a Arqueologia Urbana "moderna" na Espanha começou apenas no final da segunda metade da década de 80, favorecida pela mudança de geração e de perspectivas e pelo desenvolvimento do processo autonómico. Essa autonomia, repartida pelos diferentes governos regionais, passou igualmente pela renovação dos serviços municipais de Arqueologia, a quem passam a ser dadas novas responsabilidades em matéria de protecção do património histórico e arqueológico, mediante um novo quadro regulamentar para a Arqueologia Urbana, inscrito na legislação espanhola

---

<sup>14</sup> *Primeras Jornadas de Arqueología en las Ciudades Actuales, Zaragoza, 1983.*

em Urbanismo e Planeamento Regional e Local (*Real Decreto Legislativo 1/1992, de 26 de junio, por el que se aprueba el Texto Refundido de la Ley sobre el Régimen del Suelo y Ordenación Urbana*) e relativa ao Património Histórico Nacional (*Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español*) (LEECH, 1999: 201-208).

Actualmente, ainda que as situações e as leis variem em função de cada Comunidade Autónoma, a Espanha na sua generalidade tem vindo a assumir a Arqueologia Urbana como uma necessidade social e como um componente importante da vida das cidades modernas (*Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español*), devendo o património arqueológico urbano ser adaptado ao dinamismo de cada cidade.

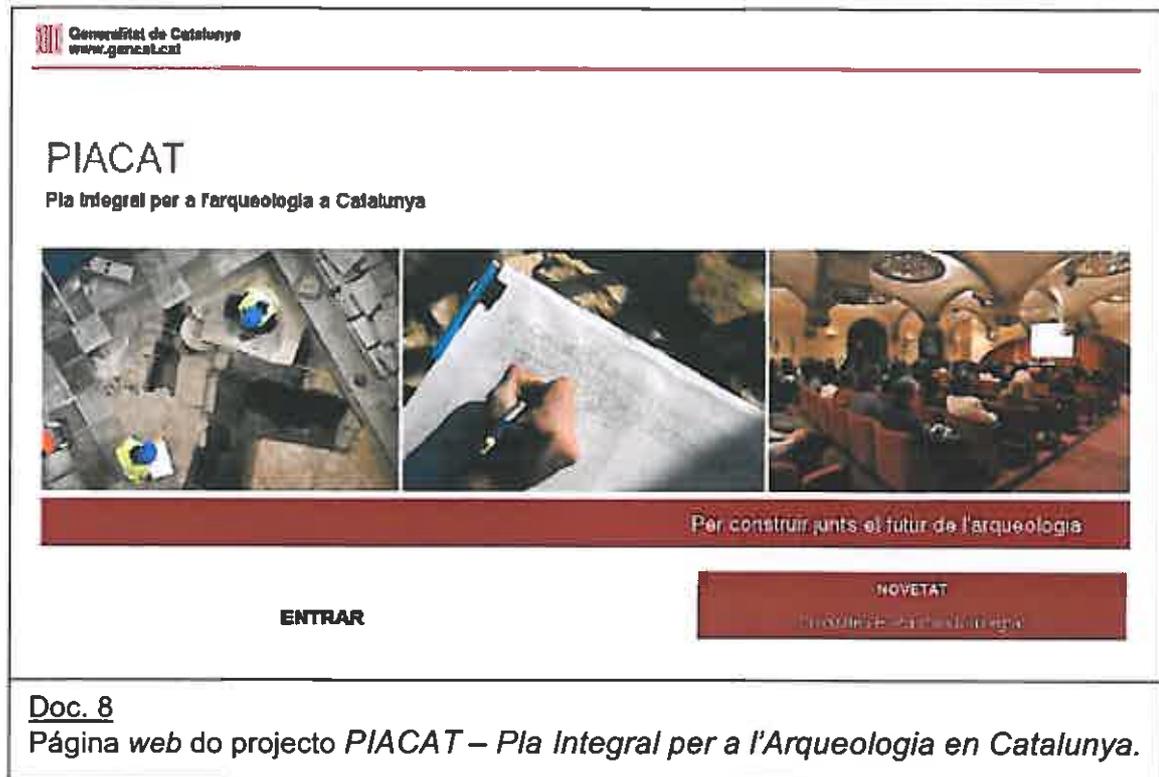
Salientem-se exemplos como o de Tarragona, onde as obras da *TED'A – Escuela Taller-d'Arqueologia*, em colaboração com o Governo Autónomo da Catalunha (MAR, 1999), foram de particular importância, contribuindo com renovados métodos de planeamento de trabalhos e investigação, os quais, juntamente com uma abundante produção científica contribuíram para o seu reconhecimento dentro e fora das fronteiras nacionais. O caso da Catalunha, onde o interesse pela Arqueologia Preventiva desde inícios da década de 1980, culminou, recentemente, desde 2007, com o desenvolvimento do projecto *PIACAT – Pla Integral per a l'Arqueologia en Catalunya*<sup>15</sup>, onde a principal bandeira é a procura da normalização de métodos de investigação e arquivo, em constante actualização com as novas tecnologias, em consonância com centros de interpretação e museus, mas também com universidades e empresas.

Nesse contexto, deve sublinhar-se a importância do *Museu d'Història de la Ciutat* em Barcelona<sup>16</sup>, enquanto centro científico coordenador, passível de articular e normalizar os procedimentos das várias intervenções vigentes (iniciando um caminho muito semelhante ao do *Museum of London*).

---

<sup>15</sup> *PIACAT – Pla Integral per a l'Arqueologia en Catalunya*. Disponível em [www.piacat.cat/](http://www.piacat.cat/) [acesso em 2011 Jul 28].

<sup>16</sup> *Museu d'Història de la Ciutat* (Barcelona). Disponível em [www.museuhistoria.bcn.es/](http://www.museuhistoria.bcn.es/) [acesso em 2011 Jul 28].



Generalitat de Catalunya  
www.gencat.cat

# PIACAT

Pla Integral per a l'arqueologia a Catalunya



Per construir junts el futur de l'arqueologia

ENTRAR

NOVETAT  
Procediment d'actualització

Doc. 8  
Pàgina web do projecto *PIACAT – Pla Integral per a l'Arqueologia en Catalunya.*

Constata-se, desta forma, que nos países da Europa, apesar de certos trabalhos de interesse arqueológico em locais icónicos como Pompeia, Roma ou Óstia remontarem aos séculos XVIII e XIX, e de certos arqueólogos amadores ou meros caçadores de tesouros emprenderem escavações com vista à detecção de espólio arqueológico muito concreto, a sensibilidade para com a Arqueologia Urbana surgiu, na maioria dos casos, no balanço do pós-guerra, a partir da segunda metade do século XX, no contexto do estudo dos espaços destruídos e consequentes reconstruções, em moldes cada vez mais intrusivos dos solos urbanos.

O progresso do urbanismo acabou por contribuir, assim, para o desenvolvimento da Arqueologia Urbana enquanto fenómeno cada vez mais aceite pela comunidade civil e pelos organismos estatais, criando, mais cedo ou mais tarde, quadros legais de protecção e supervisão que, variando na forma, podem considerar-se idênticos na sua essência.

Para além do interesse científico, os Estados da Europa foram apercebendo-se igualmente do potencial económico que poderão encerrar muitos dos vestígios descobertos, potenciando o turismo e galvanizando as indústrias culturais e criativas na economia do espaço europeu.

Efectivamente, como resultado de vários factores, entre os quais o prolongamento da esperança de vida, o desenvolvimento da escolaridade e a melhoria geral das condições de vida, o turismo cultural tem crescido exponencialmente na última década, levando a uma grande procura de locais com interesse histórico e arqueológico um pouco por toda a Europa.

Do outro lado do Atlântico, nos *Estados Unidos da América* destaca-se o caso da cidade de *Nova Iorque*, área ocupada por nativos americanos há pelo menos onze mil anos, colonizada no século XVII pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais como entreposto comercial com o nome de New Amsterdam e re-colonizada e re-baptizada como New York pela Inglaterra. O seu porto natural tornou-se numa porta de entrada ideal para a exportação de mercadorias para a Europa e porta de entrada de imigrantes, detendo já, no século XIX, o domínio da economia regional e, progressivamente, nacional, tornando-a a maior e mais importante cidade dos Estados Unidos da América.

A arqueologia de Nova Iorque não é, porém, tão bem conhecida quanto a sua história. Iniciada por arqueólogos amadores como Reginald Bolton<sup>17</sup> e William Calver<sup>18</sup>, que desenvolveram trabalhos por toda a cidade no início do século XX, tendo como objectivo a descoberta de vestígios de assentamentos indígenas americanos, num esforço de impedir a destruição completa de vestígios mediante o progresso da urbanização, só na década de 60 desse século os primeiros arqueólogos profissionais, como Bert Salwen, começaram a conduzir o trabalho dentro da cidade de forma sistemática, mudando, curiosamente, o alvo dos trabalhos para o estudo da própria urbanização.

---

<sup>17</sup> *Reginald Bolton*. Disponível em [hhoc.org/hist/](http://hhoc.org/hist/) [acesso em 2011 Jul 29].

<sup>18</sup> *William Calver*. Disponível em [myinwood.net/late-19th-century-inwood-part-iii/](http://myinwood.net/late-19th-century-inwood-part-iii/) [acesso em 2011 Jul 29].

No entanto, foi com a escavação do *Stadt Huys Block* em Manhattan em 1979 e 1980<sup>19</sup> que os trabalhos de Arqueologia Urbana em Nova Iorque realmente emergiram como projecto visível, ajudando a construir a evolução histórica da cidade<sup>20</sup> e demonstrando que sítios com significado arqueológico podem sobreviver em áreas que tenham sofrido grandes alterações posteriores<sup>21</sup>.

Desde então outros grandes projectos foram realizados um pouco por todos os bairros desta e de outras cidades, como Chicago, Baltimore ou Detroit (YOUNG, 2000).

Actualmente, as leis federais, estaduais e municipais exigem que os órgãos governamentais avaliem os efeitos ambientais e patrimoniais das acções urbanísticas antes de empreender, aprovar ou financiar tais acções.

No caso de Nova Iorque, o *African Burial Ground* e *Commons Historic District* em Manhattan, o *Adrian & Wyckoff Ann Onderdonk House* em Queens e porções da *Governor's Island Historic District* e *Fort Totten Historic District* são locais que estão actualmente salvaguardados em termos arqueológicos<sup>22</sup>. Para esta realidade tem contribuído, igualmente, o trabalho do *New York Archaeological Council*, cujos relatórios de trabalhos arqueológicos estão disponíveis para consulta mediante pedido<sup>23</sup>.

## **2.5. Perspectivas de futuro face aos perigos da homogeneização e despersonalização contemporâneas**

*"Tal como as pessoas, as sociedades e os povos possuem uma memória colectiva que constitui parte essencial da sua identidade como grupo e cuja perda poderá causar graves perturbações. Sabe-se que esta memória colectiva constitui um quadro de referência fundamental para o equilíbrio psicológico necessário para reagir às mudanças que constantemente se prefiguram nas nossas cidades".*

---

<sup>19</sup> *Stadt Huys Block* (escavação em Manhattan). Disponível em [beatl.barnard.columbia.edu/rothschild/](http://beatl.barnard.columbia.edu/rothschild/) [acesso em 2011 Jul 28].

<sup>20</sup> *Welikia Project*. Disponível em [welikia.org](http://welikia.org) [acesso em 2011 Jul 28].

<sup>21</sup> *New York City official website*. Disponível em [www.nyc.gov/](http://www.nyc.gov/) [acesso em 2011 Jul 28].

<sup>22</sup> *Idem*.

<sup>23</sup> *New York Archaeological Council*. Disponível em [nyarchaeology.org/](http://nyarchaeology.org/) [acesso em 2011 Jul 28].

(...)

*“Os centros históricos são considerados como um dos mais importantes problemas das cidades sendo necessário mantê-los e revitalizá-los devido aos valores culturais que transportam.*

*Estes testemunhos vivos de épocas passadas são uma expressão da cultura e um dos fundamentos da identidade do grupo social, vector indispensável face aos perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea”*

*Teresa Barata Salgueiro,  
in “A cidade em Portugal”*

A urbanização é crescente em todo o mundo e uma das suas consequências é a perda rápida de dados arqueológicos – fontes fundamentais para recuperar as memórias de uma cidade, afirmando a sua identidade.

A promulgação de legislação de protecção dos recursos arqueológicos urbanos já provou ser uma maneira de procurar retardar esse problema. Porém, a aplicação prática das directivas legais nem sempre é eficaz nem as prioridades da Arqueologia Urbana estão inteiramente definidas.

Apesar das dificuldades que enfrentam, nomeadamente devido ao facto de desenvolverem uma actividade relativamente recente, os arqueólogos urbanos têm contribuído para uma melhor compreensão das origens da urbanização e de aspectos relacionados com o saneamento, transporte, habitação e relações sociais e económicas.

Relativamente ao património arqueológico em meio urbano, a sua valorização e preservação tem passado, sobretudo, pela reintegração de estruturas e de alguns artefactos nos novos projectos de Arquitectura, sendo que, não raras vezes, apesar do seu valor científico, esses vestígios arqueológicos tendem a ver perdida a sua função original, resumindo-se a um valor estético, simbólico e cultural.

Esta perspectiva um tanto “sentimental” pode ser, no entanto, considerada simplista, considerando que o valor de um “objecto” pode ser real ou potencial, no imediato, a curto, médio ou longo prazo.

O valor patrimonial que encerra pode revelar-se determinante para a sua conservação, num quadro económico global que assenta cada vez mais nas indústrias culturais e criativas, geradoras também de importantes fluxos turísticos.

O Património Arqueológico (e o Património Cultural em geral) deve ser hoje também perspectivado como realidade económica (enquanto conjunto de produtos e serviços) face ao papel cada vez de maior destaque desempenhado pelas chamadas "indústrias culturais e criativas".

No final do ano de 2006 a Comissão Europeia apresentou um estudo designado "A Economia da Cultura na Europa"<sup>24</sup>. Os resultados deste estudo, pela primeira vez, mostraram o impacto socioeconómico, directo e indirecto, do sector cultural na União Europeia. E os indicadores apresentados foram, de alguma forma, surpreendentes – revelando a importância económica da cultura:

- um rendimento de 654 biliões de euros em 2003;
- uma contribuição de 2.6% para o PIB europeu em 2003;
- um crescimento de 19.7% no período de 1999-2003, o que significa um crescimento 12.3% superior ao da média da economia em geral;
- 5.8 milhões de pessoas a trabalhar no sector em 2004, o que representa 3,1% da população activa da União Europeia.

O estudo sobre os sectores cultural e criativo no nosso país (2000-2006), recentemente apresentado pelo Ministério da Cultura e elaborado por Augusto Mateus<sup>25</sup>, demonstra igualmente a dimensão destes sectores na nossa economia – facto que deveria influenciar mais as políticas culturais públicas.

---

<sup>24</sup> Parlamento Europeu. Disponível em [www.europarl.europa.eu/](http://www.europarl.europa.eu/) [acesso em 2011 Jul 28].

<sup>25</sup> *Estudo sobre o sector cultural e criativo em Portugal. Disponível em [www.portaldacultura.gov.pt/imprensa/Pages/20091022\\_Estudo\\_Sector\\_Cultural\\_Criativo\\_Portugal.aspx](http://www.portaldacultura.gov.pt/imprensa/Pages/20091022_Estudo_Sector_Cultural_Criativo_Portugal.aspx)* [acesso em 2011 Set 13].

De acordo com este estudo, o Sector Cultural e Criativo originou, no ano de 2006, um valor acrescentado bruto (VAB) de 3.690 milhões de euros, sendo responsável por 2,8% de toda a riqueza criada nesse ano em Portugal, superior, por exemplo, ao contributo dado pelas indústrias alimentares e bebidas e/ ou a dos têxteis e vestuário.

Relativamente ao emprego, o sector era responsável, neste período, por cerca de 127 mil empregos, representando, desse modo, cerca de 2,6% do emprego nacional total.

A capacidade de compreender e equilibrar a dicotomia entre a cidade em constante mudança física e ideológica e o objecto arqueológico em conservação é, assim, um fenómeno interessante. Essa capacidade não pode ser desenvolvida de forma isolada, deverá ser entendida como parte de um projecto social e cultural global, numa abordagem transversal de conciliação verdadeiramente multidisciplinar.

### **3. *Museum of London* – quatro décadas dedicadas à Arqueologia Urbana**

*“Step inside the Museum of London  
for an unforgettable journey through the capital's turbulent past.”*

*Museum of London*

O *Museum of London* é, actualmente, uma organização multiestruturada com cerca de quarenta anos de maturação resultante do percurso efectuado desde a sua criação em inícios dos anos 70 do século XX<sup>26</sup>.

Localizado na “city” londrina, parte mais antiga da cidade e actualmente seu centro financeiro, desde logo o local escolhido para a sua implantação não foi aleatório, começando por aproveitar a requalificação de uma das áreas mais danificadas pelos bombardeamentos da Segunda Guerra Mundial, e localizando-se igualmente nas proximidades da muralha romana remanescente, a “*London Wall*”.

---

<sup>26</sup> *Museum of London*. Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/](http://www.museumoflondon.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

Inaugurado em 1976, recorreu-se ao aproveitamento de colecções anteriormente detidas por outras entidades, incluindo o *London Museum*.

Actualmente possui uma colecção de mais de dois milhões de objectos, numa série de artefactos originais, modelos, fotos e diagramas, com uma forte ênfase nas descobertas arqueológicas relacionadas com o desenvolvimento urbano da cidade. Fruto do reconhecimento da sua importância, o Museu está actualmente envolvido num investimento de remodelação com orçamentos que ultrapassam os vinte milhões de libras.

Em 2003 foi inaugurado um novo "braço" do *Museum of London*, o *Museum of London Docklands*<sup>27</sup>, debruçando-se *in situ* sobre a história do porto de Londres, desde o período romano, enquanto posto de comércio criado às margens do Tamisa, até à época em que o porto de Londres se transforma num dos maiores do mundo.

O *Museum of London* inclui igualmente outro "braço", o *Museum of London Archaeology*<sup>28</sup>, formado em 1991 através da fusão de duas outras instituições, o "Departamento de Arqueologia Urbana" – cuja jurisdição abrangia a "city" de Londres – e o "Departamento de Arqueologia da Grande Londres", acolhendo uma ampla gama de profissionais que presta serviços de Arqueologia em Londres mas também em várias outras partes do Reino Unido e mesmo no estrangeiro. Os achados arqueológicos e os relatórios resultantes destes serviços (e de outros desenvolvidos em Londres) são arquivados no *Museum of London*, contribuindo para o enriquecimento do mais extenso arquivo da Europa em termos de documentação arqueológica.

---

<sup>27</sup> *Museum of London Docklands*. Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/docklands/](http://www.museumoflondon.org.uk/docklands/) [acesso em 2011 Jul 30].

<sup>28</sup> *Museum of London Archaeology*. Disponível em [www.museumoflondonarchaeology.org.uk/](http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].



Docs. 9 e 10

O *Museum of London* na “city” londrina: a relação entre o moderno e o antigo começa logo pela localização, junto da remanescente muralha romana da cidade.

### 3.1. Resenha das quatro décadas de existência do *Museum of London*

*“Eu caminho devagar, mas nunca caminho para trás.”*

*Abraham Lincoln*

O *Museum of London* é um dos maiores museus do mundo de história urbana, possuindo um espólio de mais de dois milhões de objectos no seu acervo apoiado pelo maior arquivo arqueológico na Europa. Desde a sua inauguração em 1976, fruto do aproveitamento de espólio de outras colecções, nomeadamente do *London Museum* e do *Guildhall Museum*, o *Museum of London* apresentou, logo inicialmente, através do projecto dos arquitectos Philip Powell e Hidalgo Moya, uma abordagem inovadora no seu *design*, dispondo as galerias de modo a haver apenas um itinerário através do museu, respeitando a sequência cronológica da Pré-História à Actualidade.

Ao dispor dos visitantes passaram a estar artefactos originais e maquetes, fotos e diagramas, exposições interactivas e actividades, cujo principal enfoque tem sido o desenvolvimento urbano e social e a vida cultural de Londres ao longo dos séculos.

Ao longo de quase quatro décadas de existência, o *Museum of London* pautou-se pela constante actualização de espaços em conformidade com as novas tendências, culminando na grande renovação concluída em 2010, onde se procedeu à abertura de quatro novas galerias, nomeadamente a Galeria da Cidade – com uma agradável panorâmica sobre a “city” e sobre a *London Wall* –, uma galeria dedicada ao Grande Incêndio de 1666, aumento das Galerias de Arte Moderna, reconstrução de jardins de recreio georgianas e vitorianas e novas galerias com ênfase renovada na Londres contemporânea (desde 1950 até hoje), desempenhando um papel-chave no desenvolvimento de um tipo de museus vibrante, diversificado e sustentável, contribuindo para uma melhoria da qualidade de vida da comunidade e importante pólo de atracção turística.

Ao núcleo principal do *Museum of London* juntou-se, em 1991, um novo pólo, o *Museum of London Archaeology*, resultante da fusão entre o “Departamento de Arqueologia Urbana” e o “Departamento de Arqueologia da Grande Londres”, que acabou por se tornar o maior contratador de trabalhos arqueológicos em Londres e um dos três maiores na Inglaterra, juntamente com as Universidades de Oxford e Wessex.

O *Museum of London Archaeology*, actualmente, emprega cerca de cento e cinquenta funcionários, sendo o único contratador de trabalhos arqueológicos no Reino Unido ligado directamente a um museu nacional, fornecendo serviços comerciais ao mesmo tempo que oferece envolvimento com a comunidade e educação pública. Até à sua criação não havia em Londres qualquer unidade profissional responsável pelo registo arqueológico permanente face a empreitadas que implicassem destruições, ressaltando-se alguns casos pontuais de voluntariado.

A partir de então o movimento de “Arqueologia de Resgate” revolucionou o conhecimento detalhado da história de Londres, revelando que a história da fundação romana (e desenvolvimento de *Londinium*) foi muito mais complexa do que anteriormente se perspectivava, tendo os trabalhos dos últimos anos continuado a adicionar informações importantes no âmbito da Arqueologia Urbana.

Com a entrada no novo século, a nível administrativo o *Museum of London* passou, juntamente com outros museus regionais, a ser financiado juntamente pela *City* de Londres (Departamento de Cultura, Media e Desporto) e Assembleia Metropolitana, contribuindo directamente para as estratégias culturais da cidade e definição das respectivas prioridades.

O Museu é uma entidade pública não-departamental: não é uma parte integrante de qualquer departamento do Governo, embora, enquanto organismo também parcialmente patrocinado pelo Governo, a tutela seja responsável perante o Parlamento pelas suas actividades.

Ao *Museum of London* e *Museum of London Archaeology* juntou-se o novo pólo *Museum of London Docklands* em 2003, trazendo este uma grande mais-valia não só para a cidade de Londres como para a Arqueologia Urbana de modo mais abrangente, ao sublinhar a importância da abordagem do estudo das zonas portuárias e ribeirinhas.

### 3.2. Motivações iniciais e evolução de objectivos

*"Há uma força motriz mais poderosa que o vapor,  
a electricidade e a energia atómica: a vontade."*

*Albert Einstein*

O *Museum of London* destaca-se dos mais de duzentos museus existentes em Londres pelo facto de ser o único a preocupar-se com todos os aspectos e todos os períodos cronológicos da cidade, do seu núcleo histórico ao limite mais distante da sua área metropolitana, assumindo uma responsabilidade que ultrapassa as suas competências, tendo em conta não apenas os seus próprios interesses mas também os de outras instituições relacionadas com temas específicos de determinadas áreas de interesse geográfico ou temático.

O mote do *Museum of London* foi, desde o seu início, preservar de forma explicativa a memória de cada uma das vertentes da história da cidade de Londres, procurando despertar o interesse por aquela que, ao longo dos séculos, tem sido uma das mais movimentadas e cosmopolitas cidades da Europa.

Nessa conformidade, o Museu tem-se pautado pela definição e manutenção de vários objectivos<sup>29</sup>:

(i) desenvolvimento de galerias e exposições efectivas e temporárias com preservação e interpretação de colecções nacionais de objectos e artefactos relacionados com a cidade de Londres;

(ii) exploração do conhecimento da cidade através da investigação histórica e arqueológica por meio de fontes diversas em arquivo e no terreno;

(iii) execução de um programa transversal de sessões de aprendizagem variada de palestras e *workshops*, para escolas e curiosos;

(iv) publicação de artigos e livros.

Ou seja, num mesmo espaço, dedicado à história da cidade, definem-se como principais objectivos a exposição de bens arqueológicos, a investigação (com base em trabalhos de pesquisa em gabinete e no terreno), a publicação científica e a divulgação social do conhecimento.

A sua instalação junto aos vestígios da muralha romana da cidade não foi arbitrária, contribuindo, desde logo, para um contexto cénico favorável aos interesses da instituição.

Actualmente, o Conselho de Administração do Museu é composto por dezoito administradores, nove dos quais indicados pelo *Mayor* de Londres e nove nomeados pela *City* (cumprindo mandatos de três anos), sendo um deles eleito como Presidente do Conselho, cabendo ao Conselho de Administração definir metas e objectivos para o Museu.

---

<sup>29</sup> *Museum of London*. Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/](http://www.museumoflondon.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

Com efeito, o principal dever do Conselho é exercer os poderes que lhe são conferidos por lei do Parlamento, de acordo com os objectivos do Museu.

Nessa conformidade, e especificando, cabe ao Conselho de Administração<sup>30</sup>:

- (i) representar o interesse público no Museu;
- (ii) garantir padrões elevados de qualidade;
- (iii) observar os mais altos padrões de integridade e objectividade em relação ao manejo dos achados públicos em conformidade com a gestão do Museu;
- (iv) assegurar que a responsabilidade pela gestão do património, recolha e documentação, edifícios, instalações e orçamento são claramente definidas e realizadas de forma eficaz;
- (v) tomar decisões de acordo com as disposições estabelecidas pelo Governo;
- (vi) colaborar com todas as organizações e indivíduos que possam apoiar, de alguma forma, o trabalho do Museu;
- (vii) cumprir com os pedidos de informação do Secretário de Estado, da *City* de Londres e dos cidadãos.

Relativamente a estes desígnios, o Conselho terá sempre o voto de qualidade do Director, não sendo tarefa do Conselho gerir o quotidiano do Museu, função da responsabilidade do Director e do pessoal, apoiados por outros técnicos.

---

<sup>30</sup> *The duties and composition of the Board of Governors of the Museum of London*. Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/Corporate/About-us/Who/Governors/Duties](http://www.museumoflondon.org.uk/Corporate/About-us/Who/Governors/Duties) [acesso em 2011 Jul 30].

### 3.3. A criação de novos pólos: *Museum of London Archaeology* e *Museum of London Docklands*

*"Há mais do que uma sabedoria, e todas elas são necessárias ao mundo;  
não é mau que elas se vão alternando."*

*Marguerite Yourcenar,  
in "Memórias de Adriano"*

#### Museum of London Archaeology

O *Museum of London Archaeology*<sup>31</sup> foi fundado em 1991 através da fusão do *Department of Urban Archaeology (DUA)* – criado no início de 1970 em prol da arqueologia preventiva na *City* de Londres face ao crescente ritmo de desenvolvimento dentro da cidade – e do *Department of Great London Archaeology (DGLA)* – composto a partir de diversas sociedades arqueológicas locais na década de 80, formadas para responder a preocupações de salvaguarda arqueológica em áreas periféricas da cidade. Ambos os departamentos foram precursores do movimento de arqueologia preventiva (que acabou por ficar sob responsabilidade do *Museum of London*) e cujo valor era então atestado pelo financiamento directo por parte do governo.

Nessa continuidade, actualmente sediado a norte da "city" de Londres, o *Museum of London Archaeology* tem prestado os mais diversos serviços de arqueologia, sendo reconhecido tanto no desenvolvimento da área empresarial como na área científica, ajudando a desenterrar e a escrever a história de Londres.

Durante a década de 1990, este "braço" do *Museum of London* reconstruiu a sua estrutura de pessoal e expandiu as suas capacidades dentro do novo mercado concorrencial.

---

<sup>31</sup> *Museum of London Archaeology*. Disponível em [www.museumoflondonarchaeology.org.uk/](http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/) [2011 Jul 30].

Algumas das mais emblemáticas escavações incluíram o anfiteatro romano no *Guildhall Yard*, escavações em *Covent Garden* durante a expansão da *Royal Opera House*, escavações ao longo da rota do Jubileu em *Westminster* e a recuperação de mais de quinze mil esqueletos humanos durante a escavação do *Saint Mary's Hospital* em *Spitalfields*<sup>32</sup>.



Doc. 11  
Pormenor da escavação do  
*Saint Mary's Hospital* em *Spitalfields*.

O *Museum of London Archaeology* emprega actualmente perto de cento e cinquenta técnicos da área da Arqueologia que oferecem consultoria e serviços relativamente à realização de trabalhos de avaliação de impactos, escavação, acompanhamentos de construção e alteração de infra-estruturas, topografia e geo-estudos, assim como elaboração de relatórios e publicações, edição de gráficos, fotografias e arquivos vários.

Estes serviços de Arqueologia compõem o único contratante no Reino Unido ligado directamente a um Museu Nacional, dando-lhe a capacidade de fornecer serviços comerciais ao mesmo tempo que oferece aos seus clientes ligações valiosas aos programas já estabelecidos, como o da sensibilização da comunidade e educação pública.

---

<sup>32</sup> *Idem.*

Juntamente com a *Oxford Archaeology* e *Wessex Archaeology*, o *Museum of London Archaeology* integra um dos três maiores grupos de trabalho arqueológico na Grã-Bretanha, realizando por si só cerca de dois terços de todos os trabalhos arqueológicos na Grande Londres.

A este propósito convém também deixar já claramente expresso o seguinte: o *Museum of London Archaeology* desenvolve o seu trabalho arqueológico como qualquer outra empresa, através de concurso público ou de contratação privada por ordem do *English Heritage's Greater London Archaeological Advisory Service*<sup>33</sup> e/ou pela *Corporation of London for the City*<sup>34</sup>, entidades que planificam, monitorizam e fiscalizam os projectos na cidade, tendo em especial atenção 9 áreas de protecção arqueológica definidas<sup>35</sup> (nas quais é necessário proceder a estudos prévios às obras pretendidas), sendo que, no caso da “city” londrina, o *MOLA* detém a prioridade científica sobre uma área que se estende por cerca de 1 milha<sup>2</sup>. Por outro lado, procede à compilação dos resultados de todos os trabalhos arqueológicos realizados na Grande Londres, através de dados fornecidos por outros arqueólogos e donos de obra, compondo o *LAARC – London Archaeological Archive and Research Centre*, que faz parte do *Department of Archaeological Collections and Archive* do *Museum of London*.

### Museum of London Docklands

O *Museum of London Docklands*<sup>36</sup>, fundado em 2003, tem o seu local de implantação num complexo de armazéns de açúcar do século XIX perto das docas da *Isle of Dogs*, intimamente relacionado com o seu principal objectivo que se prende com a história do rio Tamisa e suas áreas ribeirinhas.

O corpo principal do *Museum of London* detinha na sua posse, desde a década de 1970, diverso espólio armazenado cuja revalorização e divulgação foi apenas possível graças à criação deste novo pólo, reunindo hoje uma importante colecção de artefactos históricos, modelos e fotos.

---

<sup>33</sup> *English Heritage/ Greater London Archaeological Advisory Service*. Disponível em [www.english-heritage.org.uk](http://www.english-heritage.org.uk) [acesso em 2011 Jul 30].

<sup>34</sup> *City of London/ Corporation of London for the City*.

Disponível em [www.cityoflondon.gov.uk/Corporation](http://www.cityoflondon.gov.uk/Corporation) [acesso em 2011 Jul 30].

<sup>35</sup> *Archaeological priority areas and scheduled monuments* (áreas de protecção arqueológica na Grande Londres). Disponível em [www.harrow.gov.uk/info/200023/conservation/794/archaeological-priority-areas-and-scheduled-monuments/1](http://www.harrow.gov.uk/info/200023/conservation/794/archaeological-priority-areas-and-scheduled-monuments/1) [acesso em 2011 Set 13].

<sup>36</sup> *Museum of London Docklands*. Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/docklands/](http://www.museumoflondon.org.uk/docklands/) [acesso em 2011 Jul 30].

Com treze galerias, uma das quais dedicada às crianças, um auditório, salas de reuniões e palestras, uma sala de leitura, um restaurante e loja, os visitantes, com entrada livre, são direccionados, através da mostra em ordem cronológica, desde o primeiro porto de Londres, em tempos romanos, até ao encerramento do cais central na década de 70 do século XX e consequente transformação da área em novos empreendimentos comerciais e residenciais.

As exposições permanentes prestam homenagem tanto à população que ajudou a construir e moldar a cidade como àqueles que continuam hoje a fazê-lo, em revalidadas mudanças sociais e económicas relacionadas com o contexto das docas.

Nesta interacção estreita com a actual cidade, o MLD tem contratado, inclusivamente, trabalhadores portuários, no activo ou reformados, ao quais, através da partilha das suas experiências na primeira pessoa, enriquecem, através de vários projectos comunitários, a relação da instituição com a sociedade civil.

#### **3.4. Descrição de vários trabalhos arqueológicos desenvolvidos pelo *Museum of London* e sua repercussão no conhecimento da cidade de Londres e outros locais**

*"Nenhum trabalho de qualidade pode ser feito sem concentração e auto-sacrifício, esforço e dúvida."*

*Max Beerbohm*

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos pelo *Museum of London* têm, ao longo dos anos, representado em quantidade e qualidade um grande investimento na Arqueologia Urbana em Londres, com o acréscimo de contribuírem, em muitos casos, para pontos de referência no planeamento e execução de novas pesquisas mesmo à escala internacional.

Um dos aspectos que merecerá mais destaque nos trabalhos arqueológicos promovidos residirá na capacidade de incorporar várias intervenções (por vezes sob a contratação de diferentes promotores de obra) numa mesma linha de estudo, articulando procedimentos, formas de registo e objectivos, contribuindo assim para a articulação de informação, montando e compreendendo os “puzzles” que caracterizam a Arqueologia Urbana, numa perspectiva de “Arqueologia da Cidade”.

De entre as centenas de processos sob a responsabilidade do *Museum of London Archaeology* podem destacar-se, por exemplo<sup>37</sup>:

- (i) as escavações de jazidas de porcelana *Limehouse Manufactory* em *Narrow Street* (1990), cujos resultados se traduziram na elaboração de um relatório que se tornou um verdadeiro manual relativo a peças de porcelana azul e branca do século XVIII;
- (ii) as escavações da necrópole romana (1983 a 1990) que facultaram dados e conhecimentos que se repercutiram um pouco a toda a Europa relativos aos rituais funerários romanos;
- (iii) as escavações relacionadas com a execução da *Millenium Bridge* e com a extensão da linha de metro (ao longo da década de 1990), as quais permitiram desenvolver métodos e técnicas de trabalho arqueológico em zonas ribeirinhas cujo impacto ultrapassou também as fronteiras britânicas.

---

<sup>37</sup> *Museum of London Archaeology publications*. Disponível em [www.museumoflondonarchaeology.org.uk/Publications/](http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/Publications/) [acesso em 2011 Jul 30].

### 3.5. Análise do seguimento dado aos resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados pelos técnicos do *Museum of London*

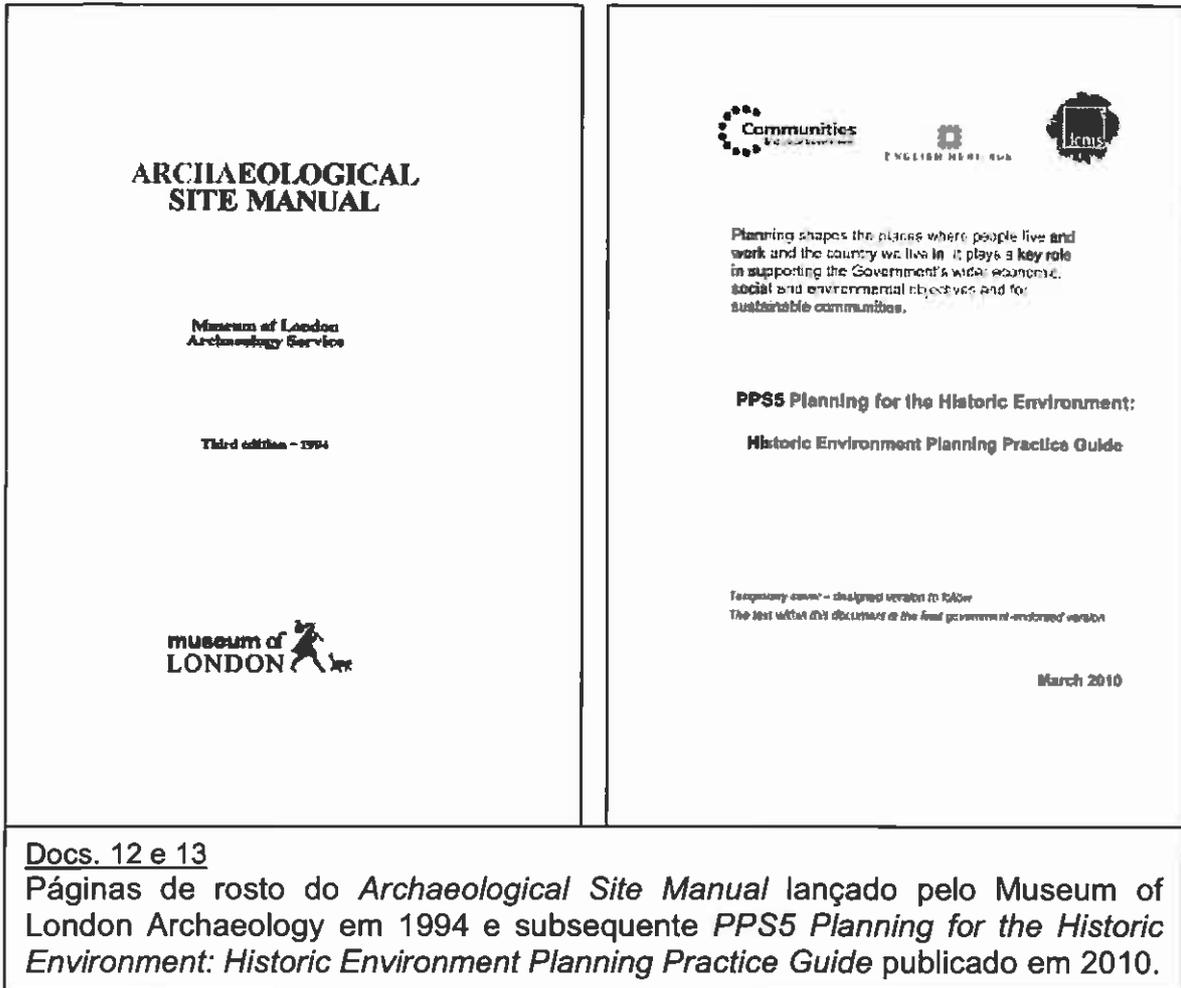
*“O tamanho relativamente grande da unidade de arqueologia do Museum of London e a natureza específica da arqueologia londrina – a ênfase em estruturas de madeira ribeirinhas, por exemplo – tem ditado certas práticas específicas de trabalho. Na maioria dos casos, no entanto, os princípios (...) podem ser facilmente estendidos a outros ambientes de trabalho ou ser adaptados a outras equipas arqueológicas.”*

*Archaeological Site Manual  
Museum of London Archaeology, 1994*

Os trabalhos de campo desenvolvidos pela instituição *Museum of London* caracterizam-se por um profundo rigor, não sendo alheio a essa realidade o facto de ter sido este grupo de trabalho o pioneiro na tentativa de “oficializar” na Grã-Bretanha uma orgânica dos trabalhos de campo através da criação, em 1994, do *Archaeological Site Manual*. A partir de então este documento foi tomado oficiosamente como manual de trabalhos arqueológicos e base dos sistemas de registo da maioria das grandes empresas comerciais arqueológicas, contribuindo igualmente para o desenvolvimento de documentos posteriores como o *PPS5 Planning for the Historic Environment: Historic Environment Planning Practice Guide*, em 2010<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Documento produzido pelo Governo britânico onde se estabelecem directivas para com as autoridades de planeamento local relativamente à conservação do Património Histórico, nele constando orientações práticas provenientes do *Archaeological Site Manual* do *Museum of London*.



Docs. 12 e 13

Páginas de rosto do *Archaeological Site Manual* lançado pelo Museum of London Archaeology em 1994 e subsequente *PPS5 Planning for the Historic Environment: Historic Environment Planning Practice Guide* publicado em 2010.

Todos os anos, resumos de todos os trabalhos de campo na área de Londres devem ser obrigatoriamente apresentados para publicação e para arquivo no LAARC – *London Archaeological Archive and Research Centre*<sup>39</sup>. O LAARC é o principal repositório de arquivos relacionados com o trabalho arqueológico realizado na área da Grande Londres. Contém informações sobre mais de sete mil e quinhentos projectos durante os últimos cem anos, tomando o arquivo como uma unidade dinâmica, empenhada em promover a investigação sobre as suas colecções e envolvida em actividades de extensão.

<sup>39</sup> *London Archaeological Archive and Research Centre* online catalogue. Disponível em [www.museumoflondonarchaeology.org.uk/laarc/catalogue/](http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/laarc/catalogue/) [acesso em 2011 Jul 30].

### 3.5.1. Os laboratórios

*"A verdadeira ciência ensina sobretudo a duvidar (...)"*.

*Miguel Unamuno*

A investigação pós-campo, a continuidade do processo arqueológico do campo para o laboratório, é uma etapa ou realidade à qual o *Museum of London* dedica especial importância, considerando-a fundamental para a completa compreensão dos estudos arqueológicos e patrimoniais. Nessa conformidade, para além de vários arqueólogos, a equipa é composta por técnicos das áreas da antropologia, geologia, geomática, arqueozoologia, arqueobotânica, paleoambientalismo e conservação e restauro, explorando, assim, o potencial da transdisciplinaridade enquanto realidade cada vez mais reconhecida nos meios científicos.

Nessa conformidade, várias componentes ou etapas do processo de estudo de cada sítio arqueológico são cada vez mais tidas em consideração, com vista à sua total compreensão.

### 3.5.2. Os arquivos

*"Um tesouro não se faz só de prata e nem só de ouro."*

*Provérbio popular*

O *LAARC – London Archaeological Archive and Research Centre* faz parte do *Department of Archaeological Collections and Archive* do *Museum of London* e contém informações sobre mais de sete mil e quinhentos sítios arqueológicos que têm sido investigados na Grande Londres ao longo do último século, graças aos contributos de vários arqueólogos, empresas e donos de obra, sendo a sua pesquisa possível e gratuita, mediante agendamento e autorização prévia. Graças ao reconhecimento da utilidade e potencial do *LAARC*, esses contributos externos passaram a ser obrigatórios na área da Grande Londres.

Actualmente, o *LAARC* disponibiliza informação *on-line* pela *internet*, uma vez que a digitalização dos arquivos passou a ser prática corrente, sendo uma mais-valia associada às novas tecnologias de informação<sup>40</sup>.

A concepção do *LAARC* como pólo de conhecimento e receptor da súpula de conhecimento arqueológico da cidade de Londres, assim como a sua abertura ao público em geral, faz deste arquivo um recurso de importância nacional e internacional, uma vez que, devido à riqueza do material e da importância histórica de Londres, continua a dar um contributo essencial para os estudos sobre a Europa Pré-Histórica, o Império Romano, a Época Medieval e o Colonialismo moderno. Enquanto arquivo arqueológico, o *LAARC* engloba a soma total dos registos recuperados dos trabalhos arqueológicos de campo (relatórios, desenhos, fotografias, plantas e artefactos), não fazendo distinção entre os trabalhos arqueológicos desenvolvidos pelo *Museum of London* e quaisquer outros profissionais ou donos de obra. É um recurso precioso, centralizador da conservação pelo registo, uma vez que a arqueologia é um processo destrutivo e um sítio arqueológico nunca pode ser "re-escavado".

Apesar da prioridade científica dos estudos arqueológicos em Londres poder prolongar-se, não raramente, até dez anos, o *LAARC* procura, sempre que possível, disponibilizar informação parcelada e/ ou promover os contactos entre os interessados nas consultas e os técnicos responsáveis.

Apesar de não estarem sujeitos a uma matriz própria, todos os relatórios de trabalhos arqueológicos têm, no entanto, que cumprir com uma série de descritores pré-definidos, o que contribui para um melhor arquivo e consulta.

Para além da mole informativa que envolve os relatórios de campo, o *LAARC* agrupa, igualmente, livros e revistas na sua biblioteca, sobretudo relacionados com o tema da arqueologia na Grande Londres mas, também, abrangendo uma ampla área geográfica para além dos limites da cidade.

Das publicações periódicas com especial interesse para investigadores destacam-se o *London Archaeologist*<sup>41</sup>, *Transactions of the London and Middlesex Archaeological Society (LAMAS Transactions)*<sup>42</sup> e/ ou a revista *Archaeologia*<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> *Idem*.

<sup>41</sup> *London Archaeologist*. Disponível em [www.londonarchaeologist.org.uk/](http://www.londonarchaeologist.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

<sup>42</sup> *London and Middlesex Archaeological Society*. Disponível em [www.lamas.org.uk/](http://www.lamas.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

<sup>43</sup> *Cambridge Journals*. Disponível em <http://journals.cambridge.org/> [acesso em 2011 Jul 30].

Entre os livros sobressaem as publicações do *Museum of London Archaeology*, assim como de outras entidades relacionadas com arqueologia cujo trabalho se prende com as mesmas áreas geográficas e de conhecimento.

### 3.5.3. O acervo e as exposições

*“As pessoas não serão capazes de olhar para a posteridade, se não tiverem em consideração a experiência dos seus antepassados.”*

*Edmund Burke*

Para além do crescente número de peças arqueológicas provenientes dos múltiplos trabalhos efectuados em Londres e demais locais da Grã-Bretanha, um dos aspectos mais interessantes relacionados com as colecções em exposição no *Museum of London* relaciona-se com a aquisição de objectos contemporâneos por forma a garantir que, no futuro, haja um registo da vida do século XX e século XXI.

A instituição contém, actualmente, o maior acervo arqueológico e antropológico da Europa, do qual constam cerca de cinquenta mil artefactos da Pré-História e dezassete mil esqueletos armazenados no *LAARC*.

Para além disso, podem contabilizar-se, por entre as várias colecções existentes, mais de vinte e cinco mil itens de moda e têxteis e cento e cinquenta mil pinturas, gravuras e fotografias de Londres, cujas cópias podem, em alguns casos, ser vendidas ao público, mediante licença de reprodução da parte dos autores<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> *Museum of London Collections & Research*. Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/Collections-Research/](http://www.museumoflondon.org.uk/Collections-Research/) [acesso em 2011 Jul 30].

### 3.5.4. As publicações

*“Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo. Por isso aprendemos sempre.”*

*Paulo Freire*

As publicações do *Museum of London* têm por objectivo adaptar-se ao maior leque possível de pessoas, aplicando uma linguagem acessível sem que, por isso, deixe de ser rigorosa na sua cientificidade. Optou-se, portanto, por níveis de leitura suficientemente abrangentes, articulando-se investigação científica e divulgação social do conhecimento.

Com uma média de publicação de cerca de dez edições por ano, a lista actual ultrapassa os cem volumes, tornando Londres na cidade mais bem documentada no ocidente europeu, sendo a sua história, fruto das intervenções arqueológicas efectuadas, continuamente reescrita.

Para além de monografias e publicações relativas à Arqueologia, contam-se, também, catálogos de exposições e outras publicações em parceria com outras editoras.

Desde 2001, uma das bandeiras do *Museu of London* tem sido, efectivamente, a questão das publicações. Esse interesse tem passado pela exploração das novas tecnologias de informação, com a publicação em versão digital de várias obras disponibilizadas via *web*<sup>45</sup>.

### 3.6. *Museum of London* – a actualidade

*“(...) faz-se caminho ao andar (...)”*

*António Machado*

---

<sup>45</sup> *Museum of London shop*. Disponível em [www.museumoflondonshop.co.uk/categories](http://www.museumoflondonshop.co.uk/categories) [acesso em 2011 Jul 30].

Enquanto uma das principais capitais europeias, Londres abarca uma grande quantidade e variedade de museus, desde os mais tradicionais aos mais vanguardistas. De entre os mais de trezentos museus existentes na cidade, o *Museum of London* está considerado, actualmente, no grupo dos dez principais, vendo, assim, reconhecidos os seus serviços ao nível da Arqueologia Urbana e sua relação com as comunidades científica e civil, resultado de quase quarenta anos de uma experiência feita de uma constante abertura às novas tendências científicas, tecnológicas, sociais e educacionais.

### **3.6.1. Análise do estado actual da instituição *Museum of London Archaeology***

*“Nada está feito enquanto resta alguma coisa para fazer.”*

*Romain Rolland*

O *Museum of London* apresenta-se hoje como um exemplo de boas práticas nas suas múltiplas valências, compondo um todo que se assume cada vez mais como um caso de sucesso no campo da valorização da Arqueologia Urbana, reconhecido nacional e internacionalmente.

Enquanto museu, centro cultural, empresa de prestação de trabalhos arqueológicos e editor de múltiplas publicações, o *Museum of London* tem-se assumido como pólo de unificação do conhecimento arqueológico de Londres, não descurando o tratamento e divulgação dessa informação à comunidade científica e à sociedade em geral, respeitando e renovando métodos de trabalho cujo exemplo tem contribuído para melhorar o desempenho de múltiplas outras equipas de estudos arqueológicos na área da Arqueologia Urbana, e explorando com sucesso formas de auto-financiamento cada vez mais necessárias no actual período de contenção financeira generalizada por parte dos governos ocidentais. Ao observar o percurso do *Museu of London*, e pela dinâmica que demonstrou desde sempre, parece notório que esta entidade não irá, certamente, ficar-se pelos sucessos já alcançados, continuando atenta às novas tendências e a demais casos de sucesso nas áreas em apreço.

### 3.6.2. O maior contratador de trabalhos arqueológicos em Londres e um dos três maiores na Inglaterra

*“Os bons trabalhadores têm sempre a ideia de que ainda poderiam trabalhar mais.”*

*André Gide*

O *Museum of London* é, actualmente, o maior prestador de serviços arqueológicos em Londres, com cerca de dois terços do total de trabalhos realizados, e um dos três maiores de Inglaterra, juntamente com a *Oxford Archaeology* e *Wessex Archaeology*.

Para além de contar com uma série de parcerias, o *Museum of London Archaeology (MOLA)* emprega um núcleo duro de cerca de cento e cinquenta funcionários, do total de quatrocentos que trabalham nos vários pólos da instituição, que oferecem consultadoria e execução de trabalhos arqueológicos, sendo o único contratante em termos arqueológicos no Reino Unido a estar ligado directamente a um museu nacional.

As tabelas salariais dos arqueólogos em Inglaterra encontram-se estagnadas há vários anos e os salários não são altos, comparativamente com outras profissões, sobretudo ao nível de licenciados e pós-graduados, com uma média anual de cerca de £ 15.900 brutos. Em Londres, porém, onde o custo de vida é mais elevado, os salários podem ascender acima de £ 17.500 com um acréscimo de cerca de £ 200 para aquisição de vestuário, como é o caso do *Museum of London Archaeology*<sup>46</sup>.

No caso de arqueólogos contratados a termo certo, o *MOLA* premeia o bom trabalho com uma gradual melhoria de salário e extras para despesas relacionadas com o desempenho da profissão à medida que os contratos vão sendo renovados.

---

<sup>46</sup> *Museum of London jobs*. Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/Jobs/](http://www.museumoflondon.org.uk/Jobs/) [acesso em 2011 Jul 30].

O *MOLA* salvaguarda a necessidade de reforços em termos laborais através do seu banco de trabalhadores, os quais poderão ser chamados para integrar sobretudo trabalhos de campo no âmbito da arqueologia comercial.

Ao nível contratual os funcionários do *MOLA*, tal como os demais do *Museum of London* e *Museum of London Docklands*, têm direito a uma série de benefícios, entre os quais um regime de pensões de desemprego e aposentação, férias e licenças, seguros e serviços de saúde e entrada gratuita ou redução de preços em múltiplos museus e galerias do Reino Unido, aplicando-se, assim, a máxima: "funcionários felizes/ clientes felizes".

### 3.6.3. Os serviços comerciais

*"Estou convencido de que a 'tarefa primordial' das instituições humanas, dentre as quais também o progresso, seja (...) a satisfação do trabalho desenvolvido com a inteligência das mãos e da mente, a satisfação de ajudar-se mutuamente e de um relacionamento feliz com os homens e com a natureza, a satisfação do conhecimento da arte."*

*Andrei Sakharov*

O *Museum of London Archaeology – MOLA* – tem vindo a fornecer serviços de Arqueologia a donos de obra há quase quarenta anos. Como uma divisão independente do *Museum of London* foi criada, entretanto, a *Metro MOLA*, uma filial responsável para os trabalhos fora da cidade de Londres.

Através das suas equipas multidisciplinares, o *MOLA* e *Metro MOLA* apresentam a potenciais clientes, quer do sector público quer do privado, um conjunto de serviços de aconselhamento independente e de gerência de riscos para com o Património, mediante avaliações de impacto ambiental, pesquisa documental, aconselhamento jurídico, estudo dos materiais de construção tradicionais, catalogação, limpeza e tratamento de materiais exumados, georreferenciação de estruturas e objectos através de sistemas de informação geográfica, divulgação de resultados através de publicações, palestras e exposições, contribuindo assim para alcançar o objectivo final a que se propôs: a procura de interpretação e reconstrução das realidades sociais, económicas e culturais do Passado em harmonia com projectos actuais.

#### 3.6.4. O interesse museológico

*“Aprender e não recordar o que se estudou, equivale a semear e não colher.”*

*Rabi de Bratislava*

A perspectiva museológica do *Museum of London* baseia-se numa visão de constante actualização e reinterpretação da História da cidade, reflectindo-se isso numa constante mudança das colecções em exposição, assim como na gestão de novos projectos de divulgação, contribuindo para esse efeito os novos achados arqueológicos que vão sendo fornecidos pelos serviços do *MOLA*<sup>47</sup>.

Mediante esta realidade, a contratação e gestão de funcionários e técnicos do museu aposta em elementos que apresentem variedade de experiências pessoais e profissionais e pluralidade de perspectivas ideológicas e culturais, incentivando o(s) grupo(s) de trabalho à exploração e valorização das várias valências da evolução histórica da urbe enquanto “caldeirão” de acontecimentos sociais, económicos e políticos.

#### 3.6.5. O envolvimento com a comunidade e educação pública

*“Não haja medo que a sociedade se desmorone sob um excesso de altruísmo.  
Não há perigo desse excesso.”*

*Fernando Pessoa*

Mantendo-se fiel aos seus ideais de serviço para com a comunidade londrina, para além de abrir ao público alguns dos seus trabalhos em contexto de empreitada, o *Museum of London* executa anualmente, com o apoio da autarquia e de colectividades locais, uma série de eventos de escavação comunitária, sobretudo no Verão, onde os moradores podem participar e aprender mais sobre a História do seu bairro.

---

<sup>47</sup> *Museum of London News*. Disponível em [www.museumoflondonarchaeology.org.uk/News/](http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/News/) [acesso em 2011 Jul 30].

Uma série de outros eventos arqueológicos são, também, organizados de forma cíclica, como o *Festival of British Archaeology*<sup>48</sup> e o *Thames Discovery Program*<sup>49</sup>, dos quais constam seminários e passeios guiados.

As escolas podem marcar visitas ao museu e ao *LAARC*, com possibilidade de manusear artefactos e documentos diversos e os mais jovens podem integrar o *Young Archaeologists Club (YAC)* e participar em actividades que podem ir da colaboração em escavações à criação de réplicas de peças cerâmicas<sup>50</sup>.

Desde 2005, contabilizou-se a participação de quase três mil membros da comunidade em programas de voluntariado, crianças, adultos e idosos, provenientes de todas as áreas da Grande Londres<sup>51</sup>.

#### 4. A Arqueologia Urbana em Portugal

*"(...) um Futuro para o Passado (...)"*

*Jorge de Alarcão*

Com excepção de algumas conferências<sup>52</sup> e alguns casos pontuais de estudos levados a cabo no fim do século XX (Braga, Setúbal<sup>53</sup>, Évora e Beja, Mértola, Silves e Faro (LEMOS, MARTINS, 1992: p. 96)), o grande desenvolvimento da Arqueologia Urbana em Portugal deu-se, acima de tudo, a partir da transição do milénio, em resultado tanto do aumento exponencial de licenciaturas e cursos técnicos relacionados com a Arqueologia, bem como de empresas e arqueólogos por conta própria como do reforço dos poderes das Autarquias e das entidades tutelares, muito graças à revisão das bases legais referentes à defesa do património histórico e arqueológico (Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro) e regulamento dos trabalhos arqueológicos (Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho).

---

<sup>48</sup> *Archaeology for all*. Disponível em [festival.britarch.ac.uk/](http://festival.britarch.ac.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

<sup>49</sup> *Thames Discovery Programme*. Disponível em [www.thamesdiscovery.org/](http://www.thamesdiscovery.org/) [acesso em 2011 Jul 30].

<sup>50</sup> *Young Archaeologists Club (YAC)*. Disponível em

[www.museumoflondonarchaeology.org.uk/ComLearn/YoungArchaeologists/](http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/ComLearn/YoungArchaeologists/) [acesso em 2011 Jul 30].

<sup>51</sup> *Museum of London/ Get involved*. Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/Get-involved/](http://www.museumoflondon.org.uk/Get-involved/) [acesso em 2011 Jul 30].

<sup>52</sup> I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, Setúbal, 1985; IV Jornadas Arqueológicas, Lisboa 1990; Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, 1994; 3º Encontro de Arqueologia Urbana, Almada, 1997.

<sup>53</sup> SOARES, 2000.

Com efeito, as alterações legislativas verificadas durante a década de 90 abriram campo a todo o volume de intervenções que hoje conhecemos, sendo tanto a formação académica e específica em arqueologia, assim como a multiplicação de empresas privadas de arqueologia, igualmente uma consequência destas alterações regulamentares que obrigam às intervenções arqueológicas (CARVALHO, *no prelo*).

Os estudos de Arqueologia Urbana em Portugal revelam-se, porém, ainda, muito heterogéneos em termos da qualidade do trabalho desenvolvido, encontrando-se, na esmagadora maioria dos casos, associados à "Arqueologia de Salvamento". De muitas destas intervenções resultam relatórios maioritariamente técnico-descritivos com recurso à habitual "conservação pelo registo" de achados arqueológicos através do seu registo escrito, gráfico e fotográfico. Intervenções que cedem, muitas vezes, às apertadas calendarizações das empreitadas em detrimento do aprofundamento de estudos mais exaustivos e conclusivos.

#### **4.1. Análise do acolhimento e desenvolvimento da Arqueologia Urbana em Portugal**

*"Olhados inicialmente com desconfiança pela população, os arqueólogos passaram a ser vistos e entendidos como gente que, despertando o interesse e valorizando o local onde habitavam, contribuíam afinal para a sua auto-estima e para a qualidade de vida do local."*

*João Alves C. Cleto*

Não obstante o grande número de monografias e estudos referentes às cidades do nosso país lançados ao longo do século XX, o contributo da Arqueologia Urbana para com esse tipo de publicações teve, sempre, ao longo desse período, uma tendência para ser esquecido, eventualmente por culpa própria, graças à falta de divulgação de resultados por parte dos responsáveis por esses trabalhos.

Tal como noutros países da Europa, apesar de eventuais achados que, de tempos a tempos, foram noticiados por coleccionadores, antiquários e arqueólogos amadores anteriormente ao século XX, em Portugal foi sobretudo a partir do aceleramento do crescimento urbanístico da década de 1960 que os primeiros alertas mais sérios foram lançados junto dos poderes locais e centrais relativamente à salvaguarda dos vestígios arqueológicos em contexto urbano. Para tal foi também determinante a influência externa resultante da Carta de Veneza em 1964, redigida em prol da salvaguarda e conservação do Património edificado (LEMOS, 1992).

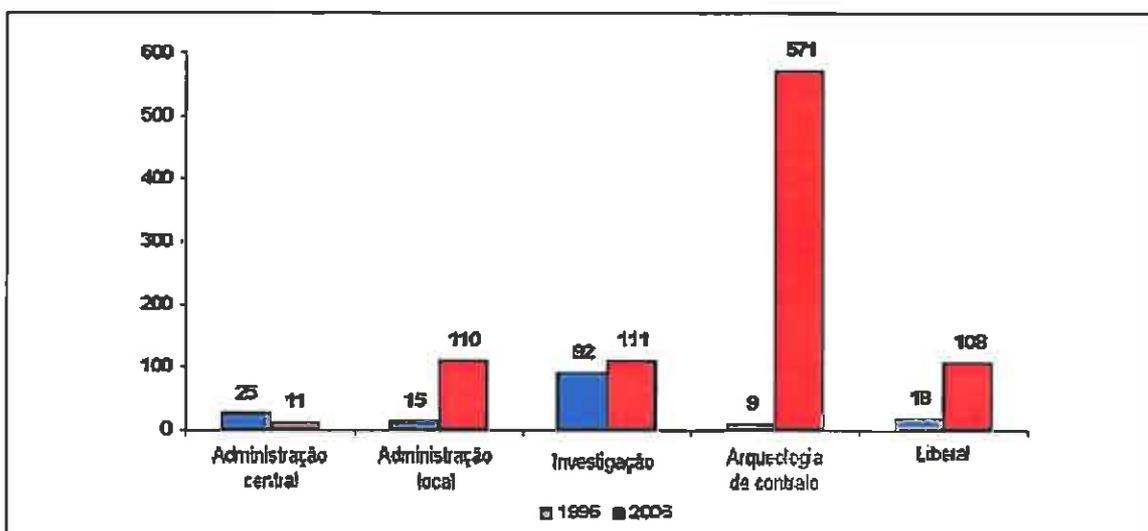
Extensíveis ao geral dos fenómenos sociais, económicos e culturais, as mudanças políticas resultantes do 25 de Abril de 1974 repercutiram-se, também, nos estudos de Arqueologia Urbana, tomando como base as experiências inglesas desenvolvidas à época.

A partir das décadas de 1980 e, sobretudo, 1990, assiste-se a um incremento da profissionalização de arqueólogos e relação da Arqueologia com a gestão urbanística, sobretudo na relação com a consolidação do conceito e importância dos Centros Históricos. Assiste-se a uma verdadeira mudança de paradigma, com a actividade arqueológica a conhecer um desenvolvimento exponencial (CARVALHO, *no prelo*). Graças à profissionalização de arqueólogos em resultado da crescente formação académica no campo da Arqueologia a partir da transição do milénio e do novo quadro legislativo que obriga à realização de trabalhos arqueológicos, o aumento directamente proporcional de empresas e trabalhadores liberais representou um verdadeiro “boom” das intervenções arqueológicas em Portugal, muitas delas relacionadas com a Arqueologia Urbana. Esses trabalhos, os quais se desenvolveram a par do reforço dos poderes locais e tutelares e às revisões das bases jurídicas relativas ao património (influenciadas, uma vez mais, pelos exemplos externos como seja o crescimento do *ICOMOS – International Council on Monuments and Sites*<sup>54</sup>) vieram corporizar uma nova fase da Arqueologia portuguesa, que continua a marcar a nossa actualidade.

---

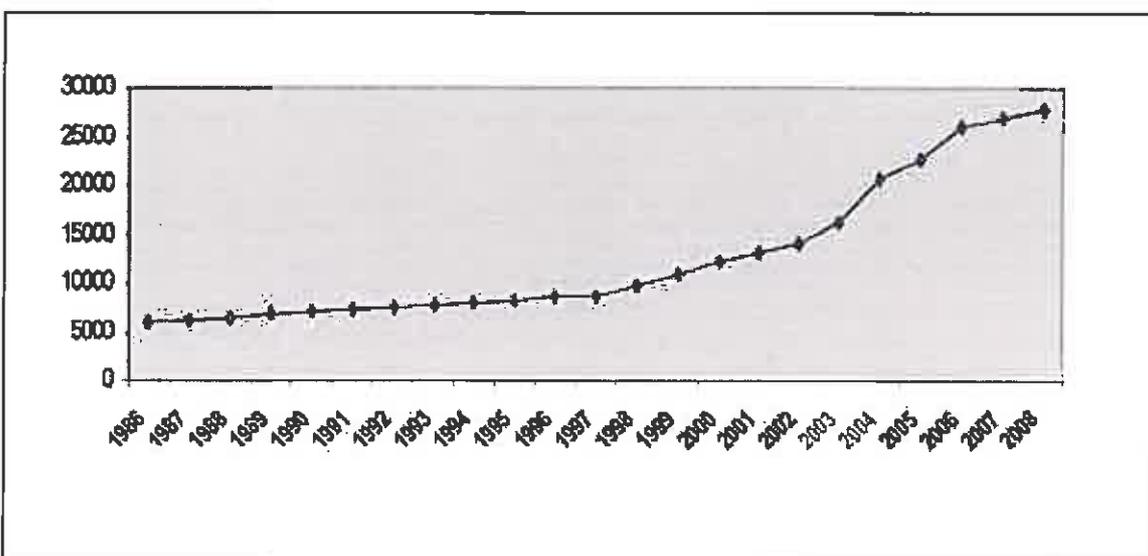
<sup>54</sup> *International Council on Monuments and Sites – ICOMOS*. Disponível em [www.icomos.org/](http://www.icomos.org/) [acesso em 2011 Jul 31]. Organização internacional, não-governamental, fundada em 1965 e sediada em Paris, composta por profissionais dedicados à conservação de monumentos e sítios de valor patrimonial – e/ ou o lançamento do *New Council of Europe code of practice/ Archaeology and urban development* em 2000 ([www.museumoflondonarchaeology.org.uk/ArchUrbanProject.doc](http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/ArchUrbanProject.doc)) – código de boas práticas desenvolvido com vista à melhoria de relações entre técnicos de arqueologia urbana e donos de obra.

Contudo, alcançadas estas bases, resta, ainda, percorrer um longo caminho que terá, necessariamente, que passar pelo reconhecimento do valor da Arqueologia pela sociedade em geral, independentemente das obrigações legais.



Doc. 14

Enquadramento das equipas de Arqueologia em Portugal entre 1995 e 2005.



Doc. 15

Número de sítios inventariados em Portugal entre 1986 e 2008.

## 4.2. Alguns casos concretos

*"Deus fez o campo, e o homem fez a cidade."*

*William Cowper*

Por entre o panorama nacional da Arqueologia Urbana poder-se-iam, felizmente, seleccionar vários casos onde esta tem, efectivamente, deixado, de uma maneira ou outra, a sua marca: Setúbal, Évora, Beja, Mértola, Silves, Faro.

No âmbito do presente estudo, contudo, optar-se-á pelo enfoque nas cidades de Lisboa, Porto, Braga, Mértola e Coimbra, pois representam casos icónicos da variedade de abordagens a um mesmo tema que é o da Arqueologia em contexto urbano, cuja revisão poderá encetar uma reflexão acerca das estruturas teóricas e práticas relativamente à Arqueologia Urbana em Portugal.



Doc. 16  
Mapa de Portugal e sinalização das localidades-tema do capítulo 4.2.: Lisboa, Porto, Braga, Mértola e Coimbra.

#### 4.2.1. Lisboa

*“Lisboa, em sentido amplo (...),  
pode considerar-se como a área cujo  
crescimento urbanístico mais destruições provocou.”*

*Francisco Sande Lemos & Manuela Martins*

Enquanto capital do país, Lisboa não tem correspondido enquanto exemplo nacional no que à Arqueologia Urbana diz respeito.

Com efeito, muitos locais arqueológicos conhecidos, sobretudo ao nível do Paleolítico, detectados em várias prospecções, perderam-se nas terraplanagens de vários bairros-dormitórios e aqueles que ainda se preservam, encontram-se votados ao abandono, camuflados na malha urbana, por entre torres de imóveis (LEMOS, MARTINS, 1992: 96).

Segundo Francisco Sande Lemos e Manuela Martins, “não será exagero afirmar que hoje qualquer estudo da zona de Lisboa, seja no âmbito da Pré-História, seja de *Olisipo* e do seu território, se debaterá com graves lacunas. Qualquer mapa terá grandes espaços em branco, absolutamente irrecuperáveis” (*idem, ibidem*).

Casos positivos como as escavações do teatro romano (iniciadas na década de 1960 e retomadas no início da década de 1990 após vários anos de interrupção), assim como o estudo da presença dos Fenícios no local que seria posteriormente ocupado pela Sé de Lisboa, não colmatam os casos negativos como os decorridos no âmbito da execução dos túneis do metro na Praça da Figueira onde se procedeu à destruição de uma importante necrópole romana (*idem, ibidem*).

Na verdade, as intervenções arqueológicas em Lisboa têm-se orientado, acima de tudo, no sentido de acompanhar projectos de grande impacto público e político.

Disso mesmo foi exemplo a Casa dos Bicos (1981-1982) e o Centro Cultural de Belém (1988-1989), onde se procedeu à escavação de um porto da Época Moderna (*idem*: 97).

Porém, longe de pontuais casos de sucesso como os referidos anteriormente, encontra-se toda uma mole de perdas de património arqueológico, sem que, muitas vezes, se tenha, sequer, conhecimento de que este existia. Será que, nos casos em que as entidades tutelares acabam por se aperceber de tais situações, estas não deveriam ser sancionadas, mesmo que *a posteriori*? Tal procedimento inibiria, certamente, a progressão de acções ilícitas por parte dos donos de obra.

De todo o modo, logo à partida, a identificação e registo das realidades arqueológicas em Lisboa é particularmente complexa, devido aos sismos que abalaram a cidade em várias fases da sua História e dos quais resultaram múltiplos entulhos, aterros e escorrências que favorecem estratigrafias invertidas e demais fenómenos passíveis de suscitar erros de leitura.

Na verdade, a reconstrução da cidade, após o sismo de 1755, suscitou um conjunto de descobertas (na maioria dos casos achados fortuitos) que contribuíram para algumas investidas de "Proto-Arqueologia Urbana", no âmbito do crescente interesse pelas ciências exactas, através da recolha de epígrafes romanas reaproveitadas na construção de edifícios e estruturas mais recentes, assim como a identificação de vários edifícios públicos do período romano (FABIÃO, 1994: 150).

A partir do século XVIII surgiram antagonismos que, a outra escala e noutro quadro, persistiram até à actualidade: por um lado, a falta de receptividade dos donos de obra e trabalhadores para a causa do Património; por outro, a falta de cumprimento da (pouca) legislação vigente relacionada com a defesa do Património.

Já no século XX deve sublinhar-se a importância dada à recuperação do Castelo de São Jorge, sob a supervisão da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e mediante as políticas nacionalistas do Estado Novo.

Contudo, tais trabalhos ficaram marcados por uma reconhecida falta de apuro científico, resultado de directivas e pressões superiores (*idem*: 152).

A partir da década de 1960, a abertura das ligações do metropolitano e eventuais perdas irrecuperáveis em locais emblemáticos para a história da cidade, como o Hospital de Todos-os-Santos levaram à intervenção camarária e a despiques entre os poderes locais e centrais; mas, sobretudo, conduziram também à divulgação da importância dos vestígios arqueológicos em solo urbano enquanto memórias do Passado da cidade, noção que se prolongou pela década seguinte, ainda que sem acompanhamento de uma política consistente em termos de directivas para com as dinâmicas da Arqueologia Urbana.

Ao longo dos anos oitenta e, sobretudo, nos anos noventa, seguindo a tendência de várias outras capitais europeias, os trabalhos arqueológicos nos quarteirões da capital portuguesa multiplicaram-se.

Jacinta Bugalhão salienta precisamente esta mudança levada a cabo na década de 90, considerando que foi “essencialmente, nos anos 90, que a actividade arqueológica na cidade perdeu o seu carácter pontual” (BUGALHÃO, 2007: 219). Aliás, entre 1995 e 2005 foram autorizadas, no concelho de Lisboa, 385 intervenções arqueológicas, com clara ascensão a partir do ano 2001 (*idem*: 220), multiplicando-se os trabalhos preventivos em contexto de projectos de implantação e renovação de infra-estruturas urbanas.

Até ao fim do século passado, a maioria das intervenções arqueológicas eram desenvolvidas na Área de Potencial arqueológico de Nível 1 do Plano Director Municipal, correspondente à cidade antiga e medieval; a partir de então aumenta o número das intervenções na Área 2 e na Área 3, correspondentes aos núcleos periurbanos (*idem*: 222)<sup>55</sup>. Lisboa acabou por assumir-se, assim, como a cidade com maior volume de actividade arqueológica no país.

Porém, esse volume de trabalhos desenvolveu-se de forma descoordenada, sem sistematização de fundo por parte de uma entidade local ou estatal e, maioritariamente, contando, sobretudo a partir de meados da década de 90, com o trabalho de empresas privadas e de arqueólogos profissionais liberais, cuja constante movimentação, de trabalho em trabalho (e em vários lugares do país) conduz, geralmente, a relatórios acima de tudo técnico-descritivos, sem aprofundamento dos contextos e das problemáticas históricas em apreço.

---

<sup>55</sup> Plano Director Municipal de Lisboa. Disponível em <http://pdm.cm-lisboa.pt/> [acesso em 2011 Set 23].

Com efeito, este “nomadismo” intermitente no exercício da profissão, que caracteriza grande parte da actividade arqueológica nacional (não sendo exclusivo de uma cidade em particular, nem tão pouco da Arqueologia Urbana), aliado ao facto do trabalho pós-campo, em gabinete, poucas vezes assumir a amplitude desejável, explica em parte o facto da produção de conhecimento histórico sobre uma dada cidade não reflectir proporcionalmente o maior investimento que frequentemente se faz em termos de trabalhos de campo, contribuindo para que o desfasamento entre o número de intervenções e o número de publicações seja notório. Tal origina, igualmente, a prevalência de uma “Arqueologia *na* Cidade” em detrimento de uma “Arqueologia *da* Cidade”.

Por sua vez, em Lisboa, nem o serviço municipal de Arqueologia (informalmente desenvolvido no Museu da Cidade) nem a Administração Pública Central têm conseguido assumir uma acção de regulação, fiscalização e valorização proporcional à quantidade de trabalhos arqueológicos desenvolvidos.

Urge, portanto, racionalizar e objectivar também as intervenções, tornando-as consequentes, apostando igualmente no retorno social.

Partilhando, uma vez mais, das palavras de Jacinta Bugalhão, “a sociedade civil e as entidades privadas poderão colaborar e apoiar iniciativas, mas cabe aos organismos públicos tomar a dianteira e concentrar-se em projectos de qualidade e futuro, em que o investimento seja rentabilizado de forma adequada” (*idem*: 229).

#### 4.2.2. Porto

*“Numa década, a história antiga da cidade mudou substancialmente graças à intervenção dos arqueólogos (...) do seu especializado e paciente trabalho e dos resultados obtidos.”*

*Manuela de Melo (Vereadora do Pelouro da Animação da Cidade)  
in “Portvs – Boletim de Arqueologia Portuense”, n.º 1, Dezembro de 2001*

Tal como em muitas outras cidades da Europa, as novas perspectivas de valorização e requalificação dos Centros Históricos não passaram ao lado da cidade do Porto, desenvolvendo-se, inclusive, nessa conformidade, o processo de candidatura ao estatuto de Património da Humanidade outorgado pela UNESCO (CLETO, 2001). Nesse contexto, a investigação arqueológica viu-se reforçada nos últimos anos.

A partir dos inícios da década de 1980 destacam-se os trabalhos de Manuel Real, para quem então “falar de arqueologia portuense poderia parecer, hoje em dia, um mero exercício de retórica, tal é o divórcio que tem existido na Cidade em relação a estes problemas” (“Actas do Seminário de Arqueologia Portuense” 1983, p. 2). Contudo, o percurso feito desde então, sobretudo a partir da década de 90, conheceu alterações e ganhos significativos.

Os trabalhos arqueológicos (e respectivas análises e estudos em laboratório) efectuados em locais e contextos “banais” da cidade decorrentes das instalações de infraestruturas ou recuperações de imóveis, assim como por trabalhos associados a locais mais emblemáticos como a Casa do Infante, permitiram reformular significativamente vários aspectos da história da cidade, das suas dinâmicas económicas e sociais e reforçaram ainda mais o carácter de excelência das intervenções dos últimos anos (TEIXEIRA, DORDIO, 2000).

Torna-se, aqui, importante salientar que, no caso do Porto, o progresso e resultados da Arqueologia Urbana estiveram estreitamente relacionados com todo um rol de apoios e sensibilidades por parte de entidades relacionadas com a gestão urbanística da cidade, como seja a Câmara Municipal do Porto, inicialmente através do CRUARB/ Projecto Municipal para a Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto e, posteriormente com a constituição do GAU – Gabinete de Arqueologia Urbana e do “Projecto Piloto Urbano em Centro Histórico Habitado” – com as respectivas salvaguardas superiores por parte das entidades tutelares.

Em 2001 e 2002 o GAU coordenou a gestão da Arqueologia associada a projectos de requalificação urbana desenvolvidos pela Sociedade Porto 2001. Deste projecto resultou uma grande diversidade de trabalhos de sondagem, escavação e acompanhamento arqueológico de obras, sendo que tais trabalhos foram executados não só pelo GAU como também por empresas privadas de Arqueologia (SILVA, 2005: p. 462).

Esta dinâmica, assumidamente inspirada, em parte, nas boas práticas do *Museum of London* (cujos elementos da Direcção chegaram, inclusive, a visitar o Porto), enquanto ícone do protagonismo inglês no estabelecimento das bases teóricas e do modelo de gestão da arqueologia urbana, bem como na introdução de novos métodos de escavação, de registo e de representação da complexa sedimentação dos solos urbanos (MARTINS, RIBEIRO, 2010), permitiu ao GAU, enquanto pólo aglutinador, gerir e coordenar os resultados dos vários trabalhos então desenvolvidos na cidade.

Um dos pontos fundamentais e vanguardistas, a nível nacional, da gestão efectuada pelo GAU passou pela questão dos Cadernos de Encargos, a partir do momento em que esta estrutura municipal passa a intervir na elaboração destes, mesmo quando o dono de obra e os profissionais de arqueologia constituem ou integram empresas privadas. Com esta intervenção reguladora o GAU pretendeu pugnar pela transparência, competência e seriedade da prática arqueológica empresarial dentro da "Arqueologia Preventiva" (SILVA, 2007; ainda que nem todos os intervenientes em quadro de obra concordem com esta "interferência do Estado" em relações contratuais entre privados, cf. LAGO, 2007).

Esta questão dos Cadernos de Encargos reveste-se de particular importância pois estes constituem-se como ferramentas que habilitam a uma planificação e monitorização de cada projecto de arqueologia adaptando-se à singularidade de cada sítio e cada contexto (LAGO, 2007). Nesse âmbito, os trabalhos arqueológicos a efectuar deverão encontrar-se claramente expressos e fundamentados, definindo-se quais as zonas sujeitas a escavação prévia e quais aquelas que carecerão apenas de acompanhamento arqueológico e patrimonial.

O facto dos serviços de Arqueologia de uma Autarquia intervirem num contrato que se estabelece entre os promotores de obras (públicos ou privados) e as empresas de arqueologia apresenta, segundo António M. Silva (2007) (e a experiência da Arqueologia Urbana portuense), várias vantagens, entre as quais a normalização de procedimentos, formas de registo e apresentação de resultados, assim como a intenção de elevar os padrões de qualidade dos trabalhos efectuados, centralizando e cruzando também os resultados, centralizando e cruzando também os resultados das diversas intervenções em meio urbano num mesmo centro coordenador (CARVALHO, *no prelo*)<sup>56</sup>.

Mediante o crescimento do GAU, foi criado o "Portvs – Boletim de Arqueologia Portuense", cujo primeiro fascículo data de Dezembro de 2001 – com o objectivo de divulgação dos resultados dos trabalhos arqueológicos, nomeadamente enquanto focos do investimento público. De forma acessível, o boletim teve, desde logo, a preocupação de manter a população em geral a par das mais recentes descobertas efectuada na cidade do Porto, procurando sensibilizar para a prática da Arqueologia em contexto urbano. Mediante estes mecanismos procurou-se projectar socialmente a utilidade da arqueologia.

O interesse pela sensibilização da sociedade civil para com a Arqueologia Urbana deu frutos que se expressaram através do apoio financeiro de muitas entidades particulares, nomeadamente das próprias empresas construtoras que, desenvolvendo intervenções no Centro Histórico, acabaram por assegurar equipas de Arqueologia que, em certos casos, se prolongaram durante vários anos.

Face à clara participação do GAU na sua elaboração, o último Plano Director Municipal da cidade do Porto (2006), no seu Art.º 46º, passou a ser, também, sensível à definição de áreas de potencial valor arqueológico, surgindo delimitadas na planta de ordenamento e numa carta de património na qual se tipificam áreas condicionadas (e procedimentos), destacando-se as seguintes

---

<sup>56</sup> Ainda que esta questão mereça reflexão mais aprofundada, adiantamos apenas que nem todos os municípios seriam capazes de ter ou de criar uma estrutura capaz de assumir plenamente ou de forma eficaz estas novas competências (CARVALHO, *no prelo*).

áreas protegidas ou sujeitas a avaliação prévia por parte do GAU: o perímetro de protecção da área classificada do Centro Histórico; as “Zonas Especiais de Protecção” dos imóveis classificados (ZEPs); os “Perímetros Especiais de Protecção Arqueológica” (PEPA), compreendendo áreas definidas com base em intervenções arqueológicas ou achados devidamente localizados; as “Zonas de Potencial Arqueológico” (ZOPA), compreendendo áreas definidas com base em referências documentais, toponímicas ou eventuais achados, cuja localização precisa se desconhece<sup>57</sup>.



Doc. 17

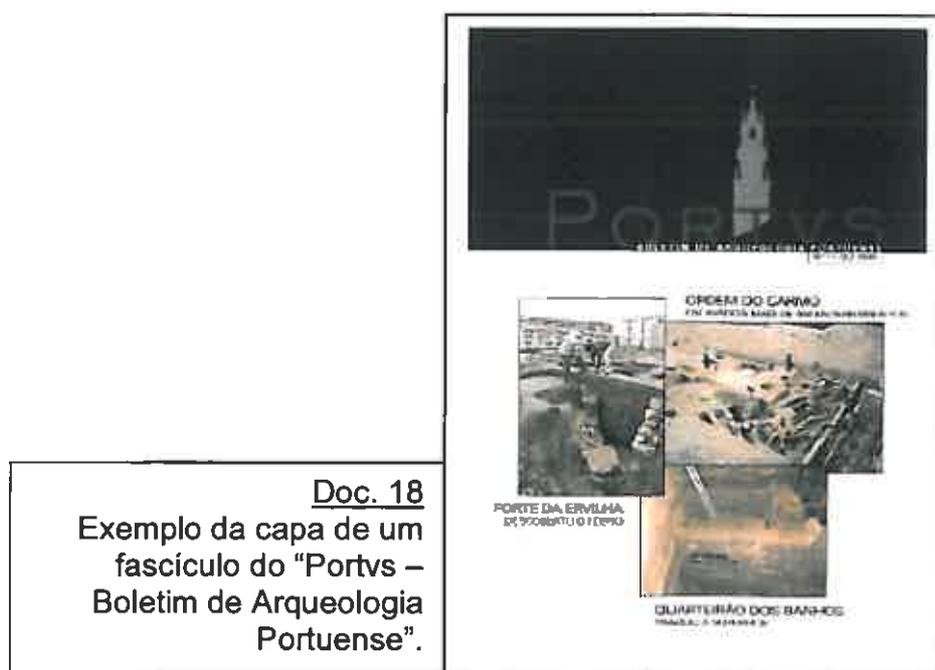
Zonas de Protecção do Património Histórico e Arqueológico – PDM Porto.

Este exemplo do Porto revela, neste quadro, a importância central que pode assumir o inventário patrimonial de um Plano Director Municipal (PDM), assim como de outros instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal, na boa gestão arqueológica dos actuais espaços urbanos, indo ao encontro, aliás, da ideia geral que se encontra expressa nos Decretos-Lei n.º 380/99 e n.º 316/2007, que regulam a elaboração, revisão e alteração dos PDMs – “a gestão territorial de um município deve também ter em conta o património arquitectónico e arqueológico (DL 380, Art.º 4 e 10)”.

<sup>57</sup> Câmara Municipal do Porto. Disponível em [www.cm-porto.pt](http://www.cm-porto.pt) [acesso em 2011 Set 20].

Também o interesse da população local pelos trabalhos e achados efectuados aumentou exponencialmente como resultado da dinâmica desenvolvida pelo GAU.

Recentemente, porém, ao invés desta realidade favorável, uma outra realidade acabou, aparentemente, por se impor: os cortes orçamentais, resultantes das políticas gerais autárquicas de gestão financeira e/ ou uma nova concepção política sobre o papel a desempenhar pelo GAU, vieram de algum modo alterar ou condicionar o seu funcionamento, motivando a transferência de técnicos para outras instituições, diminuindo as ajudas de custo para com grande parte dos projectos, dificultando a capacidade de actuação do GAU, contribuindo assim para o abrandamento e acréscimo de dificuldades na Arqueologia Urbana de uma cidade que tinha construído, a partir dos anos 90, uma estratégia de actuação considerada por muitos exemplar no panorama português.



#### 4.2.3. Braga

*"O ano de 1976 foi o ano de graça da Arqueologia bracarense (...)"*.

*Manuela Martins e Francisco Sande Lemos (1998)*

O caso de Braga é reconhecido como o mais importante por entre os casos pioneiros da Arqueologia Urbana em Portugal.

Em 1976, numa época em que a Arqueologia em território luso ainda mal referenciava a questão urbana, o crescimento heterogéneo da cidade contemporânea levou à preocupação em Braga pela eminente perda de informação e Património do seu Passado. Tal despoletou o arranque do projecto conhecido por “Salvamento de *Bracara Augusta*”, inicialmente designado por “Projecto de Resgate Urbano da Arqueologia de *Bracara Augusta*”, assumindo nessa designação oficial a interligação do meio urbano e estudos arqueológicos (MARTINS, LEMOS, 1998).

Caso ainda hoje raro de articulação de interesses entre as autoridades centrais e locais, este projecto permitiu, através de escavações sistemáticas anuais, reunir um conjunto de informações muito revelador, quer em quantidade quer em qualidade relativamente à cidade romana jazente sob a cidade actual (*idem*).

Sob a responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, com destaque para o trabalho coordenador de Manuela Martins e Francisco Sande Lemos, em colaboração com o Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa e o Departamento de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, o estudo dos dados provenientes dos trabalhos arqueológicos realizados tem acompanhado, ao longo dos anos, a exumação de importantes edifícios públicos da Antiguidade Clássica (*idem*: 13; MARTINS *et alii*, 2006).

O reconhecimento da importância do projecto através da criação de protecção legal das áreas bracarenses definidas como de interesse arqueológico nacional e europeu (Decreto-Lei 640/76 de 30 de Julho, Decreto-Lei 99-A/77 de 30 de Julho e Decreto-Lei 65/78 de 8 de Julho) foi essencial para que a arqueologia ganhasse capacidade operacional, ao mesmo tempo que manteve livre de novas intenções construtivas cerca de dois terços da área total da cidade romana, travando alguns actos cujos resultados se reflectiriam inevitavelmente na destruição de vestígios (MARTINS, LEMOS, 1998: 10-11).

A implementação do projecto não foi, contudo, linear, tendo que se adaptar a diferentes estratégias e ritmos ao longo dos anos, de acordo com as mudanças que se foram desenrolando nas ciências e na sociedade de um modo geral.

Nesse contexto, um importante aspecto a ter em conta no projecto de *Bracara Augusta* foi a constante abertura aos estudos geofísicos e à análise informática de todos os dados, sobretudo a partir da década de 1990, culminando 1996 com o início do desenvolvimento do SIABRA – Sistema de Informação Arqueológica de *Bracara Augusta*, um sistema de informação geográfica que tem aberto caminho à reconstrução virtual em 3D (BOTICA, MARTINS, 2008).

A exploração do potencial das novas tecnologias como gestoras de informação e de divulgação de resultados representam uma mais-valia que representa também uma abertura à sociedade civil, permitindo uma melhor percepção das realidades arqueológicas através do uso da imagem.

Do grupo de trabalho, composto por múltiplos investigadores resultaram, para além de vários relatórios, também várias teses de Mestrado e Doutoramento<sup>58</sup> cuja divulgação tem sido uma das principais bandeiras da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Na verdade, o papel da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho como centro coordenador das intervenções e da informação tem motivado um conjunto numeroso de publicações e divulgação dos resultados que, juntamente com uma crescente atitude de sensibilidade por parte do próprio Município, tem fomentado, também, a vertente turística da Arqueologia Urbana no âmbito do turismo cultural.

Por tudo isto, o caso de Braga mantém-se como uma referência em termos de Arqueologia Urbana em Portugal, podendo o seu exemplo contribuir para uma revisão das dinâmicas a implementar no resto do país.

---

<sup>58</sup> Repositório (repositório de trabalhos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho).

Disponível em [repositorium.sdum.uminho.pt/simplesearch?query=cadernos+de+arqueologia](http://repositorium.sdum.uminho.pt/simplesearch?query=cadernos+de+arqueologia) [acesso em 2011 Ag 01].

#### 4.2.4. Mértola

*“Da cidade romana e islâmica, além do seu próprio traçado urbano restam alguns poucos vestígios monumentais e, sobretudo, as pequenas marcas da vida de todos os dias, as memórias de muitos saberes. São estes sinais, estes artefactos, recolhidos em campanhas arqueológicas e rigorosamente catalogados, que hoje são o sedimento da nossa identidade, o motivo insofismável do nosso próprio desenvolvimento.”*

*Cláudio Torres e Santiago Macias*

Mértola, vila alentejana do distrito de Beja, situada na margem direita do rio Guadiana, abraçou nas últimas três décadas a investigação histórico-arqueológica no seu Concelho. Neste lugar, onde o meio rural e o urbano se fundem, têm sido identificadas e documentadas centenas de estações arqueológicas que atestam a importância deste território ao longo dos tempos e potenciam projectos de investigação nas mais diversas áreas, reflectindo-se tais actividades em projectos museológicos, publicações, desenvolvimento de exposições e realização de conferências e colóquios a nível nacional e internacional<sup>59</sup>.

A Arqueologia em Mértola começou com uma abordagem universitária, tendencialmente teórica e baseada no trabalho sazonal de equipas de voluntários da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que evoluiu relativamente cedo para uma metodologia necessariamente mais prática em função das características dos espaços de intervenção, condicionada também pelos problemas sociais das comunidades actuais.

O movimento cíclico de estudantes criou, inicialmente, uma certa estranheza ou desinteresse por parte dos habitantes locais, pelo que os arqueólogos tiveram que aprender a mostrar e a justificar o seu trabalho junto da população, ouvindo, em contrapartida, os seus comentários, procurando chegar ao respeito mútuo, envolvendo-se também na vida e nos interesses particulares da comunidade.

---

<sup>59</sup> Campo Arqueológico de Mértola. Disponível em [www.camertola.pt/](http://www.camertola.pt/) [acesso em 2011 Ag 01].

Por sua vez, a Câmara Municipal assumiu o papel de grande intermediário e impulsionador de um projecto que apostou tanto na investigação científica, como na divulgação, mediante a promoção de uma série de iniciativas que se traduziram quer em publicações especializadas, quer na divulgação museológica, acessível mas rigorosa. Estes esforços foram decisivos para o comprometimento do pequeno comércio e para o arranque do turismo na região.

O paço seguinte foi a criação da Associação de Defesa do Património (ADPM), através da participação de habitantes de Mértola de forma autónoma à Autarquia e reconhecida como entidade de utilidade pública.

Relativamente à Arqueologia foram-se desenvolvendo escavações de emergência mas também escavações programadas, com destaque para a Alcáçova do Castelo e a Mesquita, contribuindo todos esses trabalhos para o levantamento da Carta Arqueológica do Concelho e para diversas acções, como a criação de núcleos museológicos, que visavam em última instância o desenvolvimento local. As publicações resultantes desses mesmos trabalhos ultrapassam actualmente os vinte títulos, com destaque para a revista periódica "Arqueologia Medieval".

Para além das funções de investigação e divulgação, o CAM passou a investir também na área pedagógica, ao criar uma escola profissional especializada que preparasse técnicos em Arqueologia, Museografia e Turismo Cultural, quer a nível local como nacional, cujo sucesso motivou a criação de um curso superior de pós-graduação em Turismo Cultural, em parceria com universidades, quer portuguesas, quer internacionais (TORRES, 2001).

A experiência de Mértola permite, passadas três décadas, fazer um balanço positivo, com benefícios para a comunidade científica em geral e para a comunidade local. Uma experiência sem a qual a vila seria, hoje, certamente, diferente.

O caso de Mértola pode ser considerado um caso modelar de interacção, elegendo o Património como vector de desenvolvimento local mas não será um modelo que possa ser replicado noutros núcleos urbanos, a não ser que esses tenham características semelhantes ao caso em apreço.

Aprofundou-se o conhecimento deste território e do seu povoamento romano e medieval/ islâmico, assim como sobre a estrutura urbana de Mértola nesses períodos.

Conscientes da impossibilidade de separar o património arqueológico do património natural, o responsável do CAM obtiveram mais um sucesso, numa fase mais recente, junto das entidades governamentais, ao avançar com a criação de um parque natural: o Parque Natural do Vale do Guadiana<sup>60</sup>.

Apesar do centralismo pouco operacional, na maioria dos casos desligado das entidades regionais, a necessidade de uma gestão conjunta do território tem ganho reconhecimento, reforçando as valias dos poderes autárquicos e das associações locais.

#### 4.2.5. Coimbra

*“Vem a Coimbra. Hás-de gostar, sim, meu Amigo.”*

*António Nobre*

*“E gostarás mais se souberes a história dela.”*

*Jorge de Alarcão*

Coimbra, cidade reconhecida pela sua História e Património Cultural e Arquitectónico, não tinha ainda, na transição para o século XXI, um gabinete autárquico reservado aos estudos arqueológicos e patrimoniais.

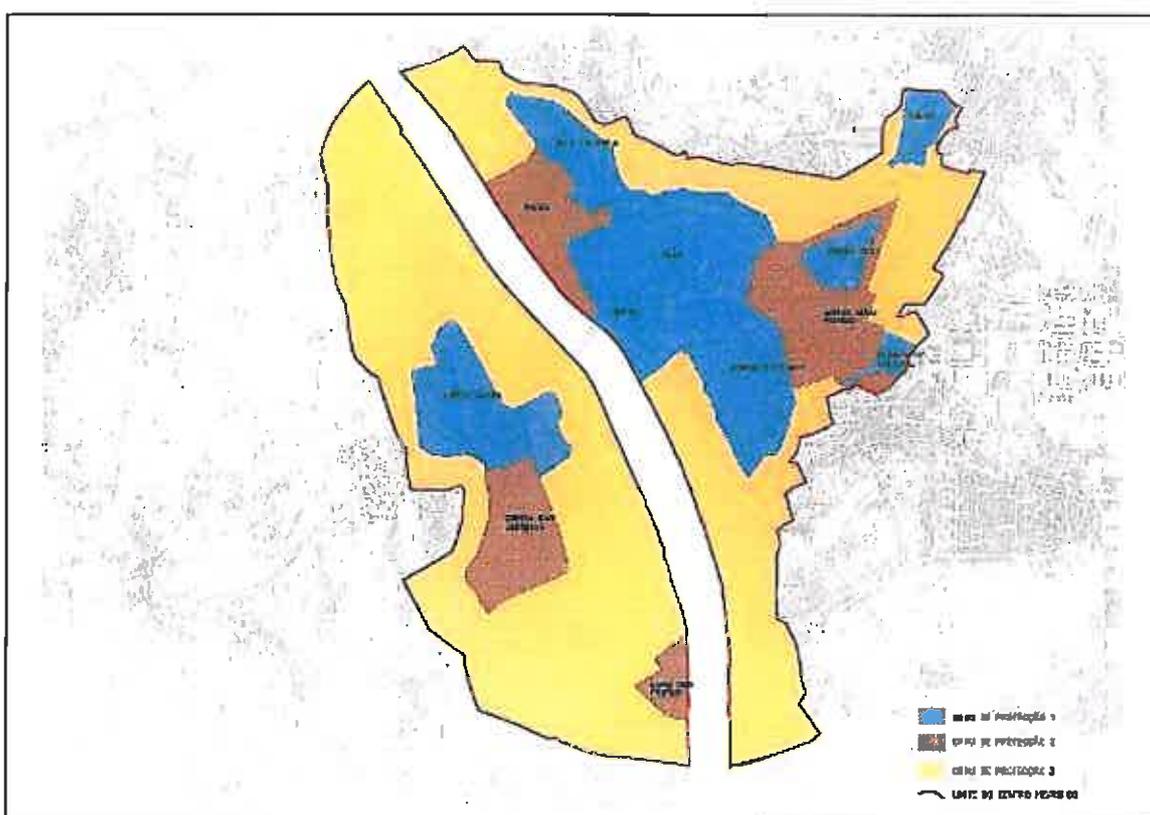
Com vista à salvaguarda, manutenção e reabilitação do núcleo da cidade antiga foi criado em 2000, de acordo com o Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Coimbra, o Gabinete para o Centro Histórico (GCH)<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Parque Natural/ Serra da Alcaria. Disponível em [www.cm-mertola.pt/visitar-mertola/patrimonio/parque-natural/](http://www.cm-mertola.pt/visitar-mertola/patrimonio/parque-natural/) [acesso em 2011 Ag 01].

<sup>61</sup> Gabinete para o Centro Histórico/ C.M.C. Disponível em [www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=191&Itemid=455](http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=191&Itemid=455) [acesso em 2011 Ag 01].

O Centro Histórico de Coimbra foi perspectivado, inicialmente, como sendo a área delimitada pela antiga cerca muralhada em torno da encosta poente do grande morro. Essa perspectiva inicial, porém, está actualmente ultrapassada e hoje em dia a área definida como Centro Histórico abarca áreas extra-muros das intrincadas ruas medievais da Baixa da cidade e da Alta universitária, estando devidamente assinalada e salvaguardada no Plano Director Municipal (PDM) e Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE) vigentes<sup>62</sup>.



**Doc. 19**

Graus de Protecção do Património Histórico e Arqueológico – PDM Coimbra.  
Grau 1 a azul; Grau 2 a castanho; Grau 3 a amarelo.  
A linha vermelha delimita o perímetro do Centro Histórico da cidade.

<sup>62</sup> Urbanismo/ C.M.C. Disponível em [http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=107&Itemid=273](http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=107&Itemid=273) [acesso em 2011 Ag 01].

No caso do PDM, para além da contemplação das Zonas de Protecção dos monumentos classificados (32 classificados e 22 em vias de classificação), encontram-se definidas três áreas no que concerne a protecção do património histórico e arqueológico da cidade, com medidas de minimização concretas: Grau 1 – área do Centro Histórico e alguns monumentos classificados (Santa Clara-a-Velha, Mosteiro de Celas, Igreja e Mosteiro de Santa Cruz, Penedo da Saudade), com obrigatoriedade de execução de sondagens arqueológicas de diagnóstico prévio e acompanhamento arqueológico de trabalhos de remoção de solos e picagens de paredes; Grau 2 – área “tampão” em torno das áreas de grau 1, igualmente com obrigatoriedade de execução de sondagens arqueológicas de diagnóstico prévio e acompanhamento arqueológico de trabalhos de remoção de solos e picagens de paredes; Grau 3 – área periférica, com obrigatoriedade de acompanhamento arqueológico de trabalhos de remoção de solos e picagens de paredes.

O RMUE, no seu Art.º 5º (Património Arqueológico), condiciona as operações urbanísticas nas áreas delimitadas nos termos do Plano Director Municipal.

Ao Gabinete para o Centro Histórico, mantido funcionalmente sob alçada directa do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, passou a competir a proposta e divulgação das regras de intervenção urbanística nas zonas históricas, acompanhando nomeadamente os processos de edificação de obras particulares, articulando-se com o Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana, através da Divisão de Licenciamento e Apoio Administrativo.

Ao Gabinete para o Centro Histórico compete, ainda, acompanhar o desenvolvimento de todas as iniciativas de preparação da candidatura de Coimbra a Património da Humanidade, projecto iniciado em 2003 em conjunto com a Universidade de Coimbra, visando não só evitar e prevenir agressões patrimoniais e a dispersão da memória colectiva, como também assumir o Património da cidade antiga com um valor de dimensões verdadeiramente internacionais.

A Arqueologia por conta da Câmara Municipal de Coimbra deu os seus primeiros passos no ano 2000, com os trabalhos efectuados no Mercado Municipal D. Pedro V através de acompanhamentos arqueológicos a cargo da única técnica licenciada em História, Variante de Arqueologia existente à época na Autarquia. Após mudança do efectivo camarário, em Fevereiro de 2002, sob proposta do Vereador da Cultura de então e aprovado no Regulamento Orgânico da Câmara Municipal de Coimbra, foram lançadas as bases para a criação do Gabinete de Arqueologia, Arte e História (GAAH)<sup>63</sup>.

A orgânica de funcionamento do Gabinete de Arqueologia, Arte e História tem passado, desde então, pelo envolvimento directo na execução de trabalhos arqueológicos de âmbito camarário, sendo esses trabalhos maioritariamente realizados em parceria com outros departamentos da Autarquia, encontrando-se sobretudo associados a programas de recuperação arquitectónica e reabilitação da malha urbana no Centro Histórico da cidade, uma vez que o Gabinete para o Centro Histórico da CMC não possuía, até 2010, um arqueólogo na sua equipa.

Neste quadro, os trabalhos que o Gabinete de Arqueologia, Arte e História mais frequentemente executa são os de acompanhamento arqueológico em contexto de obra. Todavia, os trabalhos de sondagem de diagnóstico prévio e escavação em área fazem, também, parte do conjunto de trabalhos efectuados, sobretudo quando se tratam de locais abrangidos pelas áreas de Grau 1 do PDM.

Nos casos de apoios e incentivos camarários a obras privadas de reabilitação de imóveis no Centro Histórico, como no caso dos projectos PRAUDobras<sup>64</sup>, os trabalhos de arqueologia são desenvolvidos pelos técnicos da Autarquia, libertando os proprietários dos encargos inerente ao princípio do “poluidor-pagador”, sendo que nos casos estritamente particulares, esse encargo mantém-se sob responsabilidade total dos proprietários.

---

<sup>63</sup> Gabinete de Arqueologia, Arte e História/ C.M.C. Disponível em [http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=348&Itemid=460](http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=348&Itemid=460) [acesso em 2011 Ag 01].

<sup>64</sup> PRAUDobras. Disponível em [gch.cm-coimbra.pt/taq/praud-obras/](http://gch.cm-coimbra.pt/taq/praud-obras/) [acesso em 2011 Ag 01].

Como qualquer outro arqueólogo, o processo de trabalho dos arqueólogos da autarquia passa pela elaboração de um Pedido de Credenciação concreto, com respectivo Plano de Trabalhos Arqueológicos apresentado em nome individual ao IGESPAR,IP (ex-IPA) e posterior envio de Relatórios (Intercalares, Transição de Ano Civil ou Finais) para aprovação dessa mesma entidade.

Nos casos em que os locais em estudo se encontrem em zonas protegidas relacionadas com monumentos nacionais ou imóveis de interesse público, de acordo com a lei, terá que ser dado conhecimento do processo à DRCC (ex-IPPAR).

Relativamente a questões de fiscalização do incumprimento das leis, no que se relaciona com a preservação do património arqueológico, cabe ao GAAH denunciar ou receber denúncias, dando conhecimento desses alegados ilícitos à Divisão de Licenciamentos Diversos e Fiscalização do Departamento de Gestão Urbanística e Renovação Urbana da CMC, assim como também à DRCC (ex-IPPAR), entidades que, nessa sequência, tomarão as medidas que considerarem adequadas mediante as leis vigentes, que podem passar pela obrigatoriedade de contratação de um arqueólogo, embargo de obras e/ ou aplicação de multas.

Nos últimos anos, também graças a nova legislação relativa à defesa do património arqueológico, para além dos trabalhos desenvolvidos pelos responsáveis pelos estudos de Arqueologia na Autarquia, diversos outros trabalhos têm sido desenvolvidos por empresas e arqueólogos em nome individual.

Neste momento, estes múltiplos e crescentes trabalhos arqueológicos no Centro Histórico da cidade têm contribuído para a actualização do conhecimento relativamente à forma como foi através dos tempos ocupado e transformado o espaço urbano, confirmando e invalidando certas teses e/ ou abrindo caminho a novas realidades.

Neste sentido, salientam-se, entre outros, os trabalhos na zona da Alta que deixaram a descoberto (i) parte de um anexo da antiga Igreja de São Cristóvão (área actualmente ocupada pelo Teatro Sousa Bastos), cuja localização exacta e vestígios se pensavam perdidos para sempre (MADEIRA, SILVA, 2009), (ii) troços da antiga linha de muralha identificadas na Rua Fernandes Tomás, aquando das obras de recuperação de diversos imóveis aí localizados (DE MAN, 2007), (iii) ou a (re)descoberta de um arco em ogiva (em tudo idêntico ao 'Arco da Barbacã') na Rua do Loureiro, em resultado de picagens de rebocos no âmbito da recuperação de um imóvel adquirido pela Autarquia (MADEIRA, GARCIA, 2008-2010).

Numa outra perspectiva, relativa a uma intervenção que se desenvolveu fora do âmbito de actuação da autarquia, sublinhem-se também os trabalhos inerentes à recuperação do edifício do Museu Nacional Machado de Castro, assim como do criptopórtico romano – trabalhos esses que permitiram novas perspectivas de conhecimento e valorização relacionadas com este importante vestígio da época romana (CARVALHO *et al.*, 2009).

Através da recollecção de informação variada, proveniente dos trabalhos públicos e privados (relatórios, artigos, livros), o Gabinete de Arqueologia da Autarquia iniciou os primeiros passos na procura de transformação da 'Arqueologia *na* cidade' em 'Arqueologia *da* cidade', com vista à promoção do estudo, preservação e divulgação do património arqueológico como representação da identidade e memória colectiva local e nacional, através da elaboração de bases de dados arqueológicas e antropológicas e organização de arquivos em suporte impresso e digital, procurando o constante enriquecimento da inventariação dos sítios arqueológicos no Concelho.

De todo o modo, não obstante estes importantes contributos recentes para o conhecimento da história da cidade de Coimbra, face às informações proporcionadas pela Arqueologia Urbana, muito mais poderá ser conseguido. Nesta, como noutras cidades, uma articulada coordenação de todas as intervenções efectuadas, públicas e privadas, quer sejam acompanhamentos ou escavações, poderá traduzir-se ainda em termos de conhecimento produzido em ganhos mais significativos, podendo até, em abstracto, contribuir decisivamente para reescrever a própria história de uma cidade.



### **4.3. Repensar o Futuro: perspectivas e hipóteses de reformulação das estruturas teóricas e práticas relativamente à Arqueologia Urbana em Portugal**

*“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos.  
Sem memória não existimos,  
sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.”*

*José Saramago*

Foi apresentada no capítulo anterior uma selecção de alguns dos casos mais emblemáticos de Arqueologia Urbana em Portugal, através da qual pode comprovar-se a heterogeneidade de abordagens relativamente a esta área de estudo no nosso país – realidade que poderia ser ultrapassada e, de algum modo, globalmente melhorada, caso a Arqueologia Urbana passasse, por exemplo, a ser objecto de categorização específica no Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, ideia sempre presente desde as primeiras abordagens sobre esta temática em Portugal (LEMOS, 2006) mas que não tem sido contemplada no RTA, nem no anterior (Decreto-Lei 270/99 de 15 de Julho) nem, aparentemente, na nova proposta de revisão conhecida.

Constata-se que, de um modo geral, a Arqueologia Urbana em Portugal permanece, maioritariamente, associada à denominada “Arqueologia de Resgate” ou “Arqueologia de Salvamento” – enquadramento que tem suscitado a ideia de um certo desvirtuamento deste ramo da Arqueologia, não necessariamente pela essência desses contextos arqueológicos mas pela forma como têm sido habitualmente abordados (SILVA, 2005).

Na verdade, nos trabalhos arqueológicos de acompanhamento de obras em meio urbano verificam-se ambivalências e duplicidade de critérios que revelam a falta de normalização deste tipo de trabalhos. Por exemplo, se para alguns as obras exigem acompanhamento diário e permanente, para outras o acompanhamento vai sendo feito através de visitas periódicas, sem que, por vezes, se percebam os critérios objectivos que fundamentam essas decisões.

Se, para alguns, os trabalhos carecem de um trabalho de equipa (por vezes multidisciplinar), fomentando-se a exigência, para outros basta um arqueólogo para proceder a todos os registos e estudos, não dispondo ainda este das condições necessárias ao desenvolvimento do trabalho de campo e gabinete (*idem*) – e nem sempre estes diferentes graus de exigência se justificam claramente com a suposta maior ou menor importância da área intervencionada num núcleo urbano. Junte-se a este facto uma outra realidade: o “nomadismo” de muitos arqueólogos, ou seja, a sua constante mudança de local de trabalho, processada logo que concluída a intervenção no terreno, sem que este – mediante um trabalho de gabinete com a necessária continuidade – tome consciência plena das problemáticas históricas que o núcleo urbano onde acabou de intervir poderá encerrar.

Estes factores contribuem para que, em muitas situações, os processos de registo – que na Arqueologia Urbana se revestem de especial dificuldade, resultante dos constantes palimpsestos ocupacionais, ou seja, da habitual complexidade estratigráfica de um solo urbano (contendo testemunhos de séculos ou milénios de história intercalados com os sinais materiais da actualidade) – nem sempre se desenvolvam de forma a garantir uma verdadeira “conservação pelo registo científico”, tal como é preconizado na Lei de Bases do Património (Lei n.º 107/2001, Art.º 75, n.º1). Nessa conformidade, numa boa parte das situações, e sem que superiormente a tutela o invalide, apresentam-se relatórios técnico-descritivos cujas conclusões não reflectem, ironicamente, um verdadeiro estudo científico que produza efectivamente conhecimento e se proceda à valorização dos achados. Na verdade, também pelo facto do trabalho pós-campo (realizado em gabinete e laboratório) muitas vezes não assumir a amplitude desejável contribui para uma certa falta de produção de conhecimento histórico e arqueológico, capaz de contribuir para a construção da história das cidades.

A definição das orgânicas de trabalho, a promoção da exigência e da uniformidade dos registos, a avaliação rigorosa do currículo e desempenho dos arqueólogos, a própria instituição de um processo de creditação de empresas para intervir em Arqueologia Urbana, assim como dos relatórios de trabalhos arqueológicos, por um lado, como também, por outro lado, a reavaliação

dos processos de sanção para comportamentos ilícitos, poderia dar o mote para enquadrar regularmente e de forma específica os trabalhos de Arqueologia Urbana e/ ou promover a criação de um "manual" de métodos de execução e boas práticas arqueológicas (à semelhança do PPS5 londrino, por exemplo – VVAA: 2010).

Para esse fim poderia ainda contribuir a desconcentração e a delegação de competências para organismos regionais e/ ou municipais definindo pólos de gestão e "digestão" dos trabalhos e estudos arqueológicos desenvolvidos nas vilas e cidades. Ou seja, num mesmo espaço, dedicado à história de uma cidade, e com a participação activa das Autarquias, das Direcções Regionais de Cultura ou de instituições de Ensino Superior e de Investigação (Universidades e/ou Institutos Politécnicos), elaboravam-se os instrumentos de gestão do património municipal (como sejam as cartas de património urbano), coordenavam-se as intervenções, definiam-se protocolos de registo, centralizava-se a informação recolhida. Por sua vez, nesses centros, definiam-se ainda como principais objectivos a investigação (com base em trabalhos de pesquisa no terreno e em gabinete), a publicação científica, a exposição de bens arqueológicos e a transferência ou divulgação social do conhecimento.

Neste quadro de intervenção, e por forma a gerir-se o território urbano sob o ponto de vista arqueológico, assumem particular importância (entre o conjunto de instrumentos de gestão territorial) os Planos Directores Municipais (PDMs). Com efeito, uma boa gestão arqueológica dos actuais espaços urbanos (princípio desde logo salvaguardado pelo Decreto-Lei 380/99, Art.º 4 e 10: "a gestão territorial de um município deve também ter em conta o património arquitectónico e arqueológico"), implicará a criação de cartas de risco ou de património, incorporando zonamentos arqueológicos para as diferentes áreas da cidade, em função da sua maior ou menor sensibilidade arqueológica, remetendo estes zonamentos, por sua vez, para as respectivas medidas específicas de salvaguarda (minimização/ compensação) preconizadas sempre que o subsolo urbano fosse objecto de obra<sup>66</sup>.

---

<sup>66</sup> Claro que, para tal, os organismos terão que ser dotados de meios adequados a tais responsabilidades.

Os casos nacionais do Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto, da Unidade de Arqueologia em Braga ou do Campo Arqueológico de Mértola, cada um a seu modo, e para realidades urbanas e sociais específicas/ diferentes, demonstraram essa capacidade de coordenação e regulação com sucesso. Casos que merecem o necessário relevo, quer por terem conseguido atribuir à Arqueologia uma dimensão social capaz de a eleger claramente como vector de desenvolvimento local, como ocorre no caso de Mértola, quer por saberem enquadrar cientificamente na investigação universitária as intervenções realizadas, como se verifica com a Unidade do Minho, quer ainda pelo facto das equipas de arqueologia camarária participarem activamente na execução do PDM e nas relações contratuais inclusivamente entre privados (empresas construtoras/ empresas de Arqueologia) mediante a sua participação na elaboração dos próprios Cadernos de Encargos, como aconteceu com o Gabinete de Arqueologia Urbana da C. M. Porto.

No caso de Coimbra a insistência por parte da Autarquia em proceder à execução de projectos mais do que à sua gestão, ao procurar acompanhar na primeira pessoa todos os trabalhos desenvolvidos em contexto autárquico, tem deixado para segundo plano a avaliação dos resultados que formariam o "mosaico arqueológico" da(s) cidade(s) enquanto "grande sítio arqueológico" com uma importante história milenar.

Em meio urbano, de um modo geral, a Arqueologia faz-se porque a Lei (bases legais referentes à defesa do património histórico e arqueológico – Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro – e regulamento dos trabalhos arqueológicos – Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho) assim o obriga e não por que a sociedade a reclama, considerando-a socialmente útil, pelo facto de considerar que estes trabalhos representam um investimento no conhecimento e na cultura. Ou seja, não será, na maioria das situações, a particular sensibilidade dos cidadãos ou do Estado, através das Autarquias, que está na base do desenvolvimento de trabalhos arqueológicos nas nossas cidades.

A relação da Arqueologia com a sociedade é fundamental, não só porque a Arqueologia toma a(s) sociedade(s) como seu objecto de estudo mas também porque é para a(s) sociedade(s) que a Arqueologia deverá apresentar o resultado dos seus estudos. Porém, aquilo que se nos tem vindo a apresentar no caso português não corresponde exactamente a este dado supostamente adquirido.

Tomando a ideia de que a Arqueologia é uma ciência e, por isso, algo acima do comum dos cidadãos, apenas abordada por arqueólogos e demais estudiosos, muitos têm sido aqueles que têm feito da Arqueologia um exclusivo dos meios académicos, laboratoriais e estatais, afastando, em muitos casos, a sociedade civil das teorias, processos, estudos e conclusões relativos a diversas descobertas que deveriam ser sempre consideradas de interesse público, contribuindo esse constante desconhecimento (em relação ao que justifica os nossos trabalhos e aos resultados que estes podem produzir) para a falta de interesse e mesmo desconfiança (e repúdio, por vezes) quando se fala publicamente de Arqueologia e/ ou Património.

Falta, a este nível, trabalhar no sentido de promover o reconhecimento social da necessidade e utilidade da Arqueologia. E em meio urbano este processo ainda será mais decisivo, face à maior proximidade das intervenções arqueológicas em relação à população em geral que vive ou trabalha nas actuais vilas e cidades.

Também as leis e entidades da Tutela, se por um lado condicionam as obras, por outro burocratizam e conferem aos donos de obra e proprietários (independentemente das sua condição socioeconómica) a responsabilidade dos encargos inerentes ao estudo ou integração de vestígios arqueológicos, no que parece um claro antagonismo à ideia de que o Património é, afinal, de todos e devendo, por isso, estar sob o encargo do Estado.

Por sua vez, numa outra perspectiva, quando as intervenções decorrem bem no meio das malhas urbanas actuais, não se deve também procurar justificar socialmente os custos assumidos pelos particulares quando estes – por lhes serem impostas condicionantes arqueológicas – têm de recorrer aos serviços da "Arqueologia Preventiva"?

O entendimento da Arqueologia como socialmente útil e o respeito pela actividade desenvolvida pelos arqueólogos passará também por outros dois aspectos: por um lado, deverá haver sensibilidade relativamente à natureza e grau de amplitude das medidas de minimização ou salvaguarda a exigir, fundamentadas caso a caso com bom senso e uniformidade de critérios, evitando-se também as posições fundamentalistas que procuram preservar tudo o que aparece *in situ*; por outro, deve-se evitar a aplicação indiscriminada dos custos inerentes aos trabalhos arqueológicos dentro da lógica do princípio do “poluidor-pagador”, sem ter em conta os contextos sócio-económicos concretos das pessoas implicadas num dado processo.

Porém, apesar de toda esta conjuntura aparentemente negativa, a relação Arqueologia/ sociedade tende a melhorar.

O contributo dos *media*, o incremento de licenciaturas e mestrados na área da Arqueologia e Património, a multiplicação de gabinetes técnicos nas Autarquias e a proliferação de empresas privadas têm fomentado a proximidade entre arqueólogos e cidadãos, observável em alguns casos, numa relação cada vez mais de aprendizagem e respeito mútuo.

Refira-se, nessa conformidade, o contributo de casos concretos, como seja o Boletim Informativo do Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto, a página *web* do Campo Arqueológico de Mértola, as sedutoras e acessíveis reconstituições informatizadas a três dimensões de *Bracara Augusta* postas à disposição do público e, em Coimbra, as visitas do público às escavações em curso e a exibição de *placards* junto dos trabalhos entretanto desenvolvidos no Museu Nacional Machado de Castro, de algum modo precursores na divulgação pública em tempo útil dos achados aí efectuados.

Refira-se que a imagem negativa desta actividade junto da sociedade e dos promotores de obras nas cidades resulta muitas vezes do prolongamento ou arrastar dos trabalhos arqueológicos, nem sempre bem compreendido e nem sempre claramente justificado. Neste aspecto, os Cadernos de Encargos bem elaborados podem contribuir para minimizar este problema.

Com efeito, tendo em conta a relação de forças entre renovação urbana e salvaguarda do património histórico, no caso dos projectistas, empreiteiros e promotores de obra, a sensibilização poderá passar pela devida antecipação da definição dos trabalhos arqueológicos (com noção dos custos, duração dos trabalhos, calendarização e inclusão da arqueologia nos planos de obra) nos Cadernos de Encargos em fase de projecto, não obstante o factor "imprevisibilidade" sempre presente em qualquer intervenção arqueológica (CARVALHO, *no prelo*).

Dessa forma, a ideia premente de que os arqueólogos são os "suspeitos do costume" a quem se imputam todos os atrasos em obra poderá ser contrariada ou mesmo ultrapassada.

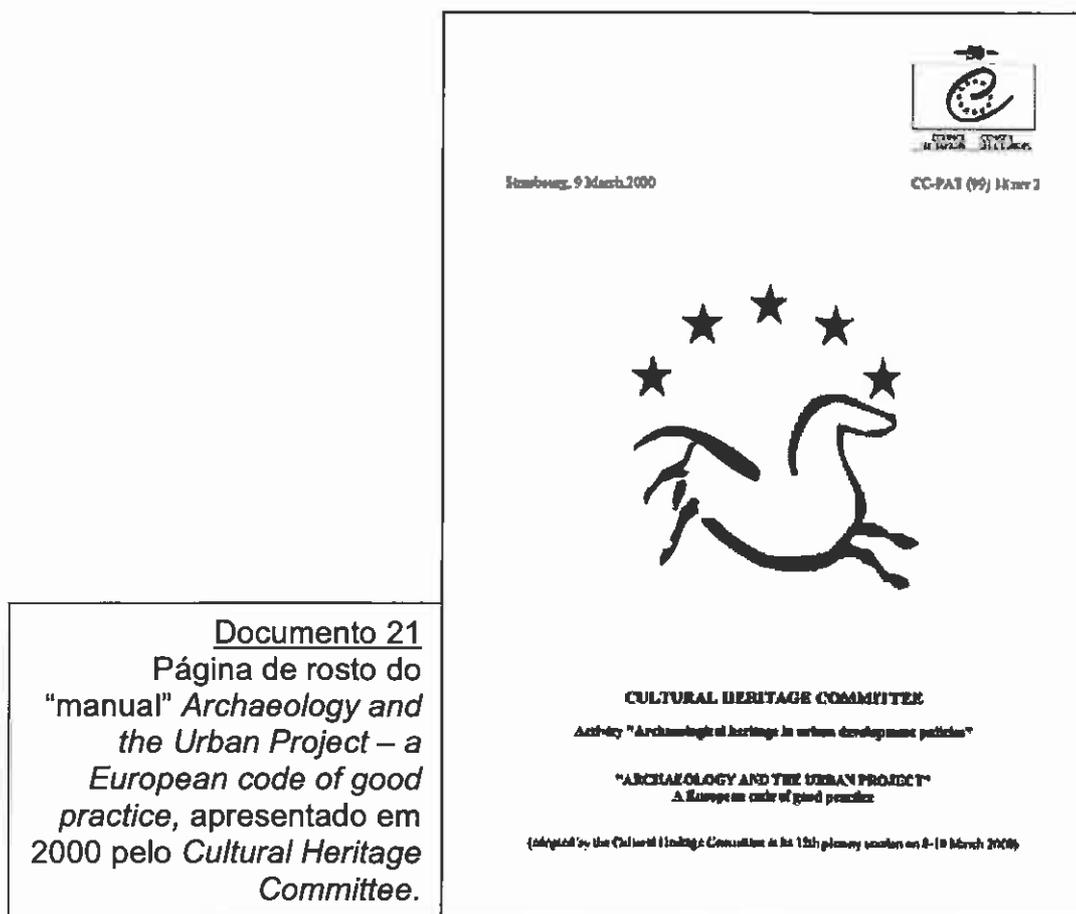
De igual modo, os apoios camarários ou estatais relativamente à aplicação (indiscriminada) do princípio do "poluidor-pagador" poderão ajudar a uma melhoria de relações entre arqueólogos e proprietários e destes para com o Património que poderão ver estudado e valorizado nas suas propriedades. O custo da "Arqueologia Preventiva" em meio urbano será de certa maneira agravado se a generalidade dos agentes implicados e a sociedade não perceber a utilidade do trabalho arqueológico.

A responsabilização e sensibilização dos diferentes parceiros envolvidos nos processos de recuperação urbana será sempre uma mais-valia para que o desenvolvimento das cidades seja adequadamente planeado em termos sustentáveis e que sejam definidas estratégias de integração e conservação do património arqueológico *in situ*.

Só deste modo será possível evitar-se a delapidação do subsolo urbano, preservando-o para o futuro de forma a usá-lo em condições adequadas para resolver os problemas que se colocam ao estudo das cidades (MARTINS, 2010).

Por outro lado, o futuro terá que passar pelo investimento na capitalização da Arqueologia Urbana. A exploração do factor turístico, assim como da dinamização de pontos comerciais associados a centros históricos e arqueológicos tem vindo a desenvolver-se, acompanhados por grande aceitação do público em geral, sendo o "turismo cultural", como noutro capítulo referimos, uma das grandes apostas nos últimos anos, vector estruturante de desenvolvimento económico de muitas cidades.

Na época presente, onde a globalização e a ideia de "aldeia global" são cada vez mais uma constante, a Arqueologia, aprendendo com os erros cometidos mas, acima de tudo, centrando a sua atenção nos casos de sucesso e nas boas práticas, será uma mais-valia no contributo para a preservação das identidades nacionais e locais e mesmo para a própria definição dessas mesmas identidades, podendo, através do Passado, perceber melhor o Presente e poder preparar melhor o Futuro.



#### 4.4. O caso do *Museum of London* como exemplo de sucesso no caso inglês e sua possível aplicação ao caso português – breve resenha

*"Construímos muitos muros e poucas pontes!"*

*Isaac Newton*

Através da análise do percurso, objectivos e orgânica do *Museum of London*<sup>67</sup> foi possível observar, desde logo, todas as suas valias em termos de constante adaptação aos desafios inerentes às alterações sociais, económicas, políticas e culturais, assim como todo o papel que tem desempenhado enquanto centro gestor ou coordenador de um território urbano com um rico património arqueológico.

Contra a indefinição ou variabilidade de sistemas e métodos de trabalho arqueológicos, e no sentido de instituir um protocolo de registo marcado pelas boas práticas, o *Museum of London* criou o *Archaeological Site Manual*, o qual continua, mais de quinze anos passados, a ser o ponto de partida para qualquer arqueólogo em meio urbano na cidade de Londres em particular, e nas cidades inglesas em geral, e a base de referência ou de trabalho de vários sistemas de registo adoptados pelas pequenas e grandes empresas de Arqueologia britânicas.

Ao mesmo tempo, o *Museum of London* assumiu-se como pólo de gestão de uma grande multiplicidade de trabalhos aos quais facultava apoio executivo nas suas várias fases, desde o trabalho de campo à publicação e musealização, passando pelos laboratórios, arquivos de relatórios e acervos de materiais.

Dessa forma, e assumindo a função de centro coordenador das intervenções arqueológicas, tem sido possível reunir as peças do “puzzle” da história geral da Grã-Bretanha e da cidade de Londres muito em particular.

Apoiado pelas entidades estatais, que têm reconhecido cada vez mais a importância desta instituição, nomeadamente na projecção social da Arqueologia, o *Museum of London* tem facultado à sociedade civil a oportunidade de aceder de várias formas ao mundo da Arqueologia Urbana, através de consultorias, exposições, publicações, *workshops* e estágios.

Como prova palpável do sucesso destas acções devem salientar-se as múltiplas doações com que tem sido brindado.

---

<sup>67</sup> *Museum of London*. Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/](http://www.museumoflondon.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

O exemplo do *Museum of London* começa a ser seguido noutras cidades da Europa. Em Barcelona, através da criação do *PIACAT* (referido noutra capítulo), o Museu da Cidade parece assumir um papel com algumas semelhanças ao nível da coordenação das intervenções arqueológicas, no sentido de contribuir, em última instância, para a produção de conhecimento. No nosso país este modelo também não será novo ou não foi totalmente ignorado como termo de referência. O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto (GAU) parece ter tomado algumas das boas práticas desta instituição como bases de partida para construir e reformular algumas orgânicas de funcionamento – e os resultados parece-nos que foram, dentro das condicionantes específicas da cidade do Porto, muito positivos.

A ausência de vontade política, habitualmente apontada como fonte de todos os males e promotora de todas as estagnações, não pode nem deve impor-se à Arqueologia e à memória histórica das cidades. Cabe, sobretudo, aos arqueólogos demonstrar o valor e potencial da Arqueologia Urbana como mais-valia para a recuperação das memórias locais e das memórias colectivas. Os resultados das intervenções arqueológicas em meio urbano, para além de recuperarem memórias e promoverem a própria coesão social, poderão mesmo permitir reescrever parcelas significativas da história das cidades, para além de muitos dos bens arqueológicos identificados dinamizarem culturalmente uma cidade, gerando fluxos turísticos e, assim sendo, ajudando a criar riqueza. A Arqueologia Urbana, portanto, deverá abrir-se à sociedade e estar ao seu serviço, revelando-se uma valência estruturante sobre o ponto de vista pedagógico e formativo mas também turístico, deixando ainda de ser “coutada” de arqueólogos e de estar relegada para um certo elitismo cultural. Dessa forma, seguramente, multiplicar-se-ão os apoios, baseados no respeito e identificação da sociedade com a Arqueologia.

## 5. Considerações finais

*"Aprender sem pensar é esforço vão; pensar sem nada aprender é nocivo."*

*Confúcio*

Enquanto arqueólogo da Câmara Municipal de Coimbra desde 2003, o meu percurso profissional tem sido maioritariamente relacionado com trabalhos de Arqueologia em contexto urbano efectuados no Centro Histórico desta cidade, tornando-se esse mesmo contexto não só aquele no qual tenho adquirido maior experiência (tendo dirigido variados trabalhos arqueológicos), mas também aquele que tem despertado o meu maior interesse e dedicação dentro do campo da Arqueologia. Foi nessa conformidade, e mediante os particularismos e complexidades que caracterizam a Arqueologia Urbana, que surgiu a escolha pelo tema desenvolvido no presente trabalho.

Pretendeu-se nesta Dissertação abordar o tema da Arqueologia Urbana tomando como referência o *Museum of London*, um dos melhores exemplos a nível mundial de boas práticas relacionadas com esta área da Arqueologia, procurando, nesse contexto, reflectir – a partir deste “estudo-caso” – sobre um conjunto de questões que envolvem a Arqueologia Urbana e, nesse sentido, ponderar uma revisão de processos e objectivos relativamente ao caso português.

A metodologia de trabalho gizada para o estudo em apreço procurou, mediante os objectivos propostos, proceder inicialmente a uma aprofundada pesquisa de natureza descritiva, através do levantamento de toda a informação referente ao *Museum of London*, desde as ideias inerentes à sua criação e posterior desenvolvimento do seu pólo principal, até à criação e crescimento dos novos pólos – *Museum of London Docklands* e *Museum of London Archaeology* –, juntamente com a dinâmica associada aos vários serviços que aí se foram estabelecendo – laboratórios, arquivos, publicações, serviços educativos, publicidade – nomeadamente no que se refere aos múltiplos trabalhos arqueológicos desenvolvidos dentro e fora de Londres. Nesse sentido, foram consultados os arquivos do *Museum of London* disponíveis *on-line* (através de bases de dados completíssimas) e bibliografia referente ao assunto, tendo, em simultâneo, recorrido ao apoio de técnicos do Museu cuja colaboração solicitada foi, desde logo, disponibilizada, mediante os esclarecimentos pedidos. Procurou-se, simultaneamente, compreender e explorar a forma como a obra ou actividade do *Museum of London* tem contribuído para todo um processo de mudança, não só para com a Arqueologia Urbana, como para com tudo quanto esteja relacionado com esta área de actuação arqueológica.

Por fim, através do tratamento dos dados e com base nas conclusões resultantes da análise e maturação das pesquisas desenvolvidas, procurámos repensar as estruturas teóricas e práticas relativamente à Arqueologia Urbana em Portugal, revendo alguns casos importantes (mas, de certa maneira, diferentes entre si) como sejam os das cidades de Lisboa, Porto, Braga, Mértola e Coimbra, em cujos Centros Históricos têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de Arqueologia em prol da recuperação da memória colectiva desses espaços urbanos – vector cuja importância deveria ser cada vez mais reconhecida face aos perigos da homogeneização e despersonalização que caracterizam a civilização urbana contemporânea.

Nessa conformidade, e não obstante termos feito esta síntese analítica ao longo dos capítulos anteriores (sobretudo em 4.3), podemos concluir que a prossecução dos objectivos em apreço poderá passar pela criação de serviços de Arqueologia Urbana municipal (ou regional) que constituam verdadeiros centros de gestão do território arqueológico urbano, com as necessárias delegações de competências para a execução de funções específicas.

Com efeito, no quadro de um princípio de descentralização que advogamos, consideramos que, consoante as circunstâncias e a capacidade de actuação manifestada (que poderá ser claramente diferente de município para município), existem em abstracto um conjunto de funções e competências que poderiam ser desempenhadas (com mais eficiência, agilizando procedimentos e apelando a uma lógica de proximidade) por centros decisores sediados em estruturas regionais ou municipais de Arqueologia, sem prejuízo de continuar a existir uma única tutela central (sem multiplicar os organismos estatais, evitando-se, assim, situações dúbias e indesejáveis de sobreposição de competências) que enquadraria regulamentarmente este tipo de actividade e que poderia apresentar-se também como instância de recurso.

Esta estrutura de âmbito local ou regional poderia – em certas cidades, como seja o caso de Coimbra – encontrar-se sediada num Museu da Cidade. Ainda que o modelo do *Museum of London* não seja totalmente replicável à nossa realidade, devido às diferentes circunstâncias que marcam o caso português e britânico, no fundo, defendemos a tese, em função da reflexão antes produzida, de que uma estrutura semelhante poderia centralizar em algumas cidades portuguesas os

serviços de Arqueologia e, assim sendo, toda a informação disponível para construir e divulgar a história de uma cidade.

Este centro de gestão da informação arqueológica em espaço urbano poderia, em certos casos, agregar instituições do Ensino Superior ou Centros de Investigação, os quais surgiriam como parceiros capazes de enquadrar academicamente (e sob o ponto vista científico) muitas das intervenções efectuadas – e a vários níveis, desde logo, criando um mecanismo que possibilitasse transformar em dissertações de mestrado ou mesmo teses de doutoramento alguns dos trabalhos desenvolvidos.

Por sua vez, estes mesmos locais de decisão e gestão arqueológica do espaço urbano (alguns coincidentes com importantes Centros Históricos), poderiam assumir em pleno um conjunto de atribuições e competências, entre as quais, destacamos, desde logo, aquelas que implicariam uma participação efectiva na elaboração dos instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal – como sejam as Cartas de Risco ou de Património Urbano, integradas nos Planos Directores Municipais, as quais incorporam zonamentos arqueológicos consoante as diferentes áreas da cidade. Paralelamente, ainda em termos de planeamento e de definição de procedimentos, caberia, ainda, a estes centros uma palavra decisiva na definição de estratégias e critérios de integração e conservação do património arqueológico urbano *in situ*, em função da avaliação que deste seria feita em termos do seu interesse científico e patrimonial.

Por outro lado, para além de procurarem instituir um sistema que permitisse avaliar e estipular possíveis processos de sanção para com comportamentos ilícitos, valorizando ao mesmo tempo as boas práticas (as quais deveriam, de algum modo, ser premiadas e, assim sendo, incentivadas), poderia caber também a uma estrutura deste tipo participar na gestão das relações contratuais entre empresas construtoras e empresas de Arqueologia, mediante a participação na elaboração dos Cadernos de Encargos (à semelhança do exemplo do GAU no Porto) – documento que reputamos de essencial para, a montante, minimizar muitos dos aspectos negativos que andam associados às intervenções arqueológicas em meio urbano.

Outro aspecto fundamental prende-se com a necessidade de se normalizarem procedimentos, no sentido também de se instituírem as boas práticas ao nível da Arqueologia Urbana. Nessa conformidade, uma estrutura deste tipo – que em alguns casos poderá estar centrada num Museu da Cidade, como antes defendemos – deveria, ainda, definir as orgânicas de trabalho e protocolos de registos (no sentido da sua uniformização), exigindo também uma maior qualidade na produção dos relatórios de trabalhos arqueológicos. Com efeito, e desde logo, o depósito dos relatórios de qualquer trabalho arqueológico efectuado numa cidade deveria ser obrigatoriamente arquivado num serviço com estas características. Ao mesmo tempo, ao reunir-se e sistematizar desta forma todos os resultados dos trabalhos desenvolvidos, e no quadro de uma lógica que contraria a opacidade dos processos, pelo menos uma síntese dos principais resultados deveria ser disponibilizada *on line* em tempo útil (para os arqueólogos interessados e para os cidadãos em geral) por estes serviços municipais. Consideramos assim, no fundo, que uma estrutura deste tipo deveria assumir como desígnio central a coordenação das intervenções e a centralização da informação recolhida por forma à compreensão do "mosaico arqueológico" da cidade enquanto "grande sítio arqueológico".

Ainda que não coubesse a entidades deste tipo credenciar arqueólogos, a avaliação rigorosa do currículo e desempenho dos profissionais e também das empresas que se apresentassem para dirigir trabalhos (através de uma eventual participação num processo de creditação), não poderia ser negligenciada, sendo para esse efeito considerados os anteriores trabalhos e respectivos resultados por estes desenvolvidos nesse núcleo urbano.

Por último, dois outros desígnios poderiam ser claramente definidos: por um lado, a divulgação do conhecimento, através não só da publicação científica, mas também da sua divulgação junto do público em geral, mediante, por exemplo, a exposição de bens arqueológicos, a vinculação de serviços educativos e a edição periódica de boletins informativos (com estas estratégias de transferência do saber procurar-se-ia promover o reconhecimento social da necessidade e utilidade da Arqueologia junto da população que vive, estuda e trabalha numa cidade); por outro, a exploração do factor turístico e a dinamização de pontos comerciais associados a Centros Históricos e arqueológicos, partindo do potencial

económico que poderão encerrar muitos dos vestígios descobertos, entendendo-se, deste modo, o património arqueológico enquanto vector estruturante do desenvolvimento socioeconómico de uma cidade, tendo como ponto de partida, neste cenário, a visita ao Museu da Cidade.

Nota do autor: A presente dissertação não se encontra segundo o novo acordo ortográfico. Este entra em vigor apenas no ano lectivo 2011/2012.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. J. *et al.* (2009) – “Diálogos Transatlânticos: contribuições da Arqueologia Consultiva à pesquisa e proteção do Patrim(ó)(ô)nio Arqueológico no Brasil e em Portugal”, *Praxis Archaeologica*, 4, pp. 27-43.

AZKARATE GARAI-OLAUN, A. (2001) – “Análisis de la evolución histórico-constructiva de la catedral de Santa María de Vitoria-Gasteiz (Aplicación de la Arqueología de la Arquitectura a un modelo complejo”, *V Congreso de Arqueología Medieval Española, Valladolid, 1999, Junta de Castilla y León*, pp. 177-211.

AZKARATE GARAI-OLAUN, A. (2002) – “Intereses cognoscitivos y praxis social en Arqueología de la Arquitectura”, *I Seminario Internacional de Arqueología de la Arquitectura, Arqueología de la Arquitectura*, I, pp. 55-72.

BOTICA, N. & MARTINS, M. (2008) – “Sistemas de Informação em Arqueologia: A Experiência de *Bracara Augusta*”, *1.º Congresso Internacional de Arqueologia de Vilalba*.

BROGIOLO, G. P. (1988) – *Archeologia dell'edilizia storica*, Como.

BROGIOLO, G.P. *et al.* (1996, ...) – *Archeologia dell'Architettura*, Supplemento Annuale ad *Archeologia Medievale*.

BROGIOLO, G. P. (2007) – “Dall'Archeologia dell'Architettura all'Archeologia della complessità”, *Pyrenae*, Vol. I, n.º 38, pp. 7-38.

BUGALHÃO, J. (2007) – “Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança”, *ERA – Arqueologia*, 8, Lisboa, p. 218-230.

CARVALHO, P. (2009) – "Caminhando em redor do forum de Aeminium (Coimbra)", *Studia Lusitana 4, Ciudad y foro en Lusitania Romana*, T. Nogales Basarrate (Ed.), MNAR, Mérida.

CARVALHO, P. (no prelo) – "Da Lei à Prática na Arqueologia Urbana Portuguesa", *Anais do III Forum Luso-Brasileiro de Arqueologia Urbana*.

CARVER, M. (2009) – *Archaeological Investigation*, Routledge.

CLEERE, H. (Ed.) (2000) – "Archaeology and urban development: New Council of Europe code of practice", *The European Archaeologist*, n.º 13 summer 2000, European Association of Archaeologists, Sweden, pp. 1-4.

CLETO, J. (2001) – "Arqueologia: a última palavra", *Porto Património Mundial - CRUARB 25 anos de reabilitação urbana*, Câmara Municipal do Porto, pp. 232-239.

DE MANN, A. (2007) – "Três Muralhas Urbanas e Alguns dos Seus Problemas", *Al-Madan*, IIª série (15), pp. 68-74.

FABIÃO, C. (1994) – "Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa", *Penélope/ Fazer e Desfazer a História*, n.º 13, Lisboa, pp. 147-162.

GRIMES, W. F. (1956) – "Excavations in the City of London", in Bruce-Mitford R.L.S. (ed.), *Recent Archaeological Excavations in Britain*, Routledge & Kegan Paul, London.

HAMMOND, N. (1991) – *Cuello: An Early Maya Community in Belize*, Cambridge University Press.

HARRIS, E. (1989) – *Principles of Archaeological Stratigraphy*, 2nd edit., Academic Press.

LAGO, M. (2007) – “Gestão de Projectos de Arqueologia: equívocos em torno de caderno de encargos”, *ERA Arqueologia*, n.º 8, Lisboa, pp. 6-13.

LEECH, R. *et alii* (1999) – *Report on the situation of urban archaeology in Europe*, Council of Europe Publishing.

LEMOS, F. S. & MARTINS, M. (1992) – “A Arqueologia Urbana em Portugal”, *Penélope/ Fazer e Desfazer a História*, n.º 7, Lisboa, pp. 93-103.

LEMOS, F. S. (2006) – “A Lei e a Arqueologia Urbana”, *Praxis Archaeologica*, 1, APA, pp. 15-21.

MADEIRA, S. & GARCIA, J. (2008-2010) – “1.º, 2.º e 3.º Relatórios Preliminares de Trabalhos Arqueológicos: Reabilitação da Casa do Arco para Instalação da Casa da Escrita”, Coimbra.

MADEIRA, S. & SILVA, M. A. (2009) – “Vestígios Arqueológicos na Alta de Coimbra: Redescobrir a Igreja de S. Cristóvão”, *Arquivo Coimbrão – Boletim da Biblioteca Municipal – Vol. XLI*, pp. 247-254, Coimbra.

MANNONI T. (1976) – “L'analisi delle tecniche murarie medievali in Ligúria”, *Atti del colloquio internazionale di Archeologia Medievale*, Palermo, pp. 3-12.

MANNONI, T. (1990) – “Conoscenza e recupero edilizio”, *Notiziario di Archeologia Medievale*, 58, pp. 3-4.

MAR, R. y RUIZ DE ARBULO, J. (1999) – “Veinte años de arqueología urbana en Tarragona”, *XXV Congreso Nacional de Arqueología*, Valencia, pp. 240-248.

MARTINS, M. & LEMOS, F. S. (1998) – “Duas décadas de vida de um projecto: o salvamento de *Bracara Augusta*”, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 14-14, pp. 9-21.

MARTINS, M., RIBEIRO, J., MAGALHÃES, F. (2006) – "A arqueologia urbana em Braga e a descoberta do teatro romano de Bracara Augusta", *Forum*, 40 (Jul.-Dez.), Braga, pp. 9-30.

MARTINS, M. (2004) – "Urbanismo e Arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana", *Simulacra Romae Bracara Augusta*, pp. 149-174.

MARTINS, M., RIBEIRO, M. (2010) – "A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades", *Forum*, 44-45 (2009-2010), Conselho Cultural da Universidade do Minho, Braga, pp. 149-178.

PARENTI, R. (1983) – "Le strutture murarie: problemi di metodo e prospettive di ricerca", *Archeologia Medieval*, X, 1983, pp. 332-338.

PARENTI, R. (2002) – "Dalla stratigrafia all'archeologia dell'architettura. Alcune esperienze del laboratorio senese", *Arqueología de la Arquitectura*, 1, pp. 73-82.

PARENTI, R. (2004) – "La registrazione delle caratteristiche archeologiche delle strutture edilizie", in M. Cattani, A. Fiorini, N. Viggiani (a cura di), "Nuove frontiere dell'archeologia: il trattamento del dato tridimensionale", *Atti del Seminario* (Ravenna, 13 maggio 2004), CD-ROM (in consultazione presso il Dipartimento di Archeologia dell'Università degli studi di Bologna, sede distaccata di Ravenna).

RAMALHO, M. M. (2007) – "A Arqueologia da Arquitectura", *Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos*, FAUTL/ Departamento de Estudos-IPPAR.

REAL, F. & BRANCO, G. (2009) – "Critérios para quantificar o valor do património arqueológico", *Praxis Archaeologica*, 4, APA, p. 15-19.

ROSKAMS, S. (2001) – *Excavation*, Cambridge University Press.

ROSKAMS, S. (2003) – “Urban Archaeology in Yorkshire”, in Manby, T., Moorhouse, P., Ottaway, S. (eds.), *The Archaeology of Yorkshire: An assessment at the beginning of the 21<sup>st</sup> century*, Yorkshire Archaeological Society occasional paper.

SILVA, A. (2000) – “O Gabinete de Arqueologia Urbana do Porto: notas à margem de uma experiência de intervenção patrimonial”, *Al-Madan*, 9, Almada, pp. 130-140.

SILVA, A. (Dir.) (2001/ 2006) – *Portvs – Boletim de Arqueologia Portuense*, n.º 1 a 10, Câmara Municipal do Porto.

SILVA, A. M. S. P. (2005) – “A memória imposta. Algumas reflexões sobre a preservação de ruínas arqueológicas em meio urbano”, *Inventariação e Classificação Patrimonial: Conceitos e Métodos. Arqueologia Urbana (Coleção Fórum, 10)*, URBE, Lisboa, pp. 85-93.

SILVA, A. (2005) – “O acompanhamento arqueológico de obras: uma intervenção muito própria”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 8, Número 1, pp. 459-469.

SILVA, A. M. S. P. (2007) – “Os Cadernos de Encargos e a Arqueologia de Salvaguarda na cidade do Porto”, *ERA Arqueologia*, n.º 8, Lisboa, p. 19-26.

SOARES, J. (2000) – “A arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições”, *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida (Trabalhos de Arqueologia, 14)*, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 101-130.

TEIXEIRA, R. & DORDIO, P. (2000) – “Intervenção Arqueológica na Casa do Infante”. *Al-madan*. Almada. II Série 9, p. 132-134.

TORRES, C. (2001) – “A Arqueologia, o Território e o Desenvolvimento Local”, *Seminário: Efeitos sociais do património à escala local – Caderno de Resumos*, Mértola.

VALERA, A. C. (2007) – “Arqueologia em espaço urbano: o papel das empresas”, *II Encontro de Arqueologia – Beja*.

VARIOUS (2000) – *The archaeology of Greater London: an assessment of archaeological evidence for human presence in the area now covered by Greater London*, MOLAS.

VVAA (1983) – “Actas do Seminário de Arqueologia Portuense”, *Arqueologia*, 10 (1984) pp.1-88.

VVAA (2000) – *Archaeology and the Urban Project – a European code of good practice*, Cultural Heritage Comitee, Strasbourg.

VVAA (2010) – *PPS5 Planning for the Historic Environment: Historic Environment Planning Practice Guide*, march 2010, Department for Communities and Local Government, London.

WESTMAN, A. (Ed.) (1994) – *Archaeological Site Manual*, Third Edition, Museum of London Archaeology Service.

YOUNG, A. (2000) – *Archaeology of southern urban landscapes*, University of Alabama Press.

## **Páginas web relativas ao tema**

*Archaeological priority areas and scheduled monuments* (áreas de protecção arqueológica na Grande Londres).

Disponível em [www.harrow.gov.uk/info/200023/conservation/794/archaeological\\_priority\\_areas\\_and\\_scheduled\\_monuments/1](http://www.harrow.gov.uk/info/200023/conservation/794/archaeological_priority_areas_and_scheduled_monuments/1) [acesso em 2011 Set 13].

*Archaeology for all* (festivais de Arqueologia).

Disponível em [festival.britarch.ac.uk/](http://festival.britarch.ac.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

Câmara Municipal de Coimbra

Disponível em [cm-coimbra.pt](http://cm-coimbra.pt) [acesso em 2011 Ag 01].

Câmara Municipal do Porto.

Disponível em [www.cm-porto.pt](http://www.cm-porto.pt) [acesso em 2011 Set 20].

*Cambridge Journals*.

Disponível em <http://journals.cambridge.org/> [acesso em 2011 Jul 30].

Campo Arqueológico de Mértola.

Disponível em [www.camertola.pt/](http://www.camertola.pt/) [acesso em 2011 Ag 01].

*City of London/ Corporation of London for the City*.

Disponível em [www.cityoflondon.gov.uk/Corporation](http://www.cityoflondon.gov.uk/Corporation) [acesso em 2011 Jul 30].

*English Heritage/ Greater London Archaeological Advisory Service*

Disponível em [www.english-heritage.org.uk](http://www.english-heritage.org.uk) [acesso em 2011 Jul 30].

Estudo sobre o sector cultural e criativo em Portugal.

Disponível em [www.portaldacultura.gov.pt/imprensa/Pages/20091022\\_Estudo\\_Sector\\_Cultural\\_Criativo\\_Portugal.aspx](http://www.portaldacultura.gov.pt/imprensa/Pages/20091022_Estudo_Sector_Cultural_Criativo_Portugal.aspx) [acesso em 2011 Set 13].

*Georgian London* (textos e imagens da História da cidade de Londres).

Disponível em [www.georgianlondon.com/museum-of-london-the-galleries-of-modern-lond](http://www.georgianlondon.com/museum-of-london-the-galleries-of-modern-lond) [acesso em 2011 Jul 30].

*German National Heritage Comitee/*

*Deutschen Nationalkomitee für Denkmalschutz.*

Disponível em [www.dnk.de/](http://www.dnk.de/) [acesso em 2011 Jul 28].

*Google Maps* (mapas e georreferenciação).

Disponível em [maps.google.pt/](http://maps.google.pt/) [acesso em 2011 Jul 31].

*Guy Perryman* (blog de textos e imagens diversos).

Disponível em [guyperryman.com/2010/03/24/london-wall/](http://guyperryman.com/2010/03/24/london-wall/) [acesso em 2011 Jul 30].

*INRAP - Institut National de Recherches Archéologiques Préventives.*

Disponível em [www.inrap.fr/archeologie-preventive/p-7-Accueil.htm](http://www.inrap.fr/archeologie-preventive/p-7-Accueil.htm) [acesso em 2011 Jul 28].

*International Council on Monuments and Sites – ICOMOS.*

Disponível em [www.icomos.org/](http://www.icomos.org/) [acesso em 2011 Jul 31].

*London and Middlesex Archaeological Society.*

Disponível [www.lamas.org.uk/](http://www.lamas.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

*London Archaeologist.*

Disponível [www.londonarchaeologist.org.uk/](http://www.londonarchaeologist.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

*Museu d'Història de la Ciutat* (Barcelona).

Disponível em [www.museuhistoria.bcn.es/](http://www.museuhistoria.bcn.es/) [acesso em 2011 Jul 28].

*Museum of London.*

Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/](http://www.museumoflondon.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

*Museum of London Archaeology.*

Disponível em [www.museumoflondonarchaeology.org.uk/](http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/) [acesso em 2011 Jul 30].

*Museum of London Docklands.*

Disponível em [www.museumoflondon.org.uk/docklands/](http://www.museumoflondon.org.uk/docklands/) [acesso em 2011 Jul 30].

*National Historic Preservation Act.*

Disponível em [www.achp.gov/nhpa](http://www.achp.gov/nhpa) [acesso em 2011 Jul 28].

*New Council of Europe code of practice/ Archaeology and urban development.*

Disponível em [www.museumoflondonarchaeology.org.uk/ ArchUrbanProject.doc](http://www.museumoflondonarchaeology.org.uk/ArchUrbanProject.doc)  
[acesso em 2011 Jul 30].

*New York Archaeological Council.*

Disponível em [nyarchaeology.org/](http://nyarchaeology.org/) [acesso em 2011 Jul 28].

*New York City official website.*

Disponível em [www.nyc.gov/](http://www.nyc.gov/) [acesso em 2011 Jul 28].

Parlamento Europeu.

Disponível [www.europarl.europa.eu/](http://www.europarl.europa.eu/) [acesso em 2011 Jul 28].

Parque Natural/ Serra da Alcaria.

Disponível em

[www.cm-mertola.pt/visitar-mertola/patrimonio/parque-natural/](http://www.cm-mertola.pt/visitar-mertola/patrimonio/parque-natural/) [acesso em 2011 Ag 01].

*PIACAT – Pla Integral per a l'Arqueologia en Catalunya.*

Disponível em [www.piacat.cat/](http://www.piacat.cat/) [acesso em 2011 Jul 28].

Plano Director Municipal de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa).

Disponível em <http://pdm.cm-lisboa.pt/> [acesso em 2011 Set 23].

*Reginald Bolton.*

Disponível em [hhoc.org/hist/](http://hhoc.org/hist/) [acesso em 2011 Jul 29].

Repositório (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho).

Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/simple-search?query=cadernos+de+arqueologia> [acesso em 2011 Ag 01].

*Stadt Huys Block* (escavação em Manhattan).

Disponível em [beatl.barnard.columbia.edu/rothschild/](http://beatl.barnard.columbia.edu/rothschild/) [acesso em 2011 Jul 28].

*Thames Discovery Programme.*

Disponível em [www.thamesdiscovery.org/](http://www.thamesdiscovery.org/) [acesso em 2011 Jul 30].

*Urban Archaeology – History, Methods, Current Status, Research and Theory in Current Archaeology, by Steven R. Pendery.*

Disponível em [www.jrank.org/history/pages/6593/Urban-Archaeology.html](http://www.jrank.org/history/pages/6593/Urban-Archaeology.html) [acesso em 2011 Jul 28].

*Welikia Project.*

Disponível em [welikia.org](http://welikia.org) [acesso em 2011 Jul 28].

*“What can we learn from urban archaeology?” by Charles W. Bryant.*

Disponível em [science.howstuffworks.com](http://science.howstuffworks.com) [acesso em 2011 Jul 28].

*William Calver.*

Disponível em [myinwood.net/late-19th-century-inwood-part-iii/](http://myinwood.net/late-19th-century-inwood-part-iii/) [acesso em 2011 Jul 29].

